

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Direito

Rafael Sales Pimenta

**BRASIL, COLÔNIA NO SÉCULO XXI**

Belo Horizonte

2017

Rafael Sales Pimenta

**BRASIL, COLÔNIA NO SÉCULO XXI**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nemer Caldeira Brant

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Wanderley Júnior

Área de concentração: Direito Internacional

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P644b Pimenta, Rafael Sales  
Brasil, Colônia no século XXI / Rafael Sales Pimenta. Belo Horizonte,  
2017.  
149 f.

Orientador: Leonardo Nemer Caldeira Brant  
Coorientador: Bruno Wanderley Júnior  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Corrupção. 3. Colônias.  
4. Pluralismo cultural. 5. Percepção. 6. Identidade. I. Brant, Leonardo Nemer  
Caldeira. II. Wanderley Júnior, Bruno. III. Pontifícia Universidade Católica de  
Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. IV. Título.

Rafael Sales Pimenta

## **BRASIL, COLÔNIA NO SÉCULO XXI**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito Internacional

---

Prof. Dr. Leonardo Nemer Caldeira Brant - Orientador

---

Prof. Dr. Bruno Wanderley Júnior – Coorientador

---

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães

---

Profa. Dra. Adriana Campos Silva

---

Profa. Dra. Maria de Lourdes Albertini Quaglia

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2017.

Este trabalho é dedicado a Maria da Glória Sales Pimenta e Geraldo Gomes Pimenta, meus maiores incentivadores e mestres por toda a vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A Eriane e meninas, pela paciência e carinho de sempre;

A Marcos, Gabriel e José, por seu exemplo e pelo raro privilégio de sua convivência;

Ao Professor Doutor Bruno Wanderley Junior, pelas doses de amizade, apoio e orientação;

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

“Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul”.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2010, Prefácio, p. 11.

## RESUMO

É preciso ver o mundo de outro lugar, que não seja o lugar comum de vê-lo da ótica dos países do norte. Recusar-se à dimensão eurocêntrica, capitalista exploratória, pretensamente detentora dos melhores conceitos de democracia, liberdade, diversidade, direitos humanos, onde só o lucro importa. Pretender descobrir o mundo do seu lugar no mundo. Recusar-se a uma visão pré-concebida, imposta e tida como a única alternativa para os países do sul, que é a de servir secularmente os países do norte. Para isso, perceber seu lugar de origem, cultura, interesses econômicos, sociais e projeções de interesses futuros, deve ser tentado. Olhar o mundo a partir do sul é definir, deste ponto de observação, seus parceiros internacionais a partir da apropriação de sua identidade integral, numa postura de rompimento com a colonialidade e corrupção até então impostas pelos países do norte. As relações internacionais têm experimentado aprofundamento do conflito entre Estados ocidentais, orientais e islâmicos, reintroduzindo a questão religiosa no centro da atenção junto à complexa relação norte-sul que ganha importância ante o recrudescimento das relações civilizacionais no início deste século. Deve-se perceber a importância das relações norte-sul como uma nova leitura da política internacional, não entre explorados e exploradores, mas entre parceiros multilaterais. Os países do norte devem rever sua desatenção com os países do sul na busca por direitos humanos iguais para todos os povos do mundo. É preciso apontar a necessidade dos países do sul se verem e se reconhecerem como povos soberanos em direitos e cidadania e que somente a partir desta percepção poderão obrigar os países do norte a vê-los como povos do mundo livre, inaugurando novas relações internacionais livres do jugo e do jogo do capitalismo que tanto atraso tem perpetrado aos povos do mundo. Para permitir esta mudança de posição, debate-se através da pesquisa bibliográfica confirmatória a maneira como os povos do sul, inclusive o Brasil, centro de atenção deste trabalho, devem agir na percepção de seu papel de subalternidade aos países do norte nesses 500 anos. Devem percebê-lo olhando para si mesmos, vendo-se e buscando reconhecer-se, num reconhecimento em amplas dimensões. Nas dimensões cultural, étnica, de gênero, econômica, política, social em toda sua diversidade dentro da sociedade e do povo. Somente o reconhecimento das dimensões de identidade de cada povo e cada segmento social pode permitir sua própria identificação nos contornos históricos e possibilitar projeções das novas metas e planos a serem alcançados de modo independente e autônomo no futuro. A percepção da identidade, do modo mais integral possível, de um povo é condição para que se perceba no mundo em toda sua extensão e

potencialidade. Numa mudança espetacular de atitude, rompendo com a colonialidade que se instalou por séculos nos países do sul, sustentada pela profunda corrupção, alienadora de suas reais possibilidades de assunção de seu papel no mundo. Para que, então, reconhecendo-se como povo dono de sua autonomia e cidadania soberana, possa fazer uso dos recursos naturais em benefício de toda coletividade e deixar de ser colônia dos países do norte.

Palavras-chave: Colônia. Corrupção. Colonialidade. Diversidade. Cultura. Identidade integral.

## ABSTRACT

It is necessary to see the world from another place, not the common place from the perspective of the North countries. Refusing to take a Eurocentric, exploratory capitalist dimension, allegedly holding the best concepts of democracy, freedom, diversity, human rights, where profit is the only thing that matters. Is intended to discover the world from your place in it. Refuse a preconceived vision, imposed and taken as the only alternative for the South countries, which is to serve the North countries for centuries. For this, realizing your place of origin, culture, economic and social interests and projections of future interests should be attempted. Look at the southern world is to define, from this point of view, its international partners from the appropriation of its integral identity, in a posture of rupture with the coloniality and the corruption imposed until now by the northern countries. International relations have experienced a deepening of conflict between Western, Eastern and Islamic states, reintroducing the religious question in the center of attention to the complex north-south relationship that gains importance in the face of the upsurge of civilizational relations at the beginning of this century. However, we must realize the importance of North-South relations as a new reading of international politics, not between exploited and explorers, but between multilateral partners. Northern countries should review their inattention with the southern countries in the search for equal human rights for all people. It is necessary to point out the need of the South countries to see and recognize themselves as sovereign people in rights and citizenship, only from this perception can they force the North countries to see them as people of the free world, inaugurating new international relation between people free from the command and scheme of capitalism that so much delay has caused for several people. In order for this change of position to be possible, it is debated through confirmatory bibliographical research the way the South people, including Brazil, focus of this work, must act in the perception of their role of subalternity to the North countries about 500years already. They should perceive it by looking, seeing and trying to recognize themselves, a broad dimension recognition. In the cultural, ethnic, gender, economic, political, and social dimensions in all their diversity inside society and people. Only self-recognition of the identity dimensions of each people and social segment can allow their self-identification in their historical contours and enable the projections of the new goals and plans to be achieved independently and autonomously in the future. The perception of identity, in the most integral way possible, for a people is a condition to be perceived in the world in all its extension and potentialities. In a spectacular

change of attitude, breaking with the coloniality that has settled for centuries in South countries, sustained by the profound corruption, alienating real possibilities of assuming their role in the world. So that, recognizing itself as a people with autonomy and sovereign citizenship, can make use of its natural resources for the benefit of the whole community and cease to be a colony of the North countries.

Keywords: Cologne. Corruption. Coloniality. Diversity. Culture. Integral identity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>2 UM POVO QUE NASCEU E CRESCEU COMO COLÔNIA</b> .....	25
2.1 Quem havia no continente americano antes de 1500 e da chegada de portugueses e espanhóis .....	25
2.2 Portugueses e espanhóis descobrem que a América existe .....	36
2.3 Colônia e Império: quatrocentos anos de remessas oficiais das riquezas naturais à Europa e de contrabando .....	38
2.3.1 Escravidão: a principal fonte de riqueza formando um povo sob a miséria, preconceito e violência .....	46
2.4 República: cento e vinte anos de remessa das riquezas naturais ao hemisfério norte e de contrabando, política idêntica à da colônia e Império .....	50
2.4.1 Produtor de matérias primas para a indústria dos países do norte .....	52
<b>3 ACEITAÇÃO DA COLONIALIDADE ANTE OS PAÍSES DO NORTE</b> .....	69
3.1 A dependência econômica, política e cultural em todo o mundo e no Brasil no século XXI .....	69
3.1.1 O Estado mínimo sustentado pela corrupção .....	76
3.1.2 A alienação ativa no processo de colonialidade dos países do sul .....	82
3.1.3 A aceitação de ser colônia e a colonialidade .....	97
<b>4 IDENTIDADE INTEGRAL COMO MODELO DE AUTONOMIA E CIDADANIA SOBERANA A SER CONQUISTADA PARA ROMPER COM A COLONIALIDADE E CORRUPÇÃO</b> .....	105
4.1 Resgatar a dignidade da pessoa e do povo .....	111
4.2 Des-cobrimento da incompreensão de ser colônia, outra postura é possível .....	117
4.3 A busca pela identidade integral .....	123
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa trazer à discussão o problema da histórica dependência ideológica, econômica, política e social do Brasil em relação aos países do primeiro mundo, notadamente países europeus e americanos do norte.

O Brasil é um país rico em recursos naturais, como poucos países do mundo. Regiões de temperaturas temperadas, tropicais e de cerrado. Vegetação de diversos tipos, permitindo a implementação de diversas culturas agrícolas, num espaço territorial continental, sem desertos e geleiras com que muitos outros países precisam conviver, sem terremotos e furações que minem a economia todos os anos. Possui uma malha urbana bem desenvolvida por todo o território, espaços de turismo, tais como as mais belas praias do mundo.

Seus recursos minerais o colocam entre os maiores produtores de diversificados tipos de minérios. Os recursos do pré-sal tornam o país autossuficiente e exportador de petróleo. Além disso, conta com um parque industrial de grande porte e diversificado, comparável aos principais países do mundo; portos, aeroportos, ferrovias, rodovias de padrão internacional. As forças armadas têm capacidade de proteção do país e das fronteiras. A balança comercial equilibrada e outros valores ponderáveis tornam o país absolutamente viável a ponto de situar-se entre as principais economias do mundo.

Não é que seja o país do futuro no clube dos exploradores, como é comum de se dizer, mas é um país que dispõe de todos os elementos que o credenciam a trazer mais conforto a sua população e que não o faz. Toda esta riqueza e potencial são profundamente cobiçados pelos países mais ricos e líderes do capitalismo mundial que a todo instante na história trabalham para usufruir dessas riquezas em benefício deles, mantendo o país num ciclo de subdesenvolvimento do qual já deveria ter se afastado.

Assim, com todas essas possibilidades e potencialidades, ainda permanece entre aqueles de baixa escolaridade, saúde, infraestrutura que, se observadas com interesse e atitude no sentido de melhorar suas condições de vida, o levariam a posições de maior relevância entre as nações e internamente junto a seu povo.

Mas, espantosamente, o processo que o país trilha, desde seu descobrimento pelos portugueses em 1500, perdurando toda a fase colonial até 1889 e, mesmo após a proclamação da república, permanecendo até os dias presentes, sem sinais de deslocamento de expectativas, é o de sujeito na relação colonizado-colonizador. Se foi Portugal o colonizador inicialmente e por quase quatrocentos anos, também pode ser

observado que já não mais exerce esse papel predominante, já que foi substituído por outras nações maiores e mais fortes militar e economicamente que dominam as relações capitalistas atualmente.

De modo que tendo sido colônia de Portugal por algum tempo, depois de outras nações, permanece constante a relação colonial e o Brasil, por seu lado, também os vê como centros mais avançados ou mais importantes do que ele mesmo. Essa verificação interfere e sustenta a argumentação, quando se observam os acordos comerciais na esfera internacional do país nos dias atuais, repetindo-se a política de quando colônia portuguesa.

O problema que vamos examinar tem aspectos sociológicos, jurídicos e históricos que serão analisados em conjunto para que se avance a partir daí em busca de uma proposta de solução. Essa abordagem pode ser percebida sob um prisma multifacético, visto que pode ser focado pela Economia, pela Política e Ciências Sociais, bem como pelo Direito. No campo do Direito, poderíamos tratá-lo como tema do Direito Constitucional ou da História do Direito, se a matéria tivesse esse centro argumentativo. No nosso caso, deve ser focado no terreno do Direito Internacional, pois trata-se de questão de direito dos povos, já que o problema e a hipótese que queremos examinar envolvem nossas relações com outros países, enquanto governos de Estado, como ainda na esfera da compreensão da sociedade civil desses mesmos Estados.

Podemos então vislumbrar uma abordagem no campo do direito internacional que perpassa tanto as relações públicas quanto privadas, que também ocorre da mesma forma com muitos outros países da terra, notadamente os países do Hemisfério Sul em suas relações com os países dominantes do Norte, dentro do prisma da ONU.

Não pretendemos alçar voo no tempo e na complexidade da matéria econômica, política e social de diversos países do mundo nos últimos quinhentos anos. Vamos estudar alguns aspectos que demonstrem a dependência econômica, política e social do Brasil em relação a outros países mais avançados no transcurso dos séculos, utilizando como demonstrativa a exploração mineral em nosso país que confirma a hipótese, já que, desde seu início, sempre conduzida de um modo uniforme, podendo ser identificado o colono e o beneficiário econômico nessas relações de cinco séculos.

A partir desta delimitação inicial e buscando elementos de compreensão, utilizamos o método da pesquisa bibliográfica confirmatória da existência e da magnitude do problema que exporemos e trabalharemos na elaboração da hipótese que seja a verificação da postura de colonos que os brasileiros nutrem pelo europeu do norte e pelo

americano do norte, enfocando as opiniões de autores que trataram desses temas, sob um olhar crítico em direção a novas compreensões.

A abordagem no Capítulo I busca localizar, nas origens do capitalismo, as razões do estágio de dependência e desenvolvimento até aqui alcançado pelo país, ou seja, o que era a América do Sul antes da chegada dos portugueses e depois durante a colônia e o Império. Avançamos até os dias atuais para demonstrar a mesma política de desenvolvimento durante todo esse período de tempo.

No Capítulo II, discutiremos a hipótese de que esse estágio em que se localiza o desenvolvimento do país possa advir de uma incompreensão, posto que não percebida, de que ainda se situa como colônia e tudo faz para agradar seu Soberano, que aqui no caso não é o povo, mas o sistema capitalista internacional e os países do norte, entregando-lhes todas as riquezas naturais e econômicas produzidas no país.

No capítulo III, apresentaremos a tese de que outra compreensão desse processo de desenvolvimento do país não só é plenamente possível, como talvez seja o único meio de se avançar em direção aos direitos de toda a sociedade inscritos na Constituição de 1988 ou dos direitos de todo o povo, que espelhou o interesse social naquela década, pós ditadura militar. Far-se-á o caminho da busca pelo des-cobrimento dessa incompreensão de ser colônia e que outro mundo é possível. Que seja possível outra percepção do que ocorre no Brasil em contraposição ao pensamento dominante de que as regras do livre mercado são as mais apropriadas para o desenvolvimento político e social e sugere a busca da identidade integral do povo em toda sua diversidade a fim de se colocar em condições, as mais amplas possíveis, de se contrapor a esse estado de coisas.

A matéria que trataremos se insere no terreno do Direito Internacional, pois não trata de questões constitucionais internas do país. Aborda aspectos históricos como meio de demonstrar as relações internacionais entre países colonizadores e colonizados, colônias e metrópoles, e suas relações pós-independência, da exploração e exportação mineral brasileira desde 1700 com a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais até os dias atuais.

A relação subalterna à metrópole durante o Império Português, o que então se justificava, permaneceu inalterada após a independência, mesmo que as riquezas minerais venham mudando de destino no curso das décadas. As riquezas minerais são identificadas hoje em dia por prospecção via satélite. Inicia-se a exploração, as populações são afastadas da região para não prejudicarem a lavra, que vem sempre em primeiro lugar na

escala de prioridades dos poderes públicos, ficando a população desprotegida, depois procedendo à exportação aos países centrais a baixíssimo preço.

Os sócios majoritários são empresas e capitais estrangeiros que vão lucrar com o negócio no exterior, no seu país sede, quedando-se o país com impostos irrisórios de pesquisa e lavra e a população deslocada de suas casas de origem e abandonada, como ocorreu em Mariana, no distrito de Bento Rodrigues, e ocorre no vale do Rio Doce e em todo o país. É a repetição da política mineral do Império e da colônia, total desprezo ao cidadão.

O Brasil está entre os maiores exportadores mundiais de minério de ferro, ouro, nióbio e outros minerais estratégicos, exportados a tão baixo valor que pouco impacta nossa balança comercial. Buscamos identificar a razão de sermos tão subservientes e tolerantes com nossos exploradores já por séculos.

No entanto, se quisermos sair dessa trajetória e galgar outro caminho, precisamos, primeiro nos reconhecermos como povo brasileiro do sul, como os povos do sul da América, da África e da Ásia, que estamos no sul, somos daqui e devemos nos orgulhar de quem somos. O reconhecimento de nossa identidade do sul em toda sua extensão cultural, étnica e política nos permitirá, se quisermos, um posicionamento parceiro aos países do sul e estabelecer uma nova parceria com os países do norte, sem entreguismo e colonialismo, cuidando de produzir e comerciar nossas riquezas naturais em benefício de todos os brasileiros índios, negros e brancos, por meio de deliberações que interessem a todos, vencendo o estágio de colônia e galgando outros espaços na convivência entre os povos na esfera internacional.

## 2 UM POVO QUE NASCEU E CRESCEU COMO COLÔNIA

A civilização humana na terra teve início com o *homo sapiens* por volta de 4 a 5 milhões de anos a partir da África, onde se tem notícias dos primeiros ancestrais de todos os humanos. A partir de então a vida humana se desenvolveu apoiada em noções de convivência costumeira e religiosa<sup>1</sup>.

### 2.1 Quem havia no continente americano antes de 1500 e da chegada de portugueses e espanhóis

Se nos conscientizarmos de que a ocupação da terra pelos humanóides e pelo *homo sapiens* se iniciou no continente africano e que daí seguiu para Ásia, depois Europa, até alcançar a América através do estreito de Bering, numa jornada de 200 mil anos, e que somos todos nós, habitantes do mundo, herdeiros genéticos daquela matriz africana, então quando portugueses e espanhóis singraram mares e “descobriram” África, América e diversas ilhas no Oceano Pacífico, pisaram as praias como seres superiores, que tinham certeza de serem, acima de qualquer dúvida<sup>2</sup>. Só não sabiam que povos milenares ali viviam aos milhões e tinham sua cultura plenamente desenvolvida, como os astecas, maias, guaranis, tupis, incas, apaches e sioux, por exemplo, somente no continente americano<sup>3</sup>.

Se percebermos isso, que o caminho percorrido pelo humano desde a África passando pelo continente europeu, subindo pela Ásia até a Sibéria, atravessando o estreito de Bering para alcançar a América do Norte, depois seguindo ao sul, podemos concluir que o povo que recebia os europeus desnudo nas praias do sul poderia ser mais evoluído que aquele que chegava “vestido” pelo mar.

A força evolutiva natural demonstrada e comprovada por Charles Darwin e pela ciência moderna pode estar a dar conta, algo talvez ainda não percebido de modo geral, que o ameríndio era mais desenvolvido, física, genética e culturalmente que o sedentário europeu, se enfocarmos os últimos cem mil anos de jornada até ali. O humano que

---

<sup>1</sup>ARAÚJO, Aloízio Gonzaga de Andrade. **O direito e o estado como estruturas e sistemas**: um contributo à teoria geral do direito e do estado. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2005, p. 270-271.

<sup>2</sup>DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: RJ, Vozes, 1993, p. 19-20.

<sup>3</sup>OPPENHEIMER, Stephen. **A jornada da humanidade**. O povoamento da terra. 2011. Disponível em: <<http://www.bradshawfoundation.com/journey>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

atravessou toda a Europa e Ásia até a Sibéria, enfrentando todas as intempéries dessa épica travessia, inclusive eras de gelo glacial a que sobreviveu, retrocedendo e tornando a avançar séculos depois, chegando ao continente americano, era um ser forte e munido de conhecimentos sobre o céu, o sol, a lua e as estrelas, os ventos, a água e as estações, bem como o enfrentamento do ambiente inóspito e dos grandes animais pré-históricos. Esse humano, por certo, haveria de ser de grande capacidade resolutiva e inteligência que, certamente, foi impresso em seu código genético após milênios, como a ciência nos ensina hoje.

Sob essa ótica não se pode compreender as civilizações ameríndias como atrasadas. Quando o britânico chegou à América no norte encontrou-se com povos altamente desenvolvidos em técnicas de caça e cultivo. A Ameríndia é de fato o extremo-orientado do Oriente (a Ásia)<sup>4</sup>. Os povos do norte da América tinham suas noções de coordenação de comando ou mesmo democrática entre as diversas tribos de dadas nações, modelo que teria sido mesmo utilizado por Benjamin Franklin para elaborar a constituição norte-americana.

Somente o exemplo de que o europeu chegou às pradarias americanas do norte e quase dizimou búfalos e bisões por esporte de tiro, fazendo montanhas de animais mortos, se choca de modo indiscutível com o conhecimento muito superior do nativo que caçava para seu uso e manutenção, garantindo a sobrevivência dos rebanhos, denota essa diferença de compreensão da natureza e da vida, do avanço e do atraso.

A civilização maia perdurou por mais de mil anos. As últimas pesquisas divulgadas<sup>5</sup> dão conta de que podem ter surgido há mais de dois mil anos. Sua arquitetura não tem similares em beleza e esplendor. Desenvolveu a escrita, a matemática, tendo sido criadora do número zero e dos números decimais, bem como um calendário anual com 365 dias. Agricultura irrigada e rotação de cultivos também foram sua herança. As estradas incas podem ser comparadas às vias romanas do século I, sendo mesmo maiores em extensão e mais bem construídas<sup>6</sup>, bem como aquedutos de 400 km de extensão no meio das montanhas, o que nunca se enfocou na história mundial eurocêntrica.

---

<sup>4</sup>DUSSEL (1993), p. 95.

<sup>5</sup>**Tumba maia de 1700 anos.** Disponível em:

<<https://noticias.terra.com.br/ciencia/pesquisa/arqueologosencontram-tumba-maia-de-17-mil-anos-naguatemala,410805c32935b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>6</sup>DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In SANTOS, Boaventura de S.; MENEZES, Maria P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2010, p. 379-380.

A capital asteca Tenochtitlan, hoje cidade do México, no século XV tinha cerca de 250 mil habitantes, enquanto Londres tinha 50 mil habitantes. Artesanato e ourivesaria eram desenvolvidos. Irrigação e canais davam pujança à sua agricultura e saúde pública. É evidente que os povos mais evoluídos no continente americano viviam estágio de maior desenvolvimento que a Europa no mesmo momento histórico.

Enquanto entre os deveres do povo inca – também entre os astecas - era obrigatório o tomar banho, segundo os regulamentos reais - que podem ser comparados ao Código de Hamurabi<sup>7</sup> - a Europa vivia a peste negra advinda da má higiene das populações e do contato com ratos e pulgas entre outros insetos, quando pereceu cerca de um terço da população europeia. Em termos educacionais, os filósofos, os estudantes de ofícios e dos cânticos e outras ciências, entre os astecas, saiam de casa aos seis a nove anos e iam para as escolas<sup>8</sup> e tinham ótima educação familiar, boas maneiras na vida social e na higiene corporal diária, inclusive utilizando sabão<sup>9</sup>.

Mais ao sul, autores eurocêntricos comentam que exércitos espanhóis penetraram no Paraguai, a terra dos guaranis, em 1516 e que até o final do século conquistaram de forma trabalhosa e sangrenta seus objetivos. Dizimaram 40 mil indígenas guaranis em um ano, graças à coragem, inteligência e ferocidade de seus exploradores. Nos anos seguintes, seriam massacrados muito mais. Os maus tratos e a escravidão fizeram reduzir a população indígena do Paraguai de um milhão para oito mil habitantes. Ocupavam, até a invasão espanhola, toda a América do Sul, inclusive Brasil<sup>10</sup>.

Na África, os europeus do século XII ao século XV não sabiam, mas estavam descobrindo a terra de seus antepassados. Num lapso temporal de 200 mil anos, os humanos que tinham saído do continente africano no início da caminhada humana de ocupação dos espaços territoriais do planeta, retornavam ao continente de origem como conquistadores brancos.

Até então, a cultura europeia cristã pensava tratar-se nosso planeta de uma disposição horizontal de terras e que em seus extremos os mares transbordavam em abismos que levavam aos confins do universo. Porém alguns navegantes de diversas nacionalidades tinham outras ideias a esse respeito e foram desbravando o conhecimento europeu sobre os mares.

---

<sup>7</sup>DUSSEL (2010), p. 377.

<sup>8</sup>DUSSEL (1993), p. 119-121.

<sup>9</sup>SOUSTELLE, Jacques. A vida cotidiana dos astecas: nas vésperas da conquista espanhola. Tradução de Luci Andrade Rocha. **Coleção a vida cotidiana**. Vol 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962, p. 175-177.

<sup>10</sup>LUGON, Clóvis. **A república “comunista” cristã dos guaranis**. 1610/1768. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976, p. 21-22.

Muito antes do europeu, por séculos ou milênios, todos os mares já tinham sido singrados por diversos povos. Os vikings nos mares do norte, os chineses a leste, os polinésios a oeste, em rotas que ligavam dezenas de ilhas do Pacífico à costa oeste da América do Sul, passando pela ilha de Páscoa<sup>11</sup>.

\*

Os conflitos pelo poder em todos os continentes foram regionais até em torno do século XII quando tiveram início as cruzadas cristianizadoras dos povos bárbaros. Até nessa época, os conflitos limitavam-se às fronteiras que se podiam tocar e conquistar por exércitos que se locomoviam a pé ou a cavalo. Até então, mesmo os grandes conquistadores, como Ghengis Khan e outros, dominaram vastas áreas que podiam ser conquistadas em deslocamentos por regiões contíguas que se somavam àquelas já conquistadas por eles. Foram séculos de dominação e conquistas sanguinárias pelo poder terreno de bens, riquezas e populações por todos os cantos da terra (terras conhecidas pelo europeu ou não).

Mas o movimento das Cruzadas traz ao cenário de poder componentes novos. Nessa altura dos acontecimentos medievais, a Igreja Católica através do Papa Urbano II em 1095 convence os reis e nobres a guerrearem em nome de Deus. A guerra santa sugerida também tinha certamente um caráter comercial em vista de que Jerusalém e Constantinopla estavam entre os maiores entrepostos comerciais da época, além de situadas em regiões estratégicas para o fluxo de mercadorias entre Europa e Ásia<sup>12</sup>.

A partir de então, o conceito de guerras de conquista ganhou o implemento da questão religiosa e de seus conteúdos. Antes dessa época, existiram muitas guerras, inclusive com abordagem religiosa, mas como objetivo secundário ao poder terreno, o que então começa a ser superado ou reconceituado.

Descortinam-se novos cenários. O comércio de especiarias, que vai ser incrementado a partir do conhecimento de tantas outras terras e possibilidades comerciais, ampliará as fronteiras do conhecimento ocidental sobre outros territórios, bem como ampliará em muito o conhecimento tecnológico ocidental em contato com o conhecimento avançado dos árabes, indianos e chineses.

---

<sup>11</sup>HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 93.

<sup>12</sup>Idem, p. 27-28.

Até aqui, sem que o europeu soubesse, de modo geral, do conhecimento técnico e das regiões mais avançadas do globo estão na África<sup>13</sup>, na Ásia e nas grandes civilizações na América Central e do Sul. No século XV, existiam civilizações milenares em pleno crescimento que possuíam conhecimentos mais avançados que dos europeus, como comprovam os depoimentos dos próprios europeus<sup>14</sup>, como em Bartolomeu de Las Casas, e o conhecimento científico e arqueológico de que temos conhecimento hoje.

O surgimento da moeda como meio de troca por volta do século XV e da sua possível acumulação, bem como a descoberta de especiarias que permitiam lucros extraordinários a seus comerciantes e financiadores, mudou a ótica comercial e permitiu o início do movimento dos ricos comerciantes e nobres abastados de experimentarem o prazer e o poder advindo da acumulação de riquezas com as primeiras expedições marítimas<sup>15</sup>. Nesse momento a acumulação do capital em mãos dos burgueses e comerciantes vai se ampliando progressivamente à medida que as especiarias vindas do Oriente vão chegando à Europa. A ampliação da acumulação de capital e o aumento da riqueza de nobres e comerciantes vão proporcionar a aventura das grandes navegações por se firmar como empreendimento com lucro certo<sup>16</sup>.

Então os impostos e taxas de circulação das especiarias cobrados em toda a extensão de seu deslocamento, sucessivamente, pelos califados árabes, depois pelos turcos na passagem para os Balcãs, em seguida pelos venezianos e genoveses e seus portos de entrada dos produtos na Europa através da Itália tornavam os preços altíssimos até chegarem a seu destino final<sup>17</sup>.

O avanço tecnológico experimentado pelos povos europeus em virtude das Cruzadas e dos movimentos de Navegações permitiu o contato e a troca de conhecimentos com povos diferentes e suas culturas de graus distintos de desenvolvimento como nunca antes havia ocorrido<sup>18</sup>.

O processo de conhecimento e desenvolvimento tecnológico e científico teve impulso com o salto proporcionado pelos estudiosos e cientistas sobre medicina e higiene, construções, náutica, astronomia, física, química e matemática, colocando em cheque os

---

<sup>13</sup>GARAUDY, Roger. **O ocidente é um acidente**: por um diálogo das civilizações. Tradução de Virgínia da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978, p. 25-27.

<sup>14</sup>DUSSEL (1993), p. 80-85.

<sup>15</sup>HUBERMAN, op. cit., p. 33.

<sup>16</sup>Idem, p. 40-44.

<sup>17</sup>Idem, p. 30-31.

<sup>18</sup>ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Leitura, p. 169-170.

dogmas religiosos então vigorantes. Porém, até então, tratava-se de um processo de aprendizagem que ocorria em todos os cantos da terra.

As Grandes Navegações de portugueses e espanhóis, que saquearam e destruíram milhões de povos<sup>19</sup>, trouxeram riquezas de outros continentes, financiaram o progresso e crescimento industrial do continente europeu, à custa de massacres, escravidão e usurpação de riquezas<sup>20</sup>, que hoje poderiam ser traduzidos como crimes contra a humanidade<sup>21</sup>, fizeram surgir os primeiros movimentos do que viria a ser a Revolução Industrial e o início do capitalismo.

Hoje podemos compreender essa forma de argumentação de Comitini e Garaudy, entre outros autores, sob a ótica inquestionável de que somos todos iguais, negros, amarelos e brancos. Não somos somente iguais do ponto de vista filosófico. Somos advindos do mesmo tronco genético, o que nos faz um grupo único de humanos, mas que devemos nos reconhecer assim, o que ainda não pudemos fazer. Mesmo que muitos autores europeus de renome, como, por exemplo, Hegel e Habermas, tenham pensado que o europeu era um ser melhor e mais evoluído<sup>22</sup>.

\*

Quando os portugueses invadiram a África no século XV, levavam consigo navios com leme de longo curso, velas, bússola, pólvora e armas de fogo, conhecimento adquirido dos chineses e árabes em suas viagens pelo Oriente, e estavam iniciando o que viria a ser o grande saque das riquezas do mundo que legitimariam o capitalismo que surgia.

Encontraram os africanos com agricultura desenvolvida, extração de ouro, marfim e algodão. Tomaram-lhes tudo e escravizaram-nos, em nome da acumulação de riquezas e da democracia europeia<sup>23</sup>, dois conceitos desconhecidos e estéreis nas sociedades coletivistas africanas naquela época. Por seu lado, entendem os africanos que as condições de miséria, atraso e subdesenvolvimento que o continente negro vivencia até hoje resultam exclusivamente do sistema de exploração colonialista que destruiu sua economia, introduzido pelos europeus<sup>24</sup>.

---

<sup>19</sup>COMITINI, Carlos. **África arde**: lutas dos povos africanos pela liberdade. Rio de Janeiro: Codecri, 1980, p. 11.

<sup>20</sup>GARAUDY, op. cit., p. 24-26.

<sup>21</sup>GIL GIL, Alicia. Crimes contra a humanidade. *In O tribunal penal internacional*: comentários ao estatuto de Roma. Orgs. STEINER, Sylvia H., CALDEIRA BRANT, Leonardo N. Belo Horizonte: Del Rey, 2016, p. 161.

<sup>22</sup>DUSSEL (1993), p. 19.

<sup>23</sup>GARAUDY, op. cit., p. 25-27.

<sup>24</sup>COMITINI, op. cit., p. 17.

A substituição de conhecimentos milenares de irrigação dos campos de arroz da ilha de Bali na Indonésia por sistemas científicos de irrigação promovidos pelos prosélitos da revolução verde na década de 1960 apresentou resultados desastrosos, por exemplo, com diminuição da produção em mais da metade. Os sistemas tradicionais de irrigação assentavam em conhecimentos hidrológicos, agrícolas e religiosos ancestrais, e eram administrados por sacerdotes de um templo hindu-budista dedicado a *Dewi-Danu*, a deusa do lago. Foram substituídos precisamente por serem considerados produtos da magia e da superstição. Os maus resultados repetiram-se nos anos seguintes obrigando a que os sistemas científicos tiveram de ser abandonados e os sistemas tradicionais repostos<sup>25</sup>, numa demonstração da arrogância e ignorância do conquistador.

Quando o português chegou à costa do continente americano no ano de 1500, pensava sinceramente que havia descoberto um novo território na terra, novas regiões que não pertenciam, nem eram habitadas por ninguém, a partir de sua compreensão de que se os portugueses e com eles os europeus não conheciam essas paragens, então ninguém mesmo conhecia.

Afinal, o que era o mundo para o europeu no século XVI, época em que as mais importantes descobertas e o ponto mais cobiçado do conhecimento científico entre todos os impérios e seus monarcas eram as informações sobre a extensão dos mares, as ilhas e continentes desconhecidos que poderiam existir após estes imensos mares.

Nessa época o europeu sabia da existência da extensão do seu continente, pois teria conhecido todos seus recantos durante milênios de conflitos e guerras de conquista infindáveis. Também sabiam da existência de terras abaixo do mar mediterrâneo, onde se localizava o norte africano. Porém não sabiam até onde iriam estas terras africanas e se havia como ultrapassá-las. Sabiam ainda que havia terras e povos naquele continente que hoje conhecemos por Ásia.

Até o século XV os europeus viviam num mundo periférico ao dos muçulmanos.

Até então a Europa nunca tinha sido o centro do mundo<sup>26</sup>, só existia como tal até Viena, pois além dali, a leste, os turcos do Império Otomano dominaram até 1681. Em direção oeste, os mouros dominavam além de Sevilha. Portanto os europeus estavam contidos entre dois mundos árabes e muçulmanos<sup>27</sup>. Lembre-se que o esplêndido castelo

---

<sup>25</sup>SANTOS, Boaventura de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Outubro 2007, p. 2.

<sup>26</sup>DUSSEL (2010), p. 343.

<sup>27</sup>DUSSEL (1993), p. 112.

do Taj Mahal foi concluído em 1648 na Índia, destacando a pujança cultural dos asiáticos neste momento histórico do século XV.

Até 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, quando o Vaticano, Espanha e Portugal dividiram o mundo entre os dois últimos, o domínio muçulmano ocupava toda a Ásia, partes da Europa e África. Dessa forma, o tratado assinado fazia uma divisão fictícia, em que os europeus quiseram crer.

Dois anos antes, os reis católicos de Espanha ocuparam a bela e refinada Granada. No dia 06 de janeiro de 1492, o último sultão mouro muçulmano Boabdil entregou a cidade e deixou as terras europeias. Esse dia é descrito por Dussel como um marco trágico nesse processo de encerramento da Idade Média e o início da modernidade<sup>28</sup>.

Os europeus buscavam novas rotas e meios de comerciar com as Índias por suas próprias rotas, pois não podiam mais imaginar a vida sem açúcar, sal, pimenta, tecidos e variadas especiarias. Henrique, o Venturoso, príncipe português, incrementará a construção naval e fomentará o impulso inicial das Grandes Navegações que abrirão novas rotas com Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, além de Fernão de Magalhães em nome da bandeira espanhola. Entre 1450 e 1550, todos os continentes foram encontrados pelos europeus e colonizados segundo normas pactuadas entre os dois reinos ibéricos no Tratado de Tordesilhas de 1494<sup>29</sup>.

As jornadas épicas de Vasco da Gama e de Fernão de Magalhães dão boa conta desse período. Todas as informações que existiam entre marinheiros de todos os portos é que existiam terras depois dos grandes mares, mas as informações eram poucas e pouco confiáveis. Os governantes de Portugal e Espanha pagavam o peso em ouro a quem tivesse informações precisas, mais que meras conjecturas sobre caminhos marítimos e terras de além mares.

O século XV das Grandes Navegações é a chave que abre a época da modernização do mundo, do avanço da ciência, da modernidade e do início do capitalismo, ao mesmo tempo em que fecha a era do dogmatismo medieval que perdurou por mais de mil anos na Europa.

A descoberta da América do Norte por Cristóvão Colombo em 1492 e a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, sob a proteção do Papa Alexandre VI<sup>30</sup>, é

---

<sup>28</sup>DUSSEL (1993), p. 9.

<sup>29</sup>ZWEIG, Stefan. **Fernão de Magalhães**: história da primeira circunavegação. Tradução de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: Guanabara, [197-?], P. 34-36.

<sup>30</sup>DUSSEL (1993), p. 59.

demonstração das intenções europeias e cristãs em relação a um novo mundo que sequer conheciam.

Quando Hernan Cortez pisou as praias mexicanas, o povo asteca o recebeu como um deus. O imperador Montezuma II ofereceu-lhe seu trono, a coroa que retirou de sua própria cabeça e todo o império a seus pés, o que Cortez recusou, por não saber o que lhe era oferecido por um povo muito mais desenvolvido que, talvez mesmo, o próprio povo espanhol<sup>31</sup>.

A saga asteca ante Cortez tem dimensões trágicas, pois destruiu o império mais poderoso da terra em pouco mais de dois anos e o povo asteca nunca mais se levantou<sup>32</sup>. A tragédia asteca não foi isolada. Foi repetida no contato de todos os povos da América, de norte a sul, com o invasor e explorador europeu.

O fato de os conquistadores chegarem vestidos em roupas europeias nos trópicos, em barcos a vela, armados de mosquetões de carregar pela boca, pólvora, bússola e astrolábio, ao encontro de nativos sem roupas pode, à primeira vista de uma visão eurocêntrica e atrasada, parecer que eram mais desenvolvidos que os nativos. Todavia, se observarmos esse encontro, como descobrimento (numa visão eurocêntrica) ou como invasão (numa visão ameríndia), no aspecto do avanço civilizacional ou até mesmo de informação genética, milênios após o início dessa evolução, perceberemos que ali a violência superou a cultura mais evoluída.

Os historiadores portugueses e espanhóis pregavam, entre eles o Padre Vieira no Brasil colonial, o encontro das culturas. Encontro no qual, na visão medieval, um domina, violenta, ofende, destrói, rouba ouro e prata dos templos, tidos por eles como hereges, mata milhares de nativos e, do outro lado, aquele a quem se pretende catequizar.

Antônio Vieira dizia que os africanos na África iriam certamente para o inferno. Vindo para o Brasil, seriam escravos, como num purgatório, para alcançarem o reino dos céus após sua morte, mesmo que talvez no tronco<sup>33</sup>. Deste modo, seguindo a cátedra de Ginés de Sepúlveda nos debates de Valladolid, a vítima inocente - o nativo - é transformada em culpada e o colonizador, violento e sanguinário é tido por inocente. Essa premissa vigora até os dias atuais como modelo de modernidade na esfera internacional. Assim agem EUA e OTAN na África, Ásia e demais regiões. O que também pode ser observado no Brasil.

---

<sup>31</sup>DUSSEL (1993), p. 45 e 126.

<sup>32</sup>CORTEZ, Hernan. A conquista do México. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. 2. Ed. **Série: Os conquistadores**. Porto Alegre: L&PM, 1986, passim.

<sup>33</sup>DUSSEL (1993), nota 21, p. 63.

Nada justificava e ainda hoje não justifica a violência imperial ou colonizadora em todas as regiões da terra em que o europeu chegou e a tudo destruiu em busca do ouro e outras riquezas. Mas a violência imperialista permanece inalterada nos mesmos moldes nos dias atuais. A guerra injusta continua sendo veiculada em todos os cantos e ventos como guerras justas. São tantos os exemplos..., Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Nicarágua, Panamá, Paraguai, diversos países africanos. Além das guerras injustas, existem as guerras não explícitas, que causam estragos similares, como no caso do Brasil em 2016, quando desestabilizaram e desarticularam o governo em busca dos planos de maior inserção imperialista no país, como veremos mais adiante.

O que dizer-se desse hiato entre a cultura ameríndia e europeia, do grupo de saqueadores capitaneados por Cortez, que roubaram centenas de máscaras rituais e peças artísticas em ouro do palácio ritual dos astecas e as amassaram para serem levadas à Espanha como ouro em peso e não como obras de arte, aniquilando uma cultura evoluída<sup>34</sup>.

Nesse momento, final do século XV, já portugueses e espanhóis assumiam o papel, por pouco tempo, de impérios mais importantes e desenvolvidos da Europa. A Europa conquistou o mundo não pela superioridade de suas ideias, valores ou religião (para a qual poucos membros de outras civilizações se converteram), mas sim por sua superioridade em aplicar a violência organizada. Os ocidentais frequentemente se esquecem desse fato, mas os não ocidentais nunca esquecem<sup>35</sup>.

Portugueses e espanhóis assumiram o poder central mundial em virtude das descobertas de ouro e prata em grandes quantidades nas colônias da América. Durante 200 anos, foram os países mais ricos do mundo. As minas de prata de Potosí eram três vezes maiores que todas as reservas conhecidas na época em toda a Europa<sup>36</sup>. Contudo essas descobertas açularam a rivalidade dos ingleses contra os espanhóis.

\*

Os britânicos, vendo que portugueses e espanhóis se enriqueceram enormemente com as colônias descobertas, saíram ao mundo a procurar colônias que tivessem tanto ouro e prata, mas não as encontraram. Resolveram, assim, roubar dos espanhóis e portugueses em todos os lugares e por todos os meios que pudessem. Os países ibéricos,

---

<sup>34</sup>DUSSEL (1993), p. 128.

<sup>35</sup>HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M.H.C. CÔRTEZ. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 74.

<sup>36</sup>GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 23ª ed. **Coleção estudos latino-americanos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986, p. 34-35.

que dominaram os mares por dois séculos, perderam essa posição para os ingleses que, não só ocuparam estrategicamente os mares, como foram dominando ex-colônias desses países.

O ouro e demais riquezas da colônia portuguesa da América, a partir do Tratado de Methuen de 1703, foram redirecionadas para sustentar o desenvolvimento britânico que veio a dominar cerca de 50% das regiões da terra no século XIX. E esse sentimento de pirataria, de corsário, de cobiça, usurpação e intrigas, forjou o pensamento britânico e suas relações internacionais até os dias atuais<sup>37</sup>.

O modo como o colonizador, seja português, espanhol ou inglês, percebeu seu papel de mensageiro da modernidade, vindo da Europa, que era tudo que ele percebia como mais evoluído, e o contraste por ele experimentado em contato com pessoas cuja língua, linguagem, vestes e ritos não compreendia, fez com que assumisse uma postura selvagem nas colônias, não legal ou ilegal, mas sem lei nenhuma<sup>38</sup>.

Nos séculos XIV a XVII, o feudalismo perde força para a monarquia e esta é superada pela criação dos Estados nacionais em vista da necessidade de proteção contra monarcas mais fortes e mediante novos descobrimentos que nesses séculos os povos de todo mundo experimentaram. O surgimento dos Estados nacionais e da ordem jurídica, juntamente com a ordem econômica e o aparato de Estado, modifica o entendimento de sociedade dos povos por tantos séculos construído<sup>39</sup>.

O Iluminismo é a representação europeia dessa fase e, com ele, ocorrem as Revoluções do século XVIII. Amplia-se o sistema capitalista a partir da Revolução Industrial<sup>40</sup>, mas surgiu antes na expedição de Cristóvão Colombo que encontrou a América no norte. O Tratado de Tordesilhas faz dividir entre espanhóis e portugueses todas as terras do mundo que fossem descobertas. E, a partir de então, a corrida pelo ouro, prata e demais pérolas que o novo mundo lhes traria, bem como o contato e o modo desse contato com novos habitantes da terra, cria a modernidade<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup>FERGUSON, Niall. **Império**: como os britânicos fizeram o mundo moderno. Tradução Marcelo Musa Cavallari. SP: Planeta do Brasil, 2010, p. 26-36.

<sup>38</sup>SANTOS, Boaventura de S. Um ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de S; MENEZES, Maria P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2010, p. 36.

<sup>39</sup>BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução de Maria Celeste C. J. Santos. 6. Ed. Brasília: UnB, 1995, p. 19-21.

<sup>40</sup>HUBERMAN, op. cit., p. 183.

<sup>41</sup>DUSSEL (1993), passim. SANTOS (2010), p. 35.

## 2.2 Portugueses e espanhóis descobrem que a América existe

A visão eurocêntrica da história mundial advém da história contada pelo vencedor. O europeu colonizou toda a América, a África, Oceania e parte da Ásia. Poucas regiões não foram por eles conquistadas, tais como Rússia, China e parte da Ásia. O explorador branco e vestido, devido ao clima do norte, encontrou-se com outros povos de pele pigmentada, olhos rasgados e rosto arredondado, tais como africanos, asiáticos e ameríndios, e poucas roupas, onde as tivessem, devido ao clima quente do sul e trópicos, noutros casos vestidos com peles como proteção contra o frio.

Foram recebidos como humanos em todas as partes do mundo, mas chegaram como exploradores e conquistadores selvagens. Violentos, preconceituosos, sem nenhum respeito por quem fosse. O tratamento, em todos os relatos, recebido pelos europeus foi de cortesia. Mas logo os nativos percebiam que deviam se precaver ou seriam todos mortos ou escravizados. E de escravidão todos os povos conhecem há séculos e milênios<sup>42</sup>.

Fernão de Magalhães, protagonista de uma das mais belas histórias humanas, circundou a terra através do Estreito de Magalhães ao sul da América, provando que era redonda no século XVI. Não chegou a completar sua maior façanha de vida, pois depois de ser recebido com honras e cortesia pelo Imperador e sua tribo numa das ilhas da Polinésia, resolveu retornar dias depois e conquistá-la, sendo morto numa escaramuça naval junto com outros de seus marujos. Os tripulantes da terceira nau que estava ao largo da costa a tudo presenciaram e concluíram a viagem chegando à Espanha.

As conquistas no velho mundo europeu e na Ásia ocorreram a duras penas em longas batalhas vencidas ou perdidas sucessivamente, algumas que duraram anos. Como ocorridas em batalhas mediante estratégias e a custo de muitas mortes e baixas, os exércitos e povos se conheciam e se respeitavam. Sabia-se das histórias ou lendas dos grandes guerreiros antes mesmo de enfrentá-los no campo de batalha, tal como Saladino no século XII. Nesses casos, tal como os romanos em suas conquistas, havia uma absorção de costumes e conhecimentos tecnológicos ou astronômicos.

Entretanto as conquistas no novo mundo não eram sobre humanos, mas sobre não humanos. Os debates ocorridos entre Ginés de Sepúlveda e Bartholomé de Las Casas em 1550 em Valladolid, vencidos pelo primeiro e adotados pelo Imperador espanhol Carlos I,

---

<sup>42</sup> ZWEIG, op. cit., p. 210-219.

assim os consideravam. Talvez diante da compreensão de que descobriam o novo mundo cheio de selvagens sem nenhuma história ou cultura é que pode explicar a incrível vitória em que Hernan Cortez com 11 navios, 508 soldados, 16 cavalos, dez canhões puxados em carretas e poucas armas derrotou o exército asteca que possuía mais de 100 mil homens treinados na guerra<sup>43</sup>.

A cultura nativa, indígena, do novo mundo não teve a receptividade, se assim pudermos expressar, da cultura helenista ou romana, recepcionadas pelo cristianismo. Essa transformação gerou as culturas seguintes de bizantinos, coptas, armênios, russos, dentre outras. A cultura ameríndia foi ceifada completamente, sem deixar traços em toda a América<sup>44</sup>. A catedral católica na cidade do México está erigida sobre o templo asteca mais importante.

Ginés de Sepúlveda defendia a existência dos nativos nas conquistas europeias na América como servos por natureza, bárbaros, incultos e inumanos. O europeu era mais prudente, poderoso, e perfeito do que eles. Defendia a obediência do pior ao melhor para o bem de todos<sup>45</sup>. De Las Casas foi um humanista que descobriu no índio um homem<sup>46</sup>.

Na batalha que destruiu o Império Asteca, morreram cem mil guerreiros mexicanos e poucos de Cortez. A mesma proporção ocorrida no final do século XX no Iraque, quando em batalha morreram 100 mil soldados iraquianos e 120 soldados dos EUA. Repetiam-se as cifras 500 anos depois no mesmo tipo de guerra de violência colonizadora<sup>47</sup>.

Pela ótica eurocêntrica do descobridor, desbravador de mundos inóspitos, do outro lado da lança e do arcabuz, o nativo daquela terra não possuía conhecimento nenhum<sup>48</sup>. Existiam crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos que, na melhor das hipóteses, puderam ou poderiam ter se tornado objetos ou matéria prima para a curiosidade ou inquirição científica. Nunca algo a ser compulsado como conhecimento<sup>49</sup>.

---

<sup>43</sup>DUSSEL (1993), p. 44.

<sup>44</sup> Idem, p. 146.

<sup>45</sup> Idem, p. 75.

<sup>46</sup>DUSSEL, Enrique D. Para uma ética da libertação latino-americana. **Coleção reflexão latinoamericana**. Tradução de Luiz João Gaio. Piracicaba: Unimep, 1979, p. 44-45.

<sup>47</sup>DUSSEL (1993), nota 32, p. 55.

<sup>48</sup> Idem, p. 147.

<sup>49</sup>SANTOS (2007), p. 5.

### 2.3 Colônia e Império: quatrocentos anos de remessas oficiais das riquezas naturais à Europa e de contrabando

Observemos, assim, os fatos do século XVI e a colonização do Brasil, no cenário descrito, comparados com os tempos atuais no teatro das nações na esfera do Direito Internacional. Podemos observar as relações internacionais políticas e econômicas do Brasil com seus parceiros e demonstrar, como problema a ser superado, a sua postura de colônia de Portugal a partir de 1500 e avivar a hipótese de que essa postura permanece a mesma, mesmo depois de quase duzentos anos da independência formal da matriz.

Desde a chegada às praias brasileiras de Pedro Álvares Cabral, o Império Português estabeleceu as regras para essa colônia. Partiu da premissa de que sua nova colônia não tinha habitantes, somente selvagens sem direito a nada. Tudo que fosse produzido aqui seria para o consumo na matriz. Nas primeiras décadas, toda a atividade econômica era extrativa e, em seguida, também agrícola, que perduraram por duzentos e cinquenta anos<sup>50</sup>. A atividade industrial somente terá início por volta de 1750, mesmo assim quando necessária à produção mineral depois das descobertas de ouro na Vila Rica. Essa perceptível política colonial de negação do desenvolvimento interno e exportação de toda sua produção para a metrópole, parece ter moldado corações e mentes dos nobres de então e defendemos a hipótese de que não se modificou nos séculos seguintes.

É certo que era uma política de Estado, do Estado monárquico português, que atendia plenamente seus interesses. Afinal sua colônia era maior que seu território e muito mais rica. Então, era preciso contê-la dentro dos interesses estratégicos da matriz enquanto fosse possível.

Na colônia, o Império Português ia muito bem. As estatísticas populacionais são dissonantes e superficiais, pois não incluiu os nativos, mesmo porque impossível conhecer a todos num território imenso, inexplorado e desconhecido. Porém, sob a ótica do conhecimento colonial, pode-se apontar que em 1600 a população conhecida era de 100.000 habitantes; 300 mil em 1700 e 3,2 milhões em 1800. Em 1880, tínhamos aqui 10 milhões de habitantes, num crescimento vertiginoso devido à descoberta do ouro em Vila Rica, sendo cerca de metade dessa população de escravos africanos. Portanto era nessa época um dos países mais ricos do mundo, senão o mais rico, pois detinha a mão de obra

---

<sup>50</sup>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. **Grandes nomes do pensamento brasileiro**. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000, p. 5.

mais barata em grande número e a maior produção de açúcar do mundo, grande produção de ouro e de madeira<sup>51</sup>.

A frota que partia do Rio de Janeiro na década de 1750 levava ouro, prata e couros. Do porto de Pernambuco saíam madeira e açúcar. A região norte, Grão Pará e Maranhão, produzia cacau. Do porto da Bahia partiam para Lisboa 30 a 40 barcos por ano, com ouro, prata, diamantes, pedras preciosas, cacau, bálsamo, algodão, fumo e açúcar. Era mais do que o Império Português imaginou para si<sup>52</sup>. Na região de Ilhéus, os plantadores de cacau tinham tanto dinheiro que iam aos cabarés e acendiam seus charutos com notas de mil réis<sup>53</sup>.

Segundo estudos econômicos da produção açucareira no final do século XVI, durante a fase inicial da sua exploração, constituíam o custo de produção a instalação dos engenhos e a importação de equipamentos, todos manufaturados na Europa, e de escravos. Além disso, o pagamento de funcionários não escravos e a compra de insumos de produção, tais como lenha para as fornalhas e gado para tração, além da reposição de peças. Tudo considerado, cerca de 90% (noventa por cento) da renda gerada pela produção era constituída de lucro, que se concentrava nas mãos do Imperador e dos proprietários de engenho e de plantações de cana. Levando-se em conta que nesse período eram cerca de 120 engenhos na colônia, a concentração de capital era altíssima nas mãos dos súditos e do Imperador em Portugal<sup>54</sup>.

Esse formidável capital não tinha como ser gasto na colônia, pois não havia serviços suficientes disponíveis para isso. A economia era toda destinada a produtos importados ou gastos diretamente na Europa, o que veio constituir-se numa ideia de que perdurou de que tudo que é importado ou europeu é melhor.

Para incrementar esse estado de coisas, os ingleses viviam agruras na colonização do norte da América. Se os portugueses podiam produzir açúcar em larga escala em grandes propriedades rurais e latifúndios na colônia, no norte os colonos que recebiam pequenas propriedades de terras e não tinham recursos para incrementar a produção, não tinham meios de produzir produtos de apelo comercial. A distribuição de terras a quem quisesse cultivá-las nos EUA, o que no Brasil não ocorreu, em certo momento, permitiu a

---

<sup>51</sup> FURTADO (2000), op. cit., p. 51.

<sup>52</sup> MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal: 1750-1808. Tradução de João Maia. **Estudos brasileiros**, Vol. 22. 3ª ed., 4ª reimpressão. RJ: Paz e terra, 1995, p. 24.

<sup>53</sup> GALEANO, op. cit., p. 105.

<sup>54</sup> FURTADO (2000), op. cit., p. 47-48.

dianteira de Portugal sobre ingleses e espanhóis, dois séculos depois será nossa perdição e uma das causas do vertiginoso desenvolvimento norte americano<sup>55</sup>.

Se, por um lado, a alta lucratividade do setor açucareiro perdurou por séculos, às vezes maior, em outras épocas, menor, tal empreendimento nunca veio acompanhado de investimentos em infraestrutura urbana, maquinário moderno ou melhoramentos tecnológicos. O latifúndio analfabeto manteve a mesma estrutura até o final da escravidão e, no aspecto de sua lucratividade, permanece até hoje. Quando a Inglaterra determinou ao Império Português antes e ao Império do Brasil depois que erradicasse a escravidão, pois a economia brasileira começava a rivalizar com ela própria, não tínhamos um modelo econômico alternativo no setor açucareiro.

Quando Dom João VI aportou no Rio de Janeiro em 1808 o único comércio que a colônia até então podia fazer era diretamente com a matriz. Retornou a Portugal em 1821, articulando a Independência do Brasil para, no ano seguinte, dá-lo a seu filho Pedro I<sup>56</sup>.

Nesses 13 anos de sua permanência na colônia, várias medidas econômicas desenvolvimentistas foram adotadas. A abertura dos portos e do comércio brasileiro aos países amigos de Portugal, ato que visava beneficiar e era patrocinado pela Inglaterra, que reforçou ainda mais suas vantagens comerciais de domínio do comércio com o Brasil<sup>57</sup>.

Não que fosse essa uma política nova, de modo algum, já a Inglaterra dominava o comércio com Portugal. Contudo, a partir de 1822, o novo país permanecia na mesma política. Os produtos ingleses chegavam ao Brasil com impostos menores. Isso fez com que se tornassem compradores privilegiados de produtos ingleses, o que acabou atrasando o desenvolvimento da indústria brasileira por mais algumas décadas ainda, pelo menos até 1844, quando findou o acordo advindo do Tratado de Methuen de 1703, mas que nunca saíria de sua política de governança.

Em essência, não só a colônia, mas a própria metrópole, por meio desse Tratado celebrado entre Portugal e Inglaterra, faz com que o ouro da Vila Rica vá financiar diretamente a revolução industrial que os ingleses já conduziam. Se não existiu produção manufatureira nos séculos XVI e XVII pode-se creditar à alta concentração de capital nas mãos dos donos de engenhos e plantações de cana, que gastavam seu dinheiro na Europa. Já no século XVIII, foi a exploração mineral de ouro que encaminhou para a Inglaterra

---

<sup>55</sup>FURTADO (2000), p. 105.

<sup>56</sup>GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil. São Paulo: Globo, 2013, p. 18.

<sup>57</sup> FREITAS, Joseth Coutinho de. **Abertura dos portos do Brasil**. Disponível em: <[http://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/pgs.php?id\\_c=43&id\\_r=14](http://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/pgs.php?id_c=43&id_r=14)>. Acesso em: 22.01.2017.

toda aquela riqueza até que se exaurisse a produção, restando à região mineira uma agricultura de subsistência. Como nunca houve investimentos na organização social e econômica, exaurido o ouro, desorganizava-se a economia de toda uma região e da colônia de modo geral.

Somente a partir de 1822 é que surge um estímulo ao estabelecimento de indústrias no Brasil, bem como a construção de estradas, cancelamento da lei que proibia a criação de fábricas no Brasil, reformas em portos, criação do Banco do Brasil e instalação da Junta de Comércio. É dessa época a criação do Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes e o Observatório Astronômico. Vários cursos foram criados nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. D. Pedro I tornou-se imperador, após o processo de Independência do Brasil (7 de setembro de 1822). Teve início a construção do país com 322 anos de atraso em relação aos Estados Unidos da América do Norte, descoberto por Colombo em 1492, oito anos antes do Brasil.

Para fazer frente, sendo um pequenino Império na Europa, ao enorme poder espanhol, de quem se separara em 1640, o Império Português teve de encontrar um aliado que o defendesse contra Espanha e França. Foi buscar esse providencial apoio na Inglaterra, que o cobrou caro.

Portugal havia sofrido sério impacto de poder quando o rei D. Sebastião (neto de D. João III, o Colonizador) organizou e comandou pessoalmente uma expedição contra os mouros, falecendo na batalha de Alcácer-Quibir em Marrocos, aos 24 anos em 4 de agosto de 1578, sem deixar descendentes. A cadeia sucessória entregou o trono português à Espanha, criando a União Ibérica que perdurou por 62 anos. Graças ao movimento restaurador chefiado pelo duque de Bragança, que expulsou as guarnições espanholas de Portugal, inicia-se a 4ª Dinastia de Bragança, a família a que pertenciam os imperadores do Brasil D. Pedro I e D. Pedro II<sup>58</sup>.

Quem detinha o controle do que se vendia ou se comprava na colônia naquela época era o governo inglês. Em troca de seu apoio, impôs o controle dos portos na colônia a Portugal, a proibição do fomento à indústria, concomitante com a compra de todos os produtos manufaturados da Inglaterra, bem como a remessa de todo o ouro extraído da colônia às ilhas britânicas, contra o que se debateu o próprio Marques de Pombal, primeiro ministro português no século XVIII. Se observarmos com atenção, essa política discorrida acima nunca mudou.

---

<sup>58</sup> **A** **dinastia** **Bragança.** Disponível em: <[http://www.comunidadeusobrasileirama.org.br/pgs.php?id\\_c=44&id\\_r=14](http://www.comunidadeusobrasileirama.org.br/pgs.php?id_c=44&id_r=14)>. Acesso em: 22 jan. 17.

\*

Além da proibição de implementação do desenvolvimento até 1806, por mais de três séculos, a constituição dos corpos sociais, de segmentos ou classes sociais, era de escravos em boa parte, seres não humanos segundo as noções da nobreza europeia, e dos portugueses brancos, muitos degredados. Havia os religiosos, os nobres e os funcionários da Corte que correspondiam à parcela menor da população. O que permite a conclusão de que parte ponderável da população, talvez mais de 90% dela, fosse de pessoas sem capacidades técnicas ou financeiras ou sem permissões de empreender. Assim, durante trezentos anos, o que se empreendia na colônia era circunscrito à agricultura e pecuária de subsistência nas fazendas e lugarejos do interior.

Ainda mais, o clero, os nobres e a realeza eram analfabetos e não trabalhavam, nada empreendiam. Aos escravos e servos esta tarefa de empreender também não era permitida, então havia poucos autorizados a fazê-lo. Não havia, assim, nem mesmo um segmento da burguesia que desejasse ou reivindicasse empreender. Não existia uma burguesia, somente nobreza, clero, funcionários reais e escravos.

Se observarmos o comércio e a indústria no Brasil no curso desses quase 200 anos após a independência de Portugal, podemos identificar o segmento com pessoas que receberam essa autorização de comerciar e de empreender do Imperador durante todo o século XIX. Como, em muitos casos, eram pessoas sem recursos, o Imperador é que sustentava tais negócios, buscando arrancar do marasmo aquela economia. Tanto quanto os latifundiários do açúcar e do café, dos engenhos e donos de escravos negros, o comerciante da cidade era analfabeto e sem quase nenhum interesse em novas técnicas e métodos de comércio<sup>59</sup>.

A classe empreendedora é composta no início do século XX por pessoas de baixa escolaridade, tal como os mascates, com pouco apego ao avanço tecnológico e mais afeitos ao lucro pelo que pudessem vender. O parque industrial no país só vai ter seu impulso de desenvolvimento na década de 1950, após a 2ª guerra mundial no governo Getúlio Vargas.

A política posta em vigor por mais de trezentos anos moldou uma concepção de poder, governança e defesa dos interesses não nacionais nas classes dominantes. Toda a produção agrícola, extrativista e minerária oficial era destinada a Portugal, mas teria na

---

<sup>59</sup> A primeira universidade brasileira foi criada em Manaus em 1909 que teve curta duração. Das universidades atualmente existentes a mais antiga é a Universidade do Rio de Janeiro de 1920 e a Universidade de Minas Gerais de 1927. Na Argentina, a universidade foi criada em 1540 e nos EUA foi em 1636. O exemplo existia a ser seguido, mas não o foi.

Inglaterra seu destino final. Nessa época, não havia produção industrial, e toda a produção da colônia era exportada a mando da matriz colonial. Os ingleses beneficiavam-se desta política, pois iam todos esses bens às mãos inglesas. Além disso, os ingleses também dirigiam e incentivavam o contrabando<sup>60</sup> e o desvio de riquezas em seu próprio benefício<sup>61</sup>, na mesma noção de lucro pelo que pudessem alcançar, sendo os produtos encaminhados ao porto do Rio de Janeiro ou outro. Algo que se repete nos dias atuais.

Devido à necessidade de pagar a quinta parte da produção de todo tipo ao Império Português e à medida que o ouro escasseava nas minas, o contrabando foi se ampliando a todos os setores da economia. Segundo relato de Alexandre de Gusmão, secretário brasileiro de D. João VI, o contrabando de ouro era obra dos proprietários rurais, dos clérigos (que eram livres das revistas nos postos de controle) e dos funcionários reais<sup>62</sup>. Utilizavam as caravanas de mercadores a lombo de burro e tudo desviavam para as colônias espanholas próximas, principalmente Buenos Aires. Trocados ouro e outros bens por prata, era reintroduzida na colônia portuguesa como moeda de compra de outros produtos contrabandeados pelas próprias naus portuguesas. Houve momentos em que o contrabando superou o comércio legal nos portos brasileiros devido à incapacidade fiscalizatória do Império<sup>63</sup>, como se relata nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

No período colonial, as relações econômicas e políticas do Império Português com a Inglaterra eram sólidas, advindas do processo de restauração da independência de Portugal ocorrido em 1640.

A influência inglesa em nenhum momento foi favorável a Portugal. Foi sempre destinada a ampliar seus próprios espaços e interesses comerciais. Forçava Portugal a comerciar somente consigo nas esferas oficiais, criando a carteira de investimentos nas atividades ultramarinas de Portugal, cobrando altíssimo preço por esse financiamento, de cuja produção pouco restava aos portugueses, ao mesmo tempo que incrementava e protegia o contrabando de grande parte da produção mineral da colônia, por meio do qual ganhava ainda mais.

O contrabando tornou-se a regra comercial na colônia. A ponto de ter o Marquês de Pombal, ministro do Império em Lisboa, de confrontar os interesses ingleses em

---

<sup>60</sup>GALEANO, op. cit., p. 66.

<sup>61</sup>MAXWELL, op. cit., p. 27.

<sup>62</sup>LIMA JUNIOR, Augusto de. História da inconfidência de Minas Gerais. **Biblioteca de estudos brasileiros**, Vol. 2. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968, p. 51-52.

<sup>63</sup>MAXWELL, op. cit., p. 27.

Portugal e na colônia na tentativa de nacionalizar atividades comerciais em mãos daqueles, como também confrontou interesses dos jesuítas no contrabando nas missões no norte e sul da colônia até, finalmente, serem expulsos da colônia<sup>64</sup>.

No distrito diamantino, por exemplo, havia famílias abastadas de contrabandistas que nomeavam os integrantes da guarda armada de controle e fiscalização do próprio contrabando. Os profissionais médicos, alfaiates, sapateiros e outros faziam papel de intermediários dos contrabandistas. De modo que toda a sociedade estava envolvida no contrabando e na lucrativa propina aos membros da guarda da capitania<sup>65</sup>. Tais propinas dobravam os vencimentos oficiais do governador de Minas Gerais e dos magistrados membros da Junta Comercial<sup>66</sup>.

Dessa forma, a sociedade como um todo atuava de modo a contrabandear tudo que fosse possível, na criação de uma cultura de espoliação e corrupção desde cinco séculos atrás. A semelhança dessa prática política com os dias atuais é espantosa. Comparando-se com o processo da instalação das treze colônias da Inglaterra no norte da América e a postura independente de seus colonos de proibir a compra de produtos ingleses que pudessem ser produzidos dentro das colônias, demonstram-se condutas antagônicas, que moldaram o futuro nas duas colônias.

Enquanto na colônia portuguesa nada poderia ou teria como prosperar por imposição governamental, oficial, nas treze colônias inglesas do norte uma entre as primeiras medidas que adotaram os novos colonos da América constituía na reserva de mercado para seus próprios produtos contra sua própria metrópole, a Inglaterra. Lá, o mercado interno estava com sua rota de crescimento garantida, aqui nada havia à vista e por mais 300 anos não ocorreu medida semelhante.

Quando o Brasil deixou para trás o modelo político da monarquia em 1889 e inaugurou a república, os Estados Unidos da América do Norte já eram uma potência econômica mundial, onde cinco grandes empresários introduziam e moldavam o modelo capitalista que temos hoje no mundo todo. Construíram o parque industrial ferroviário, petrolífero, energético, financeiro americano, cinquenta anos antes da república no Brasil.

Vejo por oportuna a comparação entre as duas nações americanas, como outros autores já o fizeram, não por considerar os EUA um modelo de desenvolvimento para o Brasil, mas pelo fato de que Brasil e EUA foram “descobertos” pela Europa na mesma

---

<sup>64</sup> MAXWELL, op. cit., p. 31-43.

<sup>65</sup>Idem, p. 89.

<sup>66</sup>Idem, p. 90.

década. Estes em 1492 e o Brasil oito anos depois. As condições locais eram idênticas quanto aos nativos que em ambas as colônias viviam. Grandes populações de nativos foram dizimadas nos dois lados do continente. A independência dos EUA foi em 1776, ante a Inglaterra e do Brasil em 1822, ante Portugal, menos de cinquenta anos depois. Entretanto na virada do século XX, os EUA já tinham forjado a matriz do seu desenvolvimento, o Brasil não. O que nos permite concluir que os colonos britânicos lutaram por seus interesses, por outro lado, os degredados, escravizados e analfabetos, que constituíram a população brasileira, não tiveram os mesmos interesses ou oportunidades.

Estudos prospectivos de grande rigor levados a cabo por autores como Paul Bairoch vieram mostrar que, nos finais do séc. XVII, o nível do rendimento dos países hoje ditos desenvolvidos era idêntico, ou mesmo, em certos casos e em certos domínios, inferior ao da maioria dos países hoje tidos por subdesenvolvidos. Deixando de lado as sociedades primitivas (cerca de 15% a 20% da população mundial), as diferenças entre os vários países não andariam, em 1700, mais de 50% a 70% acima ou abaixo da média. Por volta de 1750, segundo os cálculos de Paul Bairoch, o PNB per capita (em dólares e preços de 1960) rondaria os US\$ 180 para os atuais países desenvolvidos e cifrava-se entre US\$ 180 e 190 para os atuais países subdesenvolvidos.

Mas a verdade é que a Revolução Industrial veio cavar um enorme fosso entre os ricos e os (trabalhadores) pobres.

[...] Mas o fosso entre países ricos e países pobres, que surgiu com o capitalismo, tem-se vindo a alargar com o desenvolvimento do capitalismo. Paul Bairoch calcula que em 1980 o PNB per capita nos países desenvolvidos é de US\$ 3000 contra US\$ 410 nos países subdesenvolvidos<sup>67</sup>.

O descobrimento da luz elétrica no século XIX, por exemplo, que passa a auxiliar e impulsionar a indústria, permite o incremento ao desenvolvimento tecnológico, é um

---

<sup>67</sup>NUNES, António José Avelãs. **Neoliberalismo e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 69-70.

privilégio dos países que buscavam seu caminho de inovação para empreender e buscar conforto para sua população e lucros para seus capitães de indústria.

Os países do sul da América, da África e outras regiões colonizadas, não experimentaram esse progresso a tempo de ombrearem-se com os demais países na virada do século XX. Estavam atrasados na corrida do capitalismo crescente. E, nessa corrida, o mais forte oprime o mais fraco.

### 2.3.1 Escravidão: a principal fonte de riqueza formando um povo sob a miséria, preconceito e violência

A compreensão portuguesa e europeia de que o nativo africano ou americano não era humano fez com que se tentasse escravizá-lo, o que não deu certo no Brasil. Após décadas de tentativas frustradas e violentas de buscar, recrutar e ensinar os indígenas a fazerem o que desejava o branco, passou-se a investir no processo de escravidão dos negros africanos que já se iniciara.

O tráfico negreiro dos africanos das diversas regiões da África para a colônia teve início ainda em 1500. As primeiras remessas de negros sequestrados no continente africano chegaram por aqui por volta de 1530<sup>68</sup> numa violência sem paralelo na história da humanidade.

Diz-se às vezes que o tráfico de escravos negros “limitou-se” (!) à deportação de alguns milhões de homens para a América. É esquecer que havia geralmente, para um cativo, dez mortos. Calculando – ao mínimo – em 10 milhões o número de escravos deportados, isso significa cem milhões de homens destruídos. Jamais o mundo conheceu semelhante genocídio. Ao qual não se pode comparar nem mesmo os massacres que permitiram a Genghis Khan construir pirâmides com alguns milhares de crânios humanos. Trabalho de artesão, ao lado do maior crime da história cometido pelo Ocidente<sup>69</sup>.

A escravidão contribuiu, como mais um elemento de convencimento, na construção de uma ideologia do extrativismo e servilismo à matriz colonial. Todos

---

<sup>68</sup>FURTADO (2000), op. cit., p. 3-6.

<sup>69</sup>GARAUDY, op. cit., p. 28.

trabalhavam na agricultura e pecuária, restando alguns que ficavam retidos na Corte no Rio de Janeiro ou nos povoados maiores da colônia, depois cidades. Esse foi um modelo que carreou tantos lucros para seus articuladores e produziu fortunas particulares para muito poucos latifundiários.

Em toda a América, nos portos, tirava-se a roupa dos escravos que houvesse e colocados visíveis e nus para serem comprados. O interessado em comprar apalpava os corpos de homens e mulheres, seus órgãos genitais, seus dentes, para ver se estavam em boas condições e os comprava. Depois eram marcados a ferro em brasa e levados para longe de seus conhecidos para nunca mais vê-los. Nenhuma raça foi dessa forma tratada em nenhuma outra época. Assim teve início a modernidade capitalista europeia<sup>70</sup>.

Os escravos eram tratados com mais violência do que se tratavam os animais até a altura de 1888, ao final da escravidão formal, pois os animais não eram mortos se fugissem, mas os escravos sim. O processo de abolição da escravatura no Brasil foi sofrendo a pressão inglesa para sua extinção durante os séculos XVIII e XIX e gradualmente começou a ceder a essa pressão. Instituída a Lei Eusébio de Queirós de 1850, determinava a proibição do tráfico exterior de escravos em todo o território da colônia. Todavia o tráfico interno entre as diversas regiões permaneceu depois disso para atender as mudanças de modelo econômico do açúcar para o café, do norte e nordeste para o interior de São Paulo. Foi seguida pela Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, a Lei dos Sexagenários que entrou em vigor em 1885. E o processo escravocrata brasileiro teve seu final com a promulgação da Lei Áurea em 1888.

O processo da extinção do modelo econômico escravocrata brasileiro em 1888 foi uma atitude categórica de obediência do Império brasileiro às pressões inglesas de extinção da escravidão de negros africanos contra seus próprios interesses. Sem qualquer alternativa econômica que a substituísse, tal iniciativa colocou em choque os aristocratas rurais, o segmento mais rico do país, e a nobreza.

Foram alforriados todos os escravos, soltos dos grilhões, sem qualquer recurso em dinheiro, sem nenhum pedaço de terra, sem um documento de identidade, nenhuma indenização pelos trezentos anos de trabalhos forçados, violência, tortura e assassinatos, prisões, marcas a ferro, entre outras sevícias, que foi o que a Lei Áurea os destinara.

---

<sup>70</sup>DUSSEL (1993), p. 163.

Foram postos na rua com a roupa do corpo e sem qualquer chance de se estabelecerem por si como humanos que agora deveriam ser<sup>71</sup>.

O processo de abolição da escravidão no Brasil não foi um desejo da monarquia ou dos grandes latifundiários brasileiros, que lucraram e fizeram fortunas que chegam até os dias de hoje, encontráveis entre empresários abastados da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e na Confederação Nacional da Indústria - CNI. Grandes propriedades rurais brasileiras de insondáveis extensões cobrindo municípios inteiros, às vezes alguns municípios, advieram das doações de capitânicas e sesmarias no império. Foi, sim, imposição da Inglaterra que controlava os passos do Império Português, naturalmente, em seu único benefício.

Economia forte para a matriz com nenhuma tecnologia que não fossem os braços dos escravos negros ou qualquer investimento em modernização. Ricos e ignorantes latifundiários. A pressão inglesa deixou claro o jogo, era preciso acabar com a escravidão no Brasil, pois essa colônia portuguesa dos trópicos poderia tornar-se um país mais rico e tomar mercados dos ingleses quando resolvesse industrializar-se.

Assim, após a irresistível pressão inglesa pelo fim da escravidão no Brasil, a Lei Áurea, da forma como redigida, pode ter sido uma das mais nefastas decisões antinacionais tomadas então, entre tantas outras, isoladamente considerada. A libertação dos escravos sem um planejamento sobre seu aproveitamento econômico e social posterior desorganizou todo o segmento produtivo rural nacional sem dar-lhe qualquer solução que apontasse para o progresso econômico do país e não abria ao novo contingente de habitantes livres nenhuma oportunidade laborativa no ambiente rural ou urbano. Além disso, fulminava a principal atividade econômica do país. Deste modo, a pressão inglesa surtiu o melhor dos efeitos que podiam esperar de um povo tão submisso e apático, ou seja, na edição da lei áurea desbaratou-se o setor produtivo de maneira completa e espetacular e, de outro lado, enviou cerca de 15% de sua população para a miséria e a mendicância.

A enorme força humana de trabalho foi desperdiçada e vilipendiada por décadas. Um povo sem educação, ou ainda, grupos de indivíduos negros sem educação, pois eram todos os membros de famílias, tribos ou regiões separados sistematicamente nos leilões no porto do Rio de Janeiro e misturados a outros que falavam outras línguas e de regiões africanas diferentes. Assim, aqueles humanos sem identidade (já que povos distintos, de

---

<sup>71</sup>LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976, p. 267.

regiões e tribos distintas, arrancados de seu ambiente cultural) e sem oportunidades correspondiam a cerca de 15% da população contável (10 milhões de habitantes) em 1872 no primeiro censo nacional do Brasil (IBGE).

Para demonstrar a constância de uma mesma política extrativa vegetal, mineral e agrícola que não se modifica, depois da cana de açúcar e do ouro, novas atividades extrativas foram sendo introduzidas pelos novos cenários mundiais de que o Brasil teve oportunidade de participar. O surgimento da cultura do café na metade do século XIX vem substituir a exploração do ouro como força motriz da economia do Império, juntamente com borracha, cacau, algodão em períodos e regiões distintos.

As narrativas sobre a colônia e o Império escritos por historiadores financiados pelo Monarca e pela nobreza dão conta de que o período imperial tenha sido uma bela página de nossa história, chamando atenção para a cultura, nobreza de espírito, bondade, humanidade e altruísmo ímpares dos Imperadores<sup>72</sup>. A farta distribuição de títulos de nobreza entre seus auxiliares mais próximos e distribuição de sesmarias a quem se dispusesse a povoar o interior da colônia e lá construir sua riqueza consolidaram esse poder.

O exame crítico desse processo a que o país foi submetido lança as bases para a reconstrução da história e dessa trajetória colonial a partir da constatação dos danos irreparáveis causados à sua trajetória como nação desde o período colonial e a seu povo miscigenado que teve gravada em sua carga genética a opressão sofrida durante quase 400 anos de escravidão. A opressão racial e a econômica persistiram por todo o século XX e permanecem.

\*

A exploração vegetal voraz e a agricultura de monocultura também tiveram seu papel na construção do cenário de subdesenvolvimento colonial a que está submetido o país. A quase completa erradicação da Mata Atlântica (cerca de 95% foi derrubada), em nome da construção das cidades e estradas e a agricultura de monocultura foram e continuam sendo justificadas até hoje pela busca do progresso dos interesses comerciais e econômicos do capital industrial e financeiro internacional a que todos devem se curvar na novel sociedade sem leis que sirvam à coletividade, somente aos ricos empreendedores.

---

<sup>72</sup> CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10.

Nesse ambiente político de colônia extrativista e de remessa de produtos naturais, minerais e vegetais para a matriz, a classe dominante sem instrução e acostumada a viver voltada para Portugal e Europa de modo geral construiu seu modelo econômico exploratório e predatório que permeou a consciência de poder no país, que permanece até hoje.

O segmento de poder que se forjou no país é antinacional de modo geral, preconceituoso e racista com as populações mais pobres, posto terem sido seus escravos do século XIX, insensível aos reclamos dessa mesma população pobre, contrabandista de capitais e bens usurpados do setor público nacional<sup>73</sup>, despreocupados com a educação do povo, educação que pouco tiveram eles mesmos. Parafraseando Noam Chomsky, o segmento de poder no Brasil é alienado ao papel de colono dos países do norte e atua na alienação da população em geral para se manter no poder.

#### **2.4 República: cento e vinte anos de remessa das riquezas naturais ao hemisfério norte e de contrabando, política idêntica à da colônia e Império**

A proclamação da república do Brasil não ocorreu num quadro de quebra da ordem política precedente. Ela veio se desenhando desde a independência de Portugal, sessenta anos antes, até mesmo de antes dela. Isso porque a decisão de Portugal de buscar apoio da Inglaterra para ombrear-se a Espanha e a França, em 1703, como dito antes, cristalizou em cores definidoras a relação de Portugal com a Inglaterra e o modelo de parceria por esta imposto àquele.

Se em 1703 havia condições políticas para esse acordo entre as duas potências da época, é porque já tinham relações internacionais constituídas nesse nível ou nesse terreno. Isto é, dialeticamente, se o acordo vinha no sentido de reforçar a postura de nação de Portugal pela Inglaterra é porque já tinham relações desse nível, negociavam seus interesses bilaterais nesse patamar ou viam-se ambos em condições de pedir e de conceder esse apoio.

Nessa época, as relações inglesas e seus interesses na colônia portuguesa da América já existiam e eram vistas com grande interesse, pois se tratava do maior produtor mundial de açúcar. Assim, já no século XVII, essa relação bilateral estava posta. Perdurou todo o século XVIII a forte parceria com a influência e a política comercial

---

<sup>73</sup>Rodovia Transamazônica, ponte Rio-Niterói, Banestado, privatizações de siderúrgicas, mensalão mineiro e paulista, Petrobras, recursos minerais, Amazônia, pré-sal e outros.

marcantemente protecionista dos ingleses<sup>74</sup>, que permitiu que fossem lançadas gestões, aceitas por Portugal, de reduzir e, em seguida, extinguir o tráfico de escravos na colônia.

O século XIX demonstrará o aprofundamento dessa política inglesa praticada pelos portugueses até chegar ao ponto da abolição da escravatura, proposta ruim para o Império brasileiro, mas amplamente vantajosa para a Inglaterra e outros países que disputavam o comércio com o Brasil naquele momento. Nesse ponto, a título de exemplo de uma política que só trazia vantagens ao poderio europeu, pode ser lembrada a tristíssima tríplice aliança entre Argentina, Uruguai e Brasil que os uniu para levar a termo a Guerra do Paraguai que desmantelou o país entre 1864 e 1870, orientados política e financeiramente pela Inglaterra para seu único benefício<sup>75</sup>.

Portanto, ao chegarmos ao último decênio daquele século XIX, nos tornamos república em condições econômicas, financeiras e populacionais frágeis, pois erradicado o modelo econômico com base na escravidão e mão de obra gratuita, nenhum modelo havia sido pensado para substituí-lo. Aos ingleses um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil não interessava, e ao Imperador isso não se colocou em debate. A monarquia se desintegrava e, com ela, a economia brasileira.

A proclamação da república ocorre nesse cenário de desorganização estrutural da economia do país e a dependência econômica da Inglaterra e de outros parceiros internacionais, torna-se desejável, indispensável e inadiável.

O Brasil entrou na Guerra do Paraguai para atender interesses que não eram seus, que ao final beneficiou a Inglaterra e, por sua submissão, teve de arcar com os custos da guerra assumindo dívida externa com a própria Inglaterra<sup>76</sup>. Esta ganhava por todos os lados sem dar um tiro.

A dependência econômica e comercial ante os países europeus, como sempre tinha sido desde a colônia (1500) e Império (1822), quedou-se por permanecer nas primeiras décadas da república e do século XX. Observando-se todo o século XX, podemos verificar que permanece a mesma dependência econômica e política nos países do norte. Se observarmos o século XXI, em nossa hipótese, ainda persiste o mesmo olhar submisso aos interesses dos países centrais do norte.

---

<sup>74</sup>Talvez seja ainda hoje o país mais intransigentemente protecionista, mas que sempre defende a abertura de mercados para todos os demais, especialmente as colônias.

<sup>75</sup>CHIAVENATTO, op. cit., p. 163-165.

<sup>76</sup> **Dívida externa brasileira.** Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/divida\\_publica/downloads/Parte%201\\_1.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_1.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 17.

Exatamente do mesmo modo como age no século XXI, por exemplo, na produção e comércio do nióbio de Araxá na Bolsa de Valores de Londres. O nióbio produzido em Araxá-MG é contabilizado no comércio anual mundial na bolsa de valores de Londres com o dobro do que declarado no Brasil, sendo ele o único exportador mundial<sup>77</sup>.

O crime lesa-pátria vem sendo perpetrado há 500 anos. Ocorre hoje em Minas Gerais (Araxá), em Goiás (Catalão) e em São Gabriel da Cachoeira (AM), quando se fala no nióbio, metal estratégico mundial que somente o Brasil produz, pois a quase totalidade das reservas são em subsolo brasileiro, como se pode verificar em dezenas de vídeos no *Youtube*, cujas reservas são de US\$ 3 trilhões de dólares. Além disso, o Brasil é possuidor de cerca de 9% das reservas mundiais minerais. Mas todas essas reservas ou são de capital estrangeiro ou não estão sendo exploradas para garantir os interesses dos países do norte na bolsa de valores de Londres e pelo resto do mundo. Chegará o dia em que o povo tomará posse do seu petróleo, de seus valores identitários e de suas riquezas e banirá a submissão à ignorância e à violência imperialista.

#### 2.4.1 Produtor de matérias primas para a indústria dos países do norte

O início do período republicano foi, isto sim, inaugurado pelo ressentimento dos aristocratas rurais com a monarquia e a abolição da escravidão. Rompeu-se todo um sistema que funcionara perfeitamente por quase quatrocentos anos, porque modificá-lo, perguntavam-se. No entanto, tal como a revolução francesa e o iluminismo, se juntaram diversos sentimentos e ressentimentos e derrubaram a monarquia<sup>78</sup>.

O século XX tem início e o processo político nacional se arrasta penosamente por trinta anos. O ano de 1930 inseria o Brasil numa séria crise econômica em pleno “crack” da bolsa de valores de Nova Iorque. A dívida externa era de US\$ 1,3 bilhões, tudo a depender do café e da monocultura para solvê-la. A campanha eleitoral presidencial de 1930 tem como centro, de um lado, na chapa de oposição, a valorização de outras culturas além do café e, de outro lado, a intenção de eleger o presidente da república pelos cafeicultores paulistas.

Vencida a eleição pela situação e o assassinato de João Pessoa na Paraíba, candidato a vice-presidente da chapa opositora de Getúlio Vargas, é aceso o estopim da revolução para retirar do governo o presidente Washington Luiz e impedir a posse de

---

<sup>77</sup>Nióbio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8hHBoF92D1Y>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

<sup>78</sup>GOMES, op. cit., p. 20-24.

Júlio Prestes, candidato da situação eleito. Terminado o ano de 1930, Getúlio Vargas está no poder no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, história muito bem contada por Fernando Moraes no livro *Chatô – o rei do Brasil*<sup>79</sup>.

Do Estado Novo cabe ressaltar que a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, fundada em 1941, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1943, e a criação da Petrobras em 1953 consubstanciam-se em três importantíssimas modificações num quadro secular de dominação e dependência colonial que o Brasil viveu desde 22 de abril de 1500. Não se deve minorar a importância da criação dos ministérios da saúde, da educação e do trabalho, que não existiam.

Todos os relatos dão conta de um processo político que teve início no cenário da república velha e os velhos hábitos do século XIX, do clientelismo, aristocracia rural, eleições marcadas pela fraude, classe política pouco esclarecida e de um país atrasado e senhorial. Os primeiros presidentes da república antes de Getúlio Vargas (quatorze em 41 anos) foram envolvidos por problemas de afirmação nacional ante a lembrança do Império e de pouca estrutura logística, num país pobre e rural sem uma planta de desenvolvimento definida, para realizar planos de cunho generalizador de suas políticas governamentais.

Porém, devido ao caráter nacionalista e protetivo aos trabalhadores e às classes menos favorecidas, mesmo que dando toda atenção às classes mais abastadas em sua política de governo, o governo Getúlio Vargas foi atacado de todas as formas imaginárias, como a história pode nos mostrar. Este talvez tenha sido o maior e mais importante momento de defesa dos genuínos interesses nacionais brasileiros em toda sua história e, quando de seu término em 1954, havia modificado de modo profundo aquele quadro da república velha por ele encontrado, virando-se tal página da história nacional<sup>80</sup>.

A proposta de governo da Aliança Liberal dizia:

anistia e liberdade de pensamento e de imprensa; legislação eleitoral, voto secreto, leis trabalhistas e sociais; criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, industrialização do país,

---

<sup>79</sup> MORAES, Fernando. **Chatô o rei do Brasil**: A Vida de Assis Chateaubriand um dos brasileiros mais poderosos do século XX. SP: Cia das letras, 2012.

<sup>80</sup> FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999, p. 75.

proteção aos produtos e interesses nacionais, valorização de outras culturas além do café<sup>81</sup>.

Um programa de governo defensável por qualquer nacionalista e que, pode-se dizer, foi levado a cabo de uma forma ou de outra.

Porém um governo assim, deslocado de sua condição colonizada, não só deve ser deposto, como deposto da forma mais virulenta possível. O golpe militar que se desenhou não deu certo, pois o clamor popular após o suicídio de Getúlio Vargas atrasou esse projeto até 1964, por outras razões políticas e circunstâncias.

O golpe militar de 1964 foi a retomada do nosso caminho de nação colonizada. A tomada do poder através da deposição do presidente eleito João Goulart era uma resposta dos setores conservadores à mudança de rota de nossa dependência política e econômica dos EUA e europeus.

Após a substituição de Getúlio Vargas em 1954, em razão de seu suicídio, o país viveu uma fase em que as partes adiaram suas estratégias de domínio por alguns anos, mas a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart reacenderam as profundas divergências latentes.

A tomada do poder pelo aparato militar a mando dos países do norte teve como uma de suas primeiras medidas a celebração do acordo Mec-Usaid que definiria o modelo educacional nas duas décadas seguintes e que fazia parte do modelo econômico de entrega das riquezas naturais e minerais tal como a antiga trajetória de colônia.

O modelo econômico e político de dependência e entreguismo das riquezas que advinha de 460 anos, marcado por relações internacionais entre países poderosos e dependentes, estava de volta, agora para ficar até os dias atuais.

\*

Nesse novo processo político forjou-se o famoso milagre econômico. Dentro dele fariam o povo acreditar que a rodovia transamazônica seria um projeto de integração nacional, gastando somas vultosíssimas de dinheiro nacional e internacional numa escalada de dívida com os bancos internacionais sem precedentes, numa rodovia que não cumpriu sua missão.

O milagre econômico também produziu a exploração do ouro de Serra Pelada em Marabá no Pará da década de 1980. A maior mina de ouro já descoberta no mundo foi

---

<sup>81</sup>SILVA, Juremir Machado da. **1930**: águas da revolução. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 59.

exaurida em poucos anos e nenhuma contribuição trouxe ao desenvolvimento nacional, tendo em vista que não existia uma política nacional e governamental de proteção e aquisição dessas reservas auríferas, abrindo franco espaço para o contrabando<sup>82</sup> que se instalou à luz do dia diante da participação ativa ou passiva das autoridades políticas.

O entreguismo dos minérios no país, portanto, tem início por volta de 1720.

Quando descoberto ouro em Vila Rica, depois minério de ferro no Curral del Rey, diamantes em Diamantina e outras gemas preciosas em todo leste mineiro, surgia o papel do fiscalizador em lavras já conhecidas. Mas, quando surgiam aluviões desconhecidos, era o primeiro a montar expedições ao local desconhecido para daí auferir vantagens ilegais, vale dizer, contrabandear-lo<sup>83</sup>.

De volta aos tempos atuais, desmontada a ditadura militar e assumindo no país o movimento político democrático na década de 1980, o segundo presidente eleito após a redemocratização, Collor de Mello, também se bandeia para o lado do colonizador forâneo. Seu programa de privatizações determinado pelos países do norte buscou pinçar, justamente, o segmento que tinha sido retirado das mãos do capital internacional, a siderurgia. A título de acelerar nosso desenvolvimento interno e reduzir o peso do Estado, argumentos ditos em todos os telejornais a uma população crédula, eram privatizadas e entregues ao capital estrangeiro as empresas públicas que mais lucros davam ao país. Foram os casos da Usiminas, Açominas, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (que Getúlio Vargas havia criado) e outras.

Nosso parque siderúrgico é um dos mais modernos do mundo, pois foi criado cem anos após a siderurgia americana e europeia, e mais moderno que o japonês (que era posterior à 2ª guerra mundial). Usiminas criada em 1956, Açominas entra em operação em 1986. A Vale do Rio Doce era, quando privatizada, uma das maiores empresas minerárias do mundo com exploração e direitos de lavra em atividades por todo o mundo, hoje em mais de 26 países segundo seu sítio de *internet*. Não havia porque privatizá-las, a menos que se tratasse de implementação da política do Estado mínimo do liberalismo.

A CSN ainda mais. Era um dos orgulhos nacionais por ter sido uma siderúrgica trocada pelo apoio aos aliados na 2ª guerra mundial. Mas, como poderia o colonizador permitir que o colonizado perigosamente rico em recursos minerais pudesse ser

---

<sup>82</sup>GAMA E SILVA, Roberto. **O entreguismo dos minérios:** a quinta coluna no setor mineral. Porto Alegre: Tchê, 1988, p. 275.

<sup>83</sup>MAXWELL, op. cit., p. 25.

autossuficiente em matéria minerária, logo em setor tão estratégico para as grandes nações.

Se cotejarmos a política imposta a Portugal pela Inglaterra quando do acordo de 1703, da proibição de que a colônia produzisse bens manufaturados e que todos os bens minerais da colônia fossem a ela entregues, a privatização da CSN e do parque siderúrgico nacional era também uma imposição imperialista contra a colônia rica de bens minerais que não pode crescer, ver-se-á a semelhança espantosa 290 anos depois. A mesma metrópole e a mesma colônia! Em 1990 o governo brasileiro privatizou a CSN e todo o parque siderúrgico a americanos, canadenses e japoneses, parceiros de relações comerciais internacionais dos países do norte.

A política de entrega de minerais estratégicos (ouro, prata, nióbio, gemas, quartzo, urânio, terras raras), nossas matérias primas agora nomeadas de *commodities* pelos economistas de plantão e redes de TV, é sistemática desde 1500 e nada mudou.

O Brasil é o detentor de mais de 98% das reservas mundiais conhecidas de nióbio. Novas descobertas demonstram que o subsolo brasileiro conformou a quase totalidade desse mineral. A descoberta de nova mina no Amazonas distribui ao Brasil mais de 99% do mineral. De toda a produção mundial de nióbio comercializada anualmente na bolsa de valores de Londres, em comparação com o peso bruto da produção anual nacional, demonstra-se um subfaturamento dos valores de venda no Brasil e dos valores de venda em Londres.

As empresas que detêm a quase totalidade da produção mundial (as concentrações restantes são produzidos pelo Canadá e Austrália) sofrem dezenas de denúncias no *site* do *youtube*, em razão de exportarem legalmente parte da produção e não conseguirem impedir o contrabando de outra parte da produção (numa única mina de exploração) que reaparece no exterior sem pagamento de impostos.

É evidente que tal ilicitude é acompanhada com atenção pelos setores estratégicos do país, tal como o Ministério da Defesa, no entanto nada é feito em defesa do patrimônio nacional. Não o protege, não o estatiza, não o fiscaliza<sup>84</sup>. Será explorado pelo mercado internacional de minérios e nada ou quase nada será invertido em benefícios para o país, porém agudiza a ampla corrupção que grassa no país em todos os segmentos de poder e o resultado da pilhagem é transferido para cofres privados de bancos ocidentais e para

---

<sup>84</sup>GAMA E SILVA, op. cit, passim.

contas em dólares das elites políticas e financeiras do país no exterior, tal qual no Império e na colônia<sup>85</sup>.

É a política de colônia sendo mantida em prática nos tempos de hoje de modo plenamente submisso ao capital e interesses estrangeiros.

A descoberta das reservas de petróleo do pré-sal na bacia submarina do Brasil apontou diversas ponderações estratégicas. É certo que não são pesquisas da Petrobras de poucos anos. Vejamos o que diz a empresa:

Um dado que mostra, comparativamente, a alta produtividade do pré-sal é que a companhia precisou, em 1984, de 4.108 poços produtores para chegar à marca de 500 mil barris diários. No pré-sal, chegamos ao dobro desse volume de produção com a contribuição de apenas 52 poços<sup>86</sup>.

Se o país agir de modo independente e soberano de seus interesses não deve nem pode privatizar suas reservas ou a exploração do petróleo do pré-sal, sob pena de infringir os artigos 1º ao 4º da Constituição Federal. Terão sido 50 anos de pesquisas que permitiram a exploração do pré-sal. Nenhum outro país do mundo ou empresa detém tal tecnologia, somente a Petrobras. Disponibilizar às empresas estrangeiras os sítios de exploração do pré-sal equivale a entregar a quem não o pesquisou nem sabe como chegar lá um patrimônio patentado de bilhões de dólares, de graça. Outro aspecto da colonialidade do poder.

Nos últimos dez anos, o governo federal apresenta ao Congresso Nacional o projeto de lei do marco regulatório da mineração. Pretendia criar um modo mais consistente de regular a pesquisa e exploração das reservas minerais do subsolo brasileiro. Pode ter sido bastante para o *impeachment* sem provas e culpas. A culpa estava dada noutra esfera, na esfera do ferimento dos interesses dos países do norte. Governo de país colono do sul, querendo defender, mesmo que de modo pífilo e errôneo, sem a participação popular, os recursos minerais e o petróleo do pré-sal tem que cair.

Não comparo os governantes de 1930 e atuais. Getúlio Vargas demonstrou por diversos meios ser um estadista nacionalista. Nem aqui, note-se de modo bastante claro,

---

<sup>85</sup>CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução Marylene Pinto Michael. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1999, p. 300.

<sup>86</sup>**Pré-sal**. Disponível em: <[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

me posiciono por uma posição política. Poderia, mas não o faço. Apenas noto que uma política empresarial de uma das maiores petrolíferas do mundo foi abortada por interesses forâneos. E o projeto do marco regulatório da mineração foi abortado pelos mesmos motivos. Tudo na mesma década. Por isso a debacle do projeto político que estava no poder pode, nesses temas, ter alguns de seus motivos. As circunstâncias sempre favorecem os países do norte e interesses capitalistas controladores dos bancos, empresas e mídia do país.

As plataformas oceânicas de exploração de petróleo sempre foram contratadas e construídas noutros países e adquiridas pela Petrobras para seu uso. O candidato Luís Inácio Lula declara em campanha que vai produzi-las nos estaleiros nacionais. De fato, entre os anos 2002 e 2016 foram construídas e entregues plataformas de exploração de petróleo produzidas por estaleiros nacionais do Brasil. Bastou que o vice-presidente assumisse o poder em 2016, para que as encomendas de plataformas aos estaleiros nacionais fossem suspensas e novos projetos, contratados nos países do norte. Todos os estaleiros nacionais foram desativados e empregados especializados demitidos<sup>87</sup>.

Na “cabeça do cachorro”, nome que se dá ao formato de nossas fronteiras no alto do Estado do Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, outro crime lesa pátria está sendo cometido no século XXI. Aquelas terras estão entre os sítios minerais mais diversificados do mundo.

As maiores jazidas mundiais de nióbio estão em Roraima e Amazonas (São Gabriel da Cachoeira e Raposa – Serra do Sol), sendo esse o real motivo da demarcação contínua da reserva, sem a presença do povo brasileiro não-índio para a total liberdade das ONGs internacionais e mineradoras estrangeiras.

Há fortes indícios que a própria Funai esteja envolvida no contrabando do nióbio, usando índios para envio do minério à Guiana Inglesa, e dali aos EUA e Europa. A maior reserva de nióbio do mundo, a do Morro dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira (AM), é conhecida desde os anos 80, mas o governo federal nunca a explorou oficialmente, deixando assim o contrabando fluir livremente, num acordo entre a presidência da

---

<sup>87</sup>**Carta Capital.** Os estaleiros só afundam. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/921/os-estaleiros-soafundam>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

República e os países consumidores, oficializando assim o roubo de divisas do Brasil.

Todos viram recentemente Lula em foto oficial, assentado em destaque, ao lado da rainha da Inglaterra. Nação que é a mais beneficiada com a demarcação em Roraima, e a maior intermediária na venda do nióbio brasileiro ao mundo todo. Pelo visto, sua alteza real Elizabeth II demonstra total gratidão para com nossos “traíras” a serviço da Coroa Britânica. Mas, no andar dessa carruagem, esse escândalo está por pouco para estourar, afinal, o segredo sobre o nióbio como moeda de troca, não está resistindo às pressões da mídia esclarecida e patriótica<sup>88</sup>.

Com a descoberta do nióbio, urânio, alexandrita, ouro, entre outros minerais, na região, foi montada uma cena teatral em que os arroteiros foram expulsos das terras agora chamadas de indígenas como pretexto para os planos de dominação da região pelos mesmos países do norte.

O cenário foi montado e chegou ao STF – Supremo Tribunal Federal o processo nomeado de Petição (PET) 3388 em que deveria ser definida a forma de proteção das reservas indígenas naquele Estado. O Ministro relator foi Carlos Alberto Menezes Direito que votou em favor da constituição de reserva contínua, ou seja, tornando contínua a extensão da reserva e determinando que todos os não indígenas saíssem da área e residissem fora dela, mesmo contra todos os segmentos ativos da sociedade brasileira, inclusive as Forças Armadas. O abuso de autoridade foi tamanho que alguns arroteiros são nativos de lá e ali residiam há mais de 60 anos. Foram expulsos com prazo de saída e sem poder retirar grandes coisas, tamanha a urgência posta na lide.

O processo no Supremo Tribunal Federal – STF<sup>89</sup> permanece ativo e em andamento, sendo atualmente relatado pelo Ministro Roberto Barroso, e afastou o cidadão brasileiro e a segurança pública de cerca de 70% da extensão daquele Estado da federação para atender os interesses dos países do norte, que poderão explorá-lo a seu tempo e

---

<sup>88</sup> **Nióbio**. Disponível em: <<http://www.semprequestione.com/2016/04/denuncia-niobio-o-metal-que-so-obrasil.html#.WDrl4VymTIV>>. Acesso em: 27 nov. 16.

<sup>89</sup>BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. **Petição (PET) 3388**. Autor: Augusto Affonso Botelho Neto e outros. Origem: RR Roraima. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

interesse, devido à postura submissa da classe dominante brasileira, como sempre foi desde 1500.

Essa decisão judicial acaba por permitir, na medida em que proíbe a fiscalização do cidadão e da imprensa cidadã, a entrega do patrimônio público nacional do seu subsolo a interesses estrangeiros em vista de que a exclusão do cidadão brasileiro permite livre trânsito do estrangeiro nas terras indígenas, situação que traz consigo males maiores que benefícios. É caso típico de decisão conforme a letra da lei, mas afastada da realidade circundante e do interesse social.

São dezenas os vídeos de denúncias que podem ser visualizados no *Youtube*, entre os quais alguns que mostram Orlando Villas Boas denunciando há décadas a ocupação da Amazônia pelos estrangeiros. No tocante à ocupação das reservas indígenas por ONG's e interesses estrangeiros, denunciam que diversos líderes indígenas têm sido cooptados a irem estudar em universidades estrangeiras, nos Estados Unidos da América do Norte, e aprender que são eles mesmos povos autônomos e podem criar seus próprios estados à parte do Brasil. Apontam que os interesses por trás dessas sugestões são para que possam extrair os bens minerais da região amazônica sem interferências do governo colono brasileiro, negociando diretamente com o indígena<sup>90</sup>.

Boaventura chama a isso de fascismo territorial. Ocorrente nas situações que interesses com forte capital patrimonial, público ou privado, nacional ou internacional, retiram do Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo pressões de todo tipo, inclusive corrupção, exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses<sup>91</sup>.

Na reserva Raposa Serra do Sol, também na região da cabeça do cachorro, são 19 mil índios numa área 11 vezes o município de São Paulo, localizada na fronteira com a Venezuela<sup>92</sup> numa área de riqueza mineral incalculável.

Na maioria dos casos, estes constituem os novos territórios coloniais privados dentro de Estados de largas extensões que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu. Sob diferentes formas, a usurpação original de terras como

---

<sup>90</sup> **Orlando Villas Boas denuncia ocupação da amazônia.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GqIn-OVNqkxk>>. Acesso em: 25.02.2017. **Jornal da Band denúncia.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dA2AcSNHR6U>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

<sup>91</sup> **Estrangeiros ocupam terras na Amazônia. Jornal da Band.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kDbMEyh1OSQ>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

<sup>92</sup> **Raposa Serra do Sol. Tv Globo.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WyczDAZRzYI>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

prerrogativa do conquistador e a subsequente “privatização” das colônias encontram-se presentes na reprodução do fascismo territorial e, mais geralmente, nas relações entre seus capatazes e os moradores originais e camponeses sem terra<sup>93</sup>.

Não podemos, de nenhum modo, interpretar o direito em pedaços, e sim a partir da sua essência. Não de forma metafísica, mas sim de forma dialética, na busca da essência do direito em conflito. A manualidade (seguimento cego dos manuais e dos códigos) deve ser vencida pela constitucionalidade e pela compreensão principiológica das fontes do direito, que é a visão hermenêutica que precisamos alcançar para subirmos ao patamar mais alto na defesa da vida e do humano<sup>94</sup>.

Hoje são reservados para as grandes potências dos países do norte os minérios da reserva Raposa Serra do Sol, para desapontamento e tristeza dos brasileiros conscientes que tomam conhecimento desses fatos, com o beneplácito do STF e demais poderes da república.

Nesse episódio alarmante, o presidente Luiz Inácio Lula, inicialmente reticente, também foi cooptado a se inclinar aos interesses dos países do norte. A edição da Portaria 534 de 2005, editada pelo Ministério da Justiça, e o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que homologou a demarcação, no dia 15 de abril de 2005, credenciou-o a sentar-se ao lado da Rainha da Inglaterra e demais líderes mundiais em reunião no ano de 2009, após a votação do tema no STF, com o que também se acomodou<sup>95</sup>.

No julgamento do STF, os ministros decidiram-se sobre a Petição 3388, ajuizada pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), que contestava a demarcação da reserva de forma contínua. A ação pedia a anulação da portaria 534/2005. A demarcação da reserva havia sido concluída em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Por dez votos a um, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em 19/03/2009 manter a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Os únicos interesses atendidos nesse feito com esta decisão foram os dos países do norte, pois assim ficariam livres para ali transitar sem a interferência dos “nativos” brasileiros. Reportagem já citada acima, da TV Bandeirantes, dá conta de que, em viagem a Boa Vista, os repórteres depararam-se, entre 40 passageiros do voo, com 20 canadenses

---

<sup>93</sup>SANTOS (2007), op. cit., p. 17.

<sup>94</sup>CHAMON JR, Lúcio Antônio. **Teoria da argumentação jurídica**: constitucionalismo e democracia em uma reconstrução das fontes no direito moderno. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, passim.

<sup>95</sup> **Lula e a Rainha da Inglaterra**. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1068262-356,00LULA+PARTICIPA+DE+ENCONTRO+COM+RAINHA+ELIZABETH+II+E+LIDERES+DO+G.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1068262-356,00LULA+PARTICIPA+DE+ENCONTRO+COM+RAINHA+ELIZABETH+II+E+LIDERES+DO+G.html)>. Acesso em: 02 dez. 16.

que subiram o rio da região de barco sem qualquer controle da Funai ou do Exército brasileiro, desaparecendo na região. Trata-se da notícia de uma só viagem, o que se repete todos os dias.

Como se pode observar, todos esses fatos históricos somente demonstram que durante todo o período da colônia portuguesa nessas terras da América, o interesse inglês e dos países do norte esteve sempre determinando quem governa, porque e para que governa, o que permanece inalterado até hoje.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a PEC 241/55 de 2016 que foi aprovada pelo Congresso Nacional, sem que do assunto se tivessem notícias um ano antes, estão, por certo, dentro do mesmo espectro de dependência e colonização que o país tem vivido por mais de 500 anos nesse recanto do sul.

Se observarmos e percebermos esses fatos sob a ótica aqui exposta, da servidão e subserviência dos governantes aos interesses estrangeiros, explicado estará o *impeachment* da presidente do Brasil, que, todos sabem, em todos os partidos e posições sociais ou acadêmicas no país, não cometeu nenhum crime de responsabilidade, inscrito na Constituição nacional do Brasil. Cometeu somente o crime de estar no poder em momento de descoberta de pré-sal e pretender manter a forma de exploração do petróleo como monopólio da Petrobras, inadmissível ao *Império do Norte* dos países do norte. Ainda, propor legislar sobre um marco regulatório da mineração é, este então, completo desatino, cientes de que todos os poderosos e governantes estão de que esse espaço, ou seja, o subsolo, não lhe pertence, mas sim ao capital internacional desde 1500.

A percepção da identidade integral do povo do Brasil, quando for percebida pela maioria e que pode se constituir num modo diferente de ver os novos caminhos da sua história, poderá vir a confrontar o modelo entreguista e corrupto, ou do poder invisível dito por Bobbio<sup>96</sup>, que impede o desenvolvimento da vida brasileira há 500 anos. O controle do povo sobre a pesquisa, produção e exportação de toda a matéria prima mineral do país poderá modificar o equilíbrio financeiro internacional, pois são os produtos minerais que lastreiam as carteiras de investimentos em todos os setores da economia. Por isso que os países do norte atuam de modo tão implacável subjugando os países do sul, produtores dos bens minerais do mundo.

Nesse sentido, é que ericamos como hipótese o fato de que o mesmo modo de entendimento, compreensão e atuação que tinham os governantes da colônia, em 1500 e

---

<sup>96</sup>BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e terra, 2011, p. 117.

em todo o século XVI, permaneceu como único modo de entendimento do que sejam os bens estratégicos no Brasil e a quem eles pertencem, ou devem pertencer, e qual deve ser o tratamento a todos que não o acolherem, ainda hoje. O Brasil é colônia dos países do norte e assim deve continuar a ser por algumas décadas ainda.

Tal como todos os golpes políticos perpetrado na colônia, no Império, na república velha e na república nova, também, em 2016, novo golpe foi perpetrado contra o povo e a nação do Brasil. Transcorreu na maior paz, pode não ter sido dado um único tiro sequer, tal como o golpe que instituiu a república em 1889<sup>97</sup>. Foram, ambos, golpes contra o sentimento e o interesse nacional, dirigidos ao poder constituído, apoiados pela classe dominante na capital do império, Rio de Janeiro, e em Brasília 120 anos depois, cujas vítimas sucumbirão nos anos a seguir, como ocorreu na república.

Lá, quanto ao passado, autores defendem que a proclamação da república foi causada pelo abandono da aristocracia rural pelo Imperador quando da assinatura da Lei Áurea em 1888, entre outras razões. Mas pode ser percebido que a abolição da escravatura e a debacle econômica do Brasil após tal fato político foram planejadas na Inglaterra e para atender seus interesses de maior potência econômica mundial naquela altura. Aqui, em 2016, tratou-se da reafirmação de que o poder dentro do Brasil pertence aos países do norte. Afinal, o subsolo também produz golpes de Estado<sup>98</sup>.

O que se pode perceber olhando os fatos desse prisma, é que o momento em que o país experimentou um período de autogestão soberana com a menor interferência internacional foram os anos em que Getúlio Vargas governou nosso país. Entre 1930 e 1954, quando se suicidou, tivemos mais alta nossa cidadania soberana. Por isso é tido pela história como caudilho ditador sanguinário, este o legado que os países do norte querem que se diga dele. E as décadas seguintes foram todas de retomada pelo imperialismo do que esse período tinha nos legado: Petrobras, siderúrgicas, direitos trabalhistas, sociais e outros.

O impacto na balança comercial da produção mineral brasileira, incluídos ouro, ferro, nióbio, metais estratégicos, era da ordem de 5% do PIB em 2014. Entre 2000 e 2014, a participação do segmento de petróleo e gás natural no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil aumentou de 3% para 13%<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup>GOMES, op. cit., p. 61-63.

<sup>98</sup>GALEANO, op. cit., p. 148.

<sup>99</sup>**Economia e emprego.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/setorde-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro>>. Acesso em: 24 fev. 17.

Os aquíferos guarani e amazônico, água para a humanidade, estão sendo negociados com empresas internacionais para sua venda. Pergunta-se por que vender a água potável do país, bem mineral mais estratégico que existe!?<sup>100</sup>

Ao mesmo tempo, documentário da TV Brasil informa, em 2016, da colonização amazônica por americanos, coreanos e japoneses nos últimos anos. O que será que significará isso? Por que somos submissos a esse ponto? Onde estão nossas autoridades em assuntos estratégicos? O Brasil vem sendo explorado pelos países do norte como colônia há 500 anos e segue assim...

\*

A população da terra é de mais de 8 bilhões de habitantes no início do século XXI. Pequeno percentual de populações ricas e abastadas, com todo o conforto da tecnologia e, de outro lado, a grande maioria de população pobre, faminta e desconectada de qualquer tecnologia ou modernismo. É como termos alguns países do norte ricos e a grande maioria da população da terra pobre, sem acesso à sua soberania. Isso não é normal.

Todas as riquezas naturais e minerais de todos os cantos do mundo são sugadas pela América do Norte, Europa do Norte (pois a Europa do Sul é Sul)<sup>101</sup> e, na última década, China<sup>102</sup>.

A política econômica exploratória e predatória capitalista tem conseguido, nos 250 anos de criação do Estado burguês e da ordem jurídica na Europa, a criação de grandes cidades, concentração de populações urbanas, poluição, mercados financeiros e bolsas de valores ditando o ritmo da vida. Exploração natural e ambiental, desmatamento, incêndios, secas, poluição da água, do ar e do solo são resultados desse profundo processo exploratório pelos países do norte.

Agricultura de monocultura no século XXI (soja mecanizada de exportação, por exemplo), que atenda aos interesses do norte, em detrimento da agricultura diversificada e familiar que alimenta todo o país.

Sempre a cegueira ocidental de reduzir a realidade ao conceito, realçar em valores supremos a ciência e as técnicas como meios de manipular as coisas e os homens é uma exceção minúscula na epopeia humana de mais de três milhões de anos<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup>SANTOS (2007), op. cit., p. 16.

<sup>101</sup>DUSSEL (1993), p. 182-183.

<sup>102</sup>FAIRBANK, John King, GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Tradução de Marisa Motta. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 420.

<sup>103</sup>GARAUDY, op. cit., p. 1.

Não podemos ver o mundo como um mercado de reserva ou de exploração dos países do norte. Ele é composto de enorme complexidade cultural e jurídica se vislumbramos o arcabouço científico, cultural e econômico de asiáticos, europeus, africanos ou americanos de maneira geral<sup>104</sup>. De fato, a grandeza e a beleza da civilização humana na terra advêm da pluralidade de visões existenciais entre todos os países e povos e é daí que surgiu a multiplicidade de conhecimentos científicos que hoje possuímos.

A então União Soviética sofreu enorme destruição durante a 2ª guerra mundial. “Um prazo de 25 anos, é o tempo de que a Rússia necessita para poder reconstruir o que foi destruído”. Foi o que disse o general nazista a Hitler após ser ali derrotado. Durante muitas oportunidades as potências capitalistas tentaram ditar sua vontade, intrometer-se nos assuntos internos do país, mas foram sempre rechaçados<sup>105</sup>.

Com a Revolução Industrial, o capitalismo concentrador de capital e de riquezas assumiu a hegemonia entre as formas de governo, superando o socialismo, que sucumbiu, restando isolado em alguns Estados nacionais.

A dominação sobre todos os povos e países mais atrasados ou colonizados vem das 200 famílias mais ricas do mundo, grandes trustes e conglomerados industriais que ampliam sua concentração financeira e a exploração de países e continentes desde a revolução industrial, portanto há 300 anos.

Essas famílias e grandes grupos financeiros internacionais mantêm o controle acionário de todas as empresas de porte grande no mundo e dos recursos naturais, minerais de todo mundo, como podemos perceber no modelo minerário do Brasil, em que o capital estrangeiro é dominante.

O Ocidente, leia-se os países do norte, a partir de uma visão política intervencionista hegemônica, arranha sistematicamente os princípios de autodeterminação e de não intervenção entre os países<sup>106</sup>, tal como terrorismo e racismo de Estado, política repudiada pela sociedade brasileira (art. 4º, VIII da Constituição Federal de 1988), colocando-se em choque contra os princípios da soberania dos Estados, entre eles o Brasil, e da dignidade da pessoa humana para muitas populações da terra.

---

<sup>104</sup>PIMENTA, Rafael S., Um novo olhar para o encontro das civilizações. In **Estudos avançados de direitos humanos e constitucionalização do direito internacional – Ciclo I**. Orgs. FREITAS, André V.L. et al. Pará de Minas: Virtual books, 2015, p. 108.

<sup>105</sup>BREJNEV, Leonid. **Memórias: a terra pequena, renascimento, terras virgens**. RJ: Civilização, 1980, p. 101.

<sup>106</sup>COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 527-533.

A compreensão dos princípios jurídicos e dos direitos fundamentais que devem reger as relações e o direito internacional também vem sendo modificada nos tempos modernos. O direito, sempre em movimento e mutação, se desenvolve e responde diretamente aos movimentos da sociedade que o cerca.

Nos dias atuais, o aprofundamento do capitalismo na maioria dos países e a hegemonia imperialista dos interesses econômicos e comerciais, acima dos interesses humanitários e de solidariedade internacional, tem aberto espaço para a defesa da intervenção externa ocidental sobre outros Estados que não sigam as mesmas regras e princípios, sob o nome de universalização planetária dos princípios e regras de direitos humanos.

O ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*. Quando, por exemplo, uma potência ocidental intervém num país do Terceiro Mundo em decorrência de violações dos direitos humanos, pode ser perfeitamente "verdadeiro" que, nesse país, os direitos humanos mais elementares não têm sido respeitados, e que a intervenção ocidental irá efetivamente melhorar o quadro desses direitos. Mesmo assim, essa legitimação é "ideológica", na medida em que deixa de mencionar os verdadeiros motivos da intervenção (interesses econômicos, etc.). O modo mais destacado dessa "mentira sob o disfarce da verdade", nos dias atuais, é o cinismo: com desconcertante franqueza, "admite-se tudo", mas esse pleno reconhecimento de nossos interesses não nos impede, de maneira alguma, de persegui-los; a fórmula do cinismo já não é o clássico enunciado marxista do "eles não sabem, mas é o que estão fazendo"; agora, é "eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo"<sup>107</sup>.

A exploração do homem pelo homem em todos os recantos da terra tem milhares de anos, seja através da exploração escravista e depois colonial. Mas, nas últimas

---

<sup>107</sup>ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. **Um mapa da ideologia**. Org. Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. RJ: Contraponto, 1996, p. 12-13.

décadas, essa exploração e a dependência econômica e financeira por meio da injeção de capitais e retirada deles, quando lhes é conveniente, a partir de uma mesa digital em qualquer lugar do mundo, mudou a face do jogo internacional. Vivemos num mundo em que a conveniência do capital e dos lucros, puramente especulativa, contrasta e em nada se assemelha ao interesse do conjunto da população das regiões exploradas.

Chossudovsky aponta que no dia 11 de setembro de 1998 e nos dias e semanas seguintes, foram retirados do Brasil pelas bolsas de valores cerca de U\$ 5 bilhões por mês. O Banco Central foi saqueado sob a anuência de Fernando Cardoso (FHC) então presidente da república. O Ministro Pedro Malan nada determinou que se fizesse, pois nada podia ser feito. Em seis meses a dívida interna do Brasil quase duplicou. Nada foi à imprensa. Tudo feito na surdina. Mais uma vez o povo foi vilipendiado pelos poderosos e subservientes aos países do norte<sup>108</sup>.

\*

O Direito Internacional surgiu e tornou-se necessário quando os comerciantes burgueses iniciaram negociações fora da esfera do mesmo território, seja ele um feudo, império ou país, ampliando-as a ponto de envolverem e interferirem sobre interesses de outros territórios<sup>109</sup>.

O comércio internacional toma relevância maior a partir do século XII e das Cruzadas cristãs a Jerusalém e Constantinopla. Não que essas Cruzadas tivessem motivação comercial intrínseca. Tinham motivação aparente religiosa. Mas o deslocamento de grandes exércitos em grandes distâncias motivou e colocou em contato povos e culturas distintas, permitindo e incrementando o comércio internacional.

Iniciado esse movimento de intercâmbio comercial propriamente dito, foi preciso compatibilizar-se as normas comerciais de cada povo ou região em atividade comercial. Passadas décadas e séculos, as negociações e celebrações dos acordos bilaterais e multilaterais permitiram o surgimento dos tratados internacionais.

Os tratados internacionais são meios pelos quais o comércio entre agentes públicos e privados estabelecem as regras de suas relações comerciais e políticas. Esse relacionamento é conduzido em nível governamental e diplomático, impossibilitando que participem dele as relações comerciais de pouca expressão, estas de cunho meramente comercial.

---

<sup>108</sup>CHOSSUDOVSKY, op. cit., p. 299-300.

<sup>109</sup>HUBERMAN, op. cit., p. 62.

A criação da Organização das Nações Unidas – ONU, após o final da 2ª guerra mundial, tinha como objetivo principal a inclusão de todos os países num fórum mundial de discussão de temas de interesse geral. Porém, passados 70 anos de sua fundação, não tem conseguido que o interesse social dos povos e nações se sobreponha aos interesses comerciais de grandes corporações que, acima dos governos, decidem as políticas públicas e privadas em todos os cantos do mundo.

O sistema político representativo que temos atualmente no mundo na maior parte dos países permite que o governante tenha como sua a atribuição de decidir o que deve ou não ser celebrado pelo seu país na esfera internacional em vista de ter sido eleito para tal função em determinado período de tempo de mandato. Ocorre que os interesses que preponderam nas relações internacionais não são os dos povos, mas sim das corporações em detrimento da paz, da harmonia entre os países, da erradicação da fome, da violência e do preconceito étnico e religioso.

O comércio internacional, assim, atende prioritariamente os interesses das grandes corporações e seus sócios de capital por meio das inversões de capital nas bolsas de valores no mundo todo. Interferem na economia, insuflando-a ou asfixiando-a de um momento para outro, financiando a troca de um grupo político no poder por outro numa orquestração de poder. O desmonte da saúde, educação, infraestrutura, política do país, comprometendo seus poderes, é questão de tempo e oportunidade circunstancial na ordem econômica. Não existe correspondência entre esses fatos e o interesse social, que é irrelevante nessa ordem<sup>110</sup>. No ambiente macroeconômico, só importam as relações comerciais e o superavit entre investimentos e lucros, tornando-se de pouca importância o impacto social que tais medidas econômicas venham a ter.

A criação dos BRICS, grupo de cooperação entre países em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que tão brilhantemente esses parceiros construíram em décadas, não é do interesse dos países do norte e deve ser desestimulado por ser ameaça aos interesses dos países mais poderosos da Europa do Norte e América do Norte. Toda pressão econômica, política e comercial deve ser utilizada para desacelerar o crescimento dos diversos países na América Latina, dos países árabes (Afeganistão, Iraque, Líbia, Egito, Síria) em nome da geopolítica mundial de poder.

Assim como ocorreu no curso da história moderna do século XX, em diversas regiões do mundo, desde antes da criação da ONU.

---

<sup>110</sup>DELGADO, Paulo. **Jornal O Globo**, 02 jan. 2017.

### 3 ACEITAÇÃO DA COLONIALIDADE ANTE OS PAÍSES DO NORTE

Exposto no Capítulo I o problema que pensamos haver no mundo e no Brasil, especialmente, 500 anos de exploração capitalista sobre os povos do Sul<sup>111</sup>. No capítulo II discutimos a hipótese que consideramos a mais provável para a existência deste problema.

#### 3.1 A dependência econômica, política e cultural em todo o mundo e no Brasil no século XXI

Quando nos referimos aos países do norte, estamos a nos reportar aos que Boaventura chama de o universo “deste lado da linha”, tais como os países europeus e do norte da América como países mais ricos e desenvolvidos. Os países do sul são os demais, são os países “do outro lado da linha”.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, se torna inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente e excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo

---

<sup>111</sup>GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. SP: Cortez, 2010, p. 467.

da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética<sup>112</sup>.

Neste trabalho, nos colocamos como os povos que estão do “outro lado da linha”, dito por ele. Vemos os países do sul como “o meu lado da linha” e toda a linha argumentativa assim o reconhece, sendo sempre colocado na terceira pessoa do singular.

Segundo os sábios astecas e maias, ambos povos violentamente sacrificados e exterminados pelo descobridor-colonizador europeu, quando perceberam o que queriam os europeus disseram que um novo deus tomava o poder, o deus ouro, deus prata que era o único a quem seguiam os invasores<sup>113</sup>.

Os europeus contam a história, posto que fossem os vencedores. Segundo entendiam, o ameríndio só se ocupava de práticas incompreensíveis, mágicas ou idolátricas. O desconhecimento daquele conhecimento adquirido por séculos de aprendizagem foi tido como selvagem e erradicado na maior selvageria.

A apropriação e a violência tomam diferentes formas na linha abissal jurídica e na linha abissal epistemológica. Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias [presos a ferros] e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial<sup>114</sup>.

Boaventura cita Guantánamo como exemplo de forma abissal jurídica, entre outras formas de violência, tais como discriminações sexuais, raciais, nos guetos, nas prisões,

---

<sup>112</sup>SANTOS (2007), p. 3-4.

<sup>113</sup>DUSSEL (1993), p. 151.

<sup>114</sup>SANTOS (2010), p. 37-38.

como vemos no Brasil, a explosão da violência em diversos presídios e nas ruas de diversas cidades em que o Estado não se sente capaz de intervir, pois não tem interesse de proteção do mais fraco, entre outros interesses<sup>115</sup>.

O processo de desenvolvimento da sociedade a partir do momento em que a burguesia tomou sua direção ocorreu alguns séculos antes, mas, por volta de 1790, na França e Europa, passou a chamar Estado Jurídico ou Estado de Direito. Desde então, sempre que o domínio da burguesia foi sacudido ou vivenciou algum desequilíbrio, mais correções eram feitas e mais essas correções se tornaram comprometedoras. Mais depressa esse Estado foi se modificando e moldando-se à face e aos interesses do capitalismo que se desenvolvia. Finalmente, passados anos ou décadas, a burguesia teve que arrancar a máscara do estado de direito e desnudar a essência do poder de Estado, tal como a violência organizada de uma classe social sobre as outras<sup>116</sup>. Não que a isso tenha sido obrigada, a presunção de poder é que causou esse novo modo de expressão. Na verdade, já não eram necessárias meias palavras, já que passou a ter pleno controle do exercício do poder mundial. O poderio das famílias mais ricas do mundo é avassalador. Sua dominação se estende em todos os domínios econômicos, em todos os continentes, em centenas de grandes empresas e governos.

O colonialismo a que o Brasil esteve sujeito por quase 400 anos é, além da violência física e militar, uma dominação epistemológica, uma dominação no modo de pensar e de agir do colonizado. Estabeleceu-se uma relação por demais desigual entre os saberes de ambos os lados da linha, entre o colonizador e o colonizado, aqui e entre os países do norte e do sul. Muito do conhecimento dos povos colonizados foi descartado e suprimido e outros aspectos relegados a plano inferior<sup>117</sup>.

Quando as formas de colonização construídas por quatro séculos, no caso brasileiro, não se desmantelam ou se dissipam depois da descolonização político-jurídica, e permanecem todos os sinais de manutenção do mesmo *status* de superioridade e inferioridade entre a ex-colônia e o ex-colonizador, estar-se-á saindo do período de colonização para o período da colonialidade. O explorado, que permanece na condição de explorado, continua a viver sob a rude exploração e dominação europeia/norte-americana.

A colonialidade, cujo sufixo “-idade” é acrescentado a adjetivos para formar substantivos que expressam a ideia de estado, situação ou quantidade, permite-nos

---

<sup>115</sup>SANTOS (2010), p. 39.

<sup>116</sup>PACHUKANIS. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Trad. Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1977, p. 192.

<sup>117</sup>SANTOS (2010), prefácio, p. 11.

perceber a continuidade das formas coloniais de dominação, num estado de colônia, mesmo após o fim da administração colonial, porque permanecem a cultura colonial e as estruturas econômicas e sociais de antes<sup>118</sup>. Mudam as nomeações das estruturas jurídicas, mas permanecem os estamentos de poder inalterados.

Se, ainda mais, verificarmos que no mundo moderno os países do norte controlam, ou são controlados, pelo sistema financeiro internacional, incluídos o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ver-se-á que os países periféricos, tais como os países do sul, entre eles o Brasil, não terão meios capazes de se desvencilharem do colonialismo moderno, do sistema financeiro internacional, caso queiram. Por seu lado, o desinteresse em se livrarem do sistema colonial após sua descolonização é que molda o sentimento de colonialidade, de subserviência dos países do sul ante os interesses dos países do norte.

O que parece necessário é encontrar o modo pelo qual os povos do sul poderão perceber essa sua condição colonial, assumir sua colonialidade e enxergar nela os danos civilizatórios que ela lhes causa. Mas, ainda assim, a mera percepção dessas condições é insuficiente para um rompimento e a busca por outro caminho de desenvolvimento das civilizações do sul.

A validade de qualquer conhecimento é sempre contextual, seja no aspecto cultural como político. Quando se trata de relações hierárquicas colonizador-colonizado, são constituídos conhecimentos rivais. E, nessa conta, a intervenção do país do norte é sempre descredibilizante, desmobilizadora, pois é de cunho econômico, mas também é de cunho cultural e ideológico.

O que se deve sempre buscar, mas não é este o sentimento atual de colonialidade do Brasil, seus governantes e seu povo, é uma epistemologia alternativa ao modelo presente há 500 anos, mesmo ciente de que é um processo desregulamentador de uma lógica construída, desconstruída e reconstruída por cinco séculos.

São muito graves as infundáveis denúncias contra o entreguismo e a profunda corrupção dos agentes públicos quanto aos bens minerais e à riqueza nacional, a título apenas de exemplo, do Brasil desde a colônia até os dias atuais. Gama e Silva lança denúncias fortes embasadas em documentos. Diz que a interdependência somente ocorre

---

<sup>118</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 467.

entre iguais: Estados Unidos ou Rússia; França, Inglaterra ou Alemanha; Brasil ou Argentina. Fora desse círculo, a interdependência entre desiguais é dependência<sup>119</sup>.

Uma descolonialidade é buscada pelos que defendem uma epistemologia do sul, um modo de pensar o sul como matriz de conhecimento e cultura, pois para os países do norte essa hipótese não existe. Não existe conhecimento entre os países do sul que se contraponha de modo efetivo ou válido ao conhecimento produzido no norte. E o sentimento de colonialidade é a postura que adotam e assumem pessoas entre os povos do sul de acolhimento dessa noção de que o sul nada produz de bom ou que sirva para substituir o conhecimento do norte, um sentimento de inferioridade colonial, estabelecendo uma distinção invisível entre as sociedades da metrópole e dos territórios coloniais<sup>120</sup>.

É como defender que a Petrobras seja privatizada e entregue ao capital estrangeiro, tal como se fez após a redemocratização do país nos anos 1990 com o parque siderúrgico, pois se de um lado o Estado nacional não sabe e não tem condições de gerir a empresa, devido à ampla corrupção que grassa em todos os poderes de nossa sociedade, de outro lado, o capital estrangeiro vai gerir muito melhor e pagar impostos por isso, pois é muito mais competente que o nativo para gerir grandes desafios. Esse o pensamento de colonialidade que domina amplos setores da inteligência nacional colonizada.

Acreditar que a entrega da Petrobras (e dos diversos recursos minerais e naturais) ao capital internacional seja benéfico ao país e à empresa, é aceitar que a tecnologia elaborada por mais de 30 anos de pesquisas, que somente ela possui no mundo sobre produção no pré-sal, deva ser repassada de modo gratuito às empresas estrangeiras, numa atitude claramente colonizada e entreguista.

\*

Para a compreensão da hipótese da consolidação da exploração capitalista sobre o Brasil, tal como as demais colônias europeias, mesmo após sua independência da matriz ou metrópole original e histórica, é que se chama a atenção para o cenário político europeu e norte americano do século XVIII, quando do surgimento da ordem normativa jurídica.

A ordem jurídica surgia como uma criação ocidental, inspirada na cultura greco-romana, resgatada por Tomás de Aquino no século XII e outros pensadores medievais, e pretendia orientar as regras de convivência entre os cidadãos, instituindo direitos e

---

<sup>119</sup>GAMA E SILVA, op. cit., p. 5.

<sup>120</sup>SANTOS (2010), p. 32.

obrigações para todos a partir da noção de direito privado advinda dos filósofos gregos no século II aC.

Aprimorados seu entendimento e reflexão pelo direito romano, veio a ser a matriz da ideia do Estado de Direito que vigora hoje na maioria dos países ocidentais, a de países que se pretendem dotados de constituições e de leis, poderes autônomos de Estado e instituições democráticas no exercício do direito de representação do povo.

O desenvolvimento da ideia de criação de uma ordem normativa jurídica ocorreu a partir da necessidade da burguesia livrar-se da tutela da monarquia, visando, em última instância, dividir com ela o poder político e econômico.

Mesmo tendo a burguesia vencido a monarquia na batalha pela distribuição e ampliação dos espaços de poder político e econômico, acumulados desde o início do comércio nas cidades europeias nas grandes feiras de especiarias<sup>121</sup>, o que realmente queria era acomodar-se no poder. Dessa forma, restava assim definitivamente marcado e delimitado o campo das reformas e dos rumos que o projeto de democracia burguesa tomaria.

Foram reformas visando alcançar a liberdade, a igualdade, reforçando o individualismo, aumentando o espectro do poder econômico, mas mantendo-o ainda firme e claramente nas mãos de poucos, agora burgueses, numa sociedade regida por interesses, e não princípios, que podem ser sempre negociáveis<sup>122</sup>.

A Renascença ou o Iluminismo, movimento cultural e político, é o nascimento conjugado do capitalismo e do colonialismo, longe de ser o apogeu do humanismo, destruiu civilizações superiores à do Ocidente, em diversas dimensões, tais como nas relações humanas, com a natureza, na sociedade, com o divino<sup>123</sup>.

A ordem jurídica foi imaginada e está apoiada na visão burguesa de democracia e direitos individuais, antagonizando o Estado a todo tempo, por isso defendendo sempre e a todo momento o Estado mínimo, que tanto temos ouvido nos dias atuais no Brasil<sup>124</sup>. A ordem jurídica colocando o direito no papel de proteção da burguesia contra o Estado e contra o povo de modo geral<sup>125</sup>. Advém daí o progresso do direito do indivíduo, da livre

---

<sup>121</sup>HUBERMAN, op. cit., p. 31.

<sup>122</sup>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Direito processual constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentus, 2001, p. 173.

<sup>123</sup>GARAUDY, op. cit., p. 1.

<sup>124</sup>MONTOYA, Rodrigo Botero. Relevância do livre comércio. **O Globo** 02.01.2017, p. 16.

<sup>125</sup>TUMÁNOV, Vladímir. **O pensamento jurídico burguês contemporâneo**. Moscou: 1984. Tradução portuguesa de Palmeiro Gonçalves. Lisboa: Editorial Caminho, 1985, p. 56-57.

concorrência privada, da diminuição do tamanho do Estado, em detrimento do interesse coletivo.

Pode ser tomada como certa a ligação íntima entre capitalismo e colonialismo, afirmado por Garaudy. Há quem defenda que o imperialismo é constitutivo do Estado moderno. Ao contrário do que afirmam as teorias convencionais do direito internacional, este não é produto de um Estado moderno pré-existente. O Estado moderno, o direito internacional e o constitucionalismo nacional e global são, eles sim, produtos do mesmo processo histórico imperial<sup>126</sup>.

Tudo que se percebe no Brasil atual é a burguesia, agora sob a direção do grande capital internacional, de bancos, telefônicas, mineradoras, todos dominados por capitais internacionais monopolistas, utilizar-se dos meios de imprensa dominados para convencer a classe média e o povo de seus planos de constante ampliação de lucros e exploração social, determinando o que pode e o que não pode ser executado na economia. A reforma para extinção do modelo de previdência social e do Sistema Único de Saúde (SUS), que tanto vem dando certo no país, e a reforma trabalhista, criando um mercado de trabalho apoiado na terceirização das ocupações do trabalho, são exemplos desse estado de coisas. Nessas reformas que golpearão os direitos sociais de modo profundo, a mando dos países do norte, os poderes da república, os empresários e a imprensa inclinam-se em sinal de reverência colonial do mesmo modo que na colônia.

Ainda mais, pode-se observar e ouvir setores da imprensa, intelectuais, empresariais e do povo a repetirem, como se soubessem o mal que tais mudanças vão causar ao desenvolvimento sustentado do país, as máximas de que o Estado é gastador, corrupto, incompetente e deve entregar a economia e os segmentos produtivos nacionais às mãos da iniciativa privada.

A ordem jurídica é um importante e moderno sistema de governança disponível ao conhecimento humano. Os burgueses dos países ocidentais herdaram-na da cultura greco-romana e foram aprimorando-a até os dias atuais.

Mas é um sistema imperfeito, inacabado, em evolução, pois ainda não conseguiu assegurar a todos os países e povos o pleno exercício da democracia como se afirma dele. Democracia enquanto igualdade de acesso às riquezas do planeta, ou igualdade de oportunidades para todos os povos em educação e saúde, por exemplo, não pudemos alcançar ainda. A ordem jurídica democrática ainda não conseguiu mitigar as mazelas

---

<sup>126</sup>SANTOS (2007), notas, p. 5.

que, em seu nome, os países do norte têm perpetrado a diversos povos de todos os continentes em busca do lucro, da acumulação e concentração de capital.

Existem ainda muitas outras situações de discriminações na esfera individual, tais como sexuais, raciais, na esfera pública ou privada, nas áreas sem lei das megacidades, nos guetos, nas prisões, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil, na exploração da prostituição, entre outros. Se ainda percebermos que até a 2ª guerra mundial cerca de 85% dos territórios da terra eram de colônias ou ex-colônia, percebe-se que o tema é da máxima atualidade<sup>127</sup>.

A minha tese é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicos. Atualmente, Guantánamo representa uma das manifestações mais grotescas do pensamento jurídico abissal, da criação do outro lado da fratura enquanto um não-território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia<sup>128</sup>.

Assim como o claro desrespeito a qualquer conjunto de leis nacionais ou internacionais, Guantánamo é uma anomalia que o capitalismo sustenta e protege.

### 3.1.1 O Estado mínimo sustentado pela corrupção

Quando se observa o quadro societário das empresas exploradoras minerais no Brasil e no mundo ou a divisão societária dos bancos e das principais empresas do

---

<sup>127</sup>SANTOS (2010), p. 40.

<sup>128</sup>SANTOS (2007), p. 10.

mundo, pode-se perceber sempre os mesmos interesses concentradores de capitais em monopólios. A profunda e gravemente preocupante concentração de capital no mundo moderno se agudiza cada dia mais<sup>129</sup>.

O momento político brasileiro na segunda década do século XXI mostra-se bastante conturbado, mas pode ser justificado dentro dos limites desta discussão. É, até mesmo, outro elemento de demonstração da docilidade e alienação imposta ao brasileiro colonizado em relação aos seus colonizadores europeus.

O que desejam os donos do capital na sociedade mundial é o Estado mínimo. Mínimos gastos com o social – educação, saúde, transporte, segurança pública – mesmo que listados em grau de máxima importância na Constituição brasileira. Mínimos a ponto de não haver algodão, álcool, gaze, médicos e enfermeiros nos hospitais, nem mesmo vagas ou leitos para acolher os enfermos.

A educação de péssima qualidade – escolas mal construídas e aparelhadas, nenhum incentivo aos funcionários ou aos professores, que lutam por seus próprios meios pela melhoria de instrução, ausência de políticas de fomento de bolsas estudantis de graduação e pós-graduação – tudo soma a favor do Estado mínimo, isto é, uma coisa auxilia a outra. Quanto menos pessoas esclarecidas melhor para sua implementação, pois assim o argumento de sua validade nem é criticamente analisado pelos cidadãos sem instrução.

Nos idos de 1980, a educação universitária pública correspondia a 80% das vagas em Minas Gerais e de resto em todos os Estados. Hoje a inversão se consolidou e mais de 80% das vagas são no ensino privado.

O transporte público no Brasil é público, concedido ao setor privado que despreza o usuário, que é seu mantenedor, sob olhos ávidos e gananciosos dos políticos que também ganham vultosas somas na corrupção com a ignorância popular.

A segurança pública também é privada. No Brasil são alarmantes as estatísticas da violência contra o cidadão. Esquadrões da morte, torturas, achaques, milícias, violência e mortes por assassinato no campo e na cidade, tais como no Império português, há 300 anos. Famílias e grupos de famílias de trabalhadores rurais desarmados, às vezes dormindo, são assassinados pela polícia corrupta do Estado burguês corrupto, sem sequer abertura de inquéritos policiais para sua apuração. A estatística da violência urbana e

---

<sup>129</sup>KARPOVA, Lisa. **As poucas, mas poderosas famílias, que governam o mundo**. Pravda: 18 out. 2011. Pravda.Ru. Traduzido para o português.

rural no Brasil em tempos de paz, na profunda desigualdade social reinante, é superior ao número de vítimas da guerra civil da Síria.

Toda a mídia vende de modo insistente a ideologia do Estado mínimo. Porque, se alcançado, melhora o mercado de lucros para o capitalista que lucrará sempre mais, não importando o interesse social. A política do Estado cada vez mais mínimo faz com que todos os serviços públicos sejam cada vez piores e a violência social cada vez maior e mais profunda. Todos os dias as matérias jornalísticas dão conta do caos da saúde, educação e dos serviços públicos que, na verdade, foram os grupos de poder que causaram. Culpam o desperdício e corrupção do Estado como responsáveis, mas foram eles que o corromperam.

O cidadão acompanha esse raciocínio e chega à conclusão de que o Estado é mesmo incompetente para gerir a economia do país. Está dada a premissa, basta agora derrubar o governante e colocar lá outro que com essa condição se identifique. Qualquer um serve a esse intento, pois ele nada precisa entender. Os executores da política serão indicados pelos principais bancos do mundo. Vale dizer, pelos principais acionistas desse Estado mínimo no mundo e a farra da corrupção segue seu caminho.

Isso ocorre em todos os países do mundo. Hoje quem domina os investimentos e interesses públicos são os banqueiros que residem nos países do norte, elegem e mantêm os governantes alienados à sua condição de corruptos com contas bancárias no exterior. Desestabilizam e derrubam governos que não lhes seguirem os interesses, numa escalada de corrupção que a todos envolve e contamina<sup>130</sup>.

O sentimento colonial de entrega do patrimônio natural e do subsolo aos colonizadores do norte fica assim posto, profundamente arraigado na corrupção que no país se instalou há cinco séculos, se contradiz ao fato de estar entre as maiores economias do mundo. O Brasil é um país exportador de matérias primas, possuindo extenso e poderoso parque industrial subutilizado.

O terrorismo de Estado, que a Constituição de 1988 rechaça, vem sendo praticado às escâncaras por todo o mundo pela direção principal do imperialismo<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup>ESTULIM, Daniel. **A verdadeira história do Clube Bilderberg**. Tradução de Ignácio Tofiño e Marta-Ingrid Rebón. Barcelona: Planeta, 2005, passim.

<sup>131</sup>MAGALHÃES José Luiz Quadros de; REIS, Carolina dos. A utilização dos direitos humanos como dominação. **Revista interdisciplinar de direito da Faculdade de Direito de Valença**. Anual, ano 1, n.1. Juiz de Fora: Associada, 2010, p. 72.

A crise que a Humanidade enfrenta não tem precedentes. Pelas suas características, por ser global e universal, difere das anteriores.

A maioria da Humanidade tem dificuldade em compreender a sua gravidade e dar-lhe combate porque uma monstruosa engrenagem de desinformação transforma a mentira em verdade e o crime em virtude. Utilizando-a como instrumento de uma estratégia de dominação planetária, o sistema de poder dos Estados Unidos tenta – com a cumplicidade dos governos da União Europeia e do Japão - criar sociedades de senhores e escravos de novo tipo, povos robotizados, um mundo que responda aos interesses do grande capital, erigido num valor supremo, quase divinizado.

Para atingir esse objetivo, o imperialismo evoluiu numa metamorfose complexa. As guerras inter-imperialistas pertencem ao passado. Contradições entre grandes potências e gigantes transnacionais não desapareceram, mas não são já antagônicas.

Um imperialismo coletivo hegemônico pelos EUA substituiu o imperialismo, responsável pelas guerras mundiais do século XX.

O polo (e motor) desse novo imperialismo situa-se nos EUA e é ele que, pela sua agressividade e irracionalidade, configura uma ameaça à humanidade.

Hoje são os intelectuais progressistas dos EUA os primeiros a denunciar esse perigo que, pelo funcionamento do sistema e a sua tendência exterminista, pode conduzir à extinção da vida na Terra<sup>132</sup>.

Essa constatação ocorreu antes da eleição do governante atual dos EUA, cuja eleição confirma a regra, bem como atitudes posteriores.

Aqui a hipótese se afirma. O Brasil um país de dimensões continentais, dotado da quinta maior extensão territorial no mundo; mas, em comparação com os outros quatro grandes territórios, não tem desertos, geleiras, nem mesmo vulcões, furações e

---

<sup>132</sup>RODRIGUES, Miguel Urbano. **O terrorismo de estado da administração Obama**. Comunicação ao Seminário Internacional «os partidos e uma nova sociedade» do Partido do Trabalho. México, 2013. Disponível em: <[www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

terremotos. A China tem clima inóspito em metade de seu território<sup>133</sup>. O clima do Brasil é ameno entre os extremos climas da terra. Tem geografia de modo geral plana, terras férteis e rios de largo calado em diversas regiões, permitindo agricultura e pecuária desenvolvidas, bem como vias de transportes terrestres e fluviais relevantes, uma fronteira marítima de amplas dimensões. Sua potencialidade turística e comercial é conhecida em todo o mundo. O subsolo é composto de diversos tipos minerais estratégicos, entre eles o petróleo.

Portanto, sendo uma entre as dez maiores economias do mundo, poderia de modo bastante claro suprir de conforto e melhoria das condições de vida a toda sua população, trazendo desenvolvimento também aos países vizinhos do sul, mas os integrantes do poder insistem numa postura de colônia em relação aos países do norte, como se verifica.

Ao contrário do que se poderia planejar nos melhores pensamentos civilizacionais para um país com essas características, seus governantes permanecem na mesma postura de colônia de 500 anos atrás. Toda sua produção mineral, seja no subsolo, seja no pré-sal, é entregue aos países do norte, mediante acordos espúrios e corrupção, propinas descobertas semanalmente e outras não descobertas ainda. Parte ponderável dos estamentos de poder comprometidos com o entreguismo e a corrupção está presente desde a colônia e em toda a república até os dias atuais. Os governantes são sempre os primeiros a entregar as riquezas nacionais aos países do norte, como no dizer de Galeano, são os sentinelas que abrem as portas, referindo-se à burguesia nacional<sup>134</sup>. Seria como dizer que os poderes e poderosos da república colocam as raposas para tomarem conta do galinheiro, como no ditado popular. Isso há 500 anos.

Se aqui acrescentarmos a decisão do TSE de não penalizar a chapa presidencial das eleições de 2014, sob o argumento de que ao Tribunal não cabe uma intervenção política nem mesmo jurídica na sociedade, uma posição será tomada, tudo se mantém na esfera de colônia. Na véspera do julgamento, as redes de televisão já divulgavam o voto que os Ministros dariam no dia seguinte. A corrupção está sendo vivida por quase a totalidade dos políticos eleitos do país, que não querem mudança alguma. Não só os políticos, nos três poderes a sensação de impunidade e arbítrio é a mesma.

O compadrio e a promiscuidade entre integrantes dos mais altos tribunais do país e segmentos sociais acusados de corrupção, mediante inquéritos abertos e em andamento, as relações espúrias entre os três poderes constitucionais, em que as benesses salariais e

---

<sup>133</sup>FAIRBANK, op. cit., p. 21-22.

<sup>134</sup>GALEANO, op. cit., p. 226.

seus adendos transformam a todos numa casta acima do bem e do mal são alarmantes. A LOMAN (Lei de organização da magistratura nacional) que está sendo votada pelo Supremo Tribunal Federal neste ano, concede inimagináveis vantagens aos magistrados brasileiros, tais como auxílio alimentação, transporte, creche, moradia ou capacitação fazendo dobrar seus vencimentos, num profundo desrespeito ao povo do país<sup>135</sup>.

O aprofundamento das investigações sobre os escândalos de corrupção nas empresas estatais brasileiras somente trará à tona uma realidade que afirma gritantemente nossa hipótese. Todos os segmentos de poder, nos três poderes da república, estão, como estiveram na maior parte de sua história, impregnados pela profunda e detestável corrupção. Em todos os níveis governamentais e em todos os partidos políticos, a regra sempre foi a da comissão na liberação das obras de interesse social numa corrupção presente nos grupos de poder há 500 anos. No período atual, a corrupção é institucionalizada através das emendas orçamentárias anuais, num teatro grotesco e promíscuo que a todos envolve solene e constitucionalmente. Tamanha é a alarmante e impressionante realidade, que o Procurador Geral da República afirmou no ano de 2017 que se todos os denunciados por corrupção forem condenados, poucos inocentes sobrarão no Congresso Nacional do Brasil.

No entanto o processo de corrupção no Brasil do século XXI é o mesmo desde 500 anos atrás. E é idêntico ao processo de inserção do ópio na China pelos ingleses. Todo o processo de corrupção não advém da mentalidade pequena e mesquinha do colonizado, mas sim da volúpia e pérfida maldade do colonizador dos países do norte. A corrupção deve ser aceita por quem assume o poder ou será dele defenestrado ou assassinado. Aqui também a responsabilidade de identificar-se o causador dos males é tarefa que o povo deverá alcançar quando agir em direção ao conhecimento de sua identidade do modo mais integral possível.

O processo da corrupção consiste em pagar vultosas somas ao corrompido para que este se pareça a todos como um empresário muito bem sucedido. A imprensa irá, corrompida como é, elevar esse corrompido ao *status* de celebridade, fazendo com que todos pensem tratar-se de alguém que mereça todo o crédito da população. Chegam mesmo a candidatar-se à presidência da república, outros são eleitos. Este é, pois, o posto a que ao corruptor interessa que chegue e esteja.

---

<sup>135</sup> Juízes vão ter direito a até 22 benefícios na carreira. **A Tribuna**. Vitória, ES. Domingo, 18.06.2017, p. 36.

O processo investigatório colocou o parlamento no centro das atenções nacionais, confirmando de modo acachapante, categórico e alarmante, a hipótese de que, para assumir postos de poder no Brasil, o político deve imiscuir-se no processo de entusiasmante aceitação da corrupção e usurpação de recursos públicos e benefícios de interesses privados, como bem demonstra sem peias a farta distribuição de vultosas somas públicas aos parlamentares através das emendas orçamentárias anuais.

Dessa forma, livres estarão os corruptores, donos do capital internacional, para separarem áreas imensas, tais como a cabeça do cachorro no Amazonas, a Amazônia como um todo, a produção toda do nióbio mundial, o petróleo do pré-sal, minas de ouro, diamantes e diversos metais de grande valor industrial de um país para garantir trilhões de dólares em recursos minerais e manter o mundo ainda em suas mãos por mais algumas décadas.

### 3.1.2 A alienação ativa no processo de colonialidade dos países do sul

Expusemos o problema da relação colônia-metrópole em que o Brasil está envolvido há cinco séculos. Buscamos refletir sobre a hipótese de que esse sentimento de colônia ou colonialidade, como um sentimento de ser colônia pelo colonizado, ocorre com o Brasil. Dentro dessa concepção, nos deteremos no especial aspecto da formação da opinião pública dentro do país ou da sociedade e seus subsistemas, para que se alcance outra percepção, não de manutenção da inferioridade étnica, social, ética ou civilizacional, mas de busca da percepção dessa alienação viva e atuante sobre o povo do país para, quem sabe, poder suplantá-la.

É importante compreender que a formação da opinião no mundo e dentro do país é fundamental para a obtenção dos atuais ou futuros níveis de percepção das diversas culturas existentes no mundo e do respeito por si mesmas e a todas elas.

A formação da opinião é um processo interno de cada país, tal como um discurso cultural interno, mas não deixa de ser, também, num processo simultâneo e concomitante, como consequência do processo interno, transbordando dele, um processo externo constante de reconhecimento e reciprocidade entre aquele país e os demais países vizinhos e outros com os quais forja seu relacionamento internacional.

A comunicação entre as interfaces de um sistema social complexo ocorre por meio de interligações de novas sinapses e interrupções constantes e permanentes que formam

um mosaico de condições possibilitadoras e, ao mesmo tempo, limitadoras ou redutoras da atividade humana em sociedade<sup>136</sup>.

A atividade social e constante movimentação de pressões e contrapressões (pressões contrárias) dentro da sociedade de cada país seja ele do norte ou do sul, de qualquer matiz religioso, pode ser dialeticamente ampliada e restringida, simultaneamente, e sempre considerada para o conjunto das relações com os demais países e parceiros internacionais.

A constante movimentação centrípeta nalguns momentos e centrífuga noutros tantos<sup>137</sup>, envolvendo toda a sociedade, incluídos os poderes da república, em momentos de legalidade, noutros de desobediência civil ou de ilegalidade explícita, fazem demonstrar a tensão presente permanentemente entre atualidade e validade de cada ato jurídico ou político examinado, numa constante reconstrução das esferas jurídicas, sociais e políticas<sup>138</sup>.

Ora, se essa movimentação constante dentro de cada sociedade está ocorrendo a cada instante, constante e dialeticamente, pode-se entender que se está num processo de desenvolvimento das relações sociais, econômicas e políticas, internamente ao país, como nas relações internacionais.

Dessa forma, o processo de necessária desalienação da sociedade do país de sua condição de colonialidade, de rejeição de sua condição colonial, passa por um processo de reconhecimento de seu real papel e lugar no espaço, no seu próprio reconhecimento como dona de sua soberania para, em seguida, passar a um papel de reconhecer os países parceiros do sul e demais parceiros do norte como Estados soberanos a quem deve sua solidariedade internacional, mas também seu próprio reconhecimento como tal, por si, por seu povo e pelos demais países reciprocamente.

A construção, e dentro dela a reconstrução, das relações jurídicas tem início no processo reconstutivo das relações sociais dos grupos, entidades civis independentes, organizações de classe e corporativas, partidos políticos, do povo em geral, tudo acompanhado pela imprensa, que hoje domina as opiniões dentro de todos os lares em todos os quadrantes da terra<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup>HABERMAS, Jürgen. **Facticidad y validez**: sobre el derecho y el estado democrático de derecho em términos de teoría del discurso. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. 4. ed. Madrid: Trotta, 2005, p. 66.

<sup>137</sup>HABERMAS, op. cit., p. 461-462.

<sup>138</sup> PIMENTA. Rafael S. **Diálogo da diferença**. Dissertação de mestrado(2013a). Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/teses/teses-6804ce35aa08c67eb7c12fc6411a4d6c.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017, p. 50.

<sup>139</sup> PIMENTA (2013a), p.50.

Assim é de se compreender que tanto a forma jurídica, como os procedimentos discursivos e a própria democracia sofrem reconstrução permanente e constante, estão a todo tempo sendo modificados, ampliados, restringidos, redefinidos e novamente redescobertos, como é próprio da vida em sociedade.

Mas vividos 500 anos de colonização, o sentimento de colonialidade dos brasileiros em relação aos países do norte, mesmo que a movimentação social seja permanente, não retira o véu que cobre essa visão tão massificadamente introduzida nos lares brasileiros desde que a televisão neles adentrou, nos idos da década de 1970, numa reafirmação sistemática do que sempre se acreditou no Brasil desde 1500.

Talvez exista um processo democrático de participação de toda a população nalgum país da terra, local em que o capital não tenha uma predominância sobre o interesse geral; onde haja educação e oportunidades semelhantes para todos os cidadãos; onde a corrupção seja implacavelmente coibida. Talvez Suíça, Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia aproximem-se dessa realidade utópica. Quem sabe Bolívia e Equador estejam nesse caminho.

A sociedade ainda tem muito que evoluir para alcançar um patamar de exigência e cobrança de posição aos poderes constituídos para que se limitem a seus misteres e obrigações. O poder político é exercido por quem detém o poder central em qualquer sociedade, seja democrática ou outra e os grupos sociais organizados devem atuar na construção desse poder político<sup>140</sup>.

Se não houver distribuição e equilíbrio de poder, aliados os grupos sociais, resta às elites o exercício de poder isoladamente, como ocorre no Brasil dos dias atuais.

A sociedade e o povo devem evoluir dessa posição vegetativa e alienada de colônia e passar a ter uma concepção de autonomia e soberania autorreferenciadas, com suas próprias perspectivas de mundo, com suas orientações valorativas, para interagir equilibradamente com seus parceiros dentro do país e na esfera internacional.

Para os países do norte, entender a linguagem de outro sistema, passaria por incorporar uma linguagem ao menos parcialmente comum. Exatamente o que é preciso alcançar nos tempos atuais entre as civilizações do norte e do sul. Porém, no estágio atual não podem fazê-lo ainda, porque não se reconhecem. Precisam reconhecer-se mutuamente em grande esforço de compreensão para entenderem a linguagem do outro e isso passa por novas compreensões do sistema mundo.

---

<sup>140</sup>HABERMAS, op. cit., p. 409.

O desafio é enxergar, escutar, compreender, compatibilizar, entre jogos de linguagens diversos, pois cada linguagem comporta realidades diversas e projeções de mundo diversas. O necessário entrelaçamento de perspectivas tem, portanto, que esperar que surja um novo tipo de sistema de regras no espaço internacional<sup>141</sup> que permita a comunicação em busca de relações mais apropriadas entre os diversos países. Atualmente essa comunicação parece ocorrer apenas entre fortes e fracos, militar e economicamente, numa relação de superioridade.

O espaço da opinião pública é fundamental na construção do movimento de pressões recíprocas constantes dentro de uma sociedade, é uma rede de comunicação de conteúdos e tomadas de posturas ou de opiniões. A sociedade deve assumir esse papel numa disputa surda pelo reconhecimento da sua identidade cultural e política contra a colonialidade e alienação.

Quanto mais se limita e se recrimina a força socializadora da população impera a alienação. A alienação ocorre de modo marcante na sociedade brasileira, patrocinada pelos grupos de poder, manejada pelos meios de comunicação de massas em benefício dos interesses internacionais não nacionais.

É a sociedade civil que deve garantir a manutenção desse espaço público de comunicação. Os direitos fundamentais devem atuar na sociedade como garantidores do espaço da opinião pública e da sociedade civil. No momento atual do Brasil, depois do golpe que inseriu na esfera de poder um projeto político que não era desejado, nem eleito pela população, mas que foi introduzido unilateralmente pelo grupo de poder atual, até mesmo os direitos fundamentais estão sendo negligenciados na maior desfaçatez. O Estado se agiganta sobre o cidadão e o aparato repressivo invade os direitos civis de todos que a ele se interpõem. A sociedade civil e a opinião pública sofrem pressão do sistema político e das forças dos setores privados em suas tomadas de decisão<sup>142</sup>.

Os movimentos sociais, agentes da desalienação, devem atuar em conjunto ou separadamente, conforme identifiquem objetivos e meios comuns de busca dessas metas, organizarem-se, divulgarem suas ideias por meios de comunicação possíveis, quaisquer que forem. Essa disputa de projetos e de prioridades sociais e políticas é que faz uma sociedade democrática. Onde esse ativismo social é mais evoluído, menor a alienação.

Se de um lado a força do ator coletivo social, sindical ou popular desempenha papel importante na disputa de espaços e autorizações, de avanços e retrocessos do

---

<sup>141</sup>HABERMAS, op. cit., p. 430.

<sup>142</sup>PIMENTA (2013a), p. 54.

espaço democrático, na busca pelo progresso da cultura e da aproximação entre os povos do mundo, de outro lado os agentes de comunicação são um capítulo à parte no processo comunicativo ou no jogo político das sociedades.

\*

A fase atual do capitalismo, trilhando sentido contrário, é de construir o processo de acumulação do capital descartando a necessidade de expansão do trabalho produtivo, buscando meios de redução da mão de obra via da mecanização tecnológica da indústria e da agricultura. A expansão ilimitada do capital financeiro atua numa vertiginosa centralização do capital a nível mundial. Expansão das indústrias bélicas como meio de pressão e subserviência de muitos povos, entre outras medidas que são adotadas visando, não o entendimento, mas o confronto entre civilizações<sup>143</sup>. O orçamento militar dos EUA alcança 34% das despesas militares mundiais e 3,8% de seu PIB<sup>144</sup>. Investe sozinho um terço das verbas mundiais com armamentos o principal dos países do norte.

Mas porque os EUA investirem um terço do orçamento mundial com armamentos? Quem investe essas somas? Quem lucra com essa indústria? Que lucros obtêm? A resposta será sempre a mesma. Os países do norte e os investidores que os mantêm na escala capitalista mundial investem em armamentos, pois estes garantirão sua permanente e constante interferência sobre as decisões políticas das colônias do sul e sobre o destino de seus recursos minerais e naturais, carreados sempre em direção aos mesmos países do norte.

Senão, vejamos, declinava o poder do Império Otomano e a Alemanha pretendia tomar partido disso e conquistar o poder mundial no final do século XIX na corrida pela hegemonia mundial contra a Inglaterra. A tentativa de construção da ferrovia ligando Berlim a Bagdá era a ambição do kaiser Wilhelm II de influenciar a Ásia e toda a Europa do sul desde a Grécia. No entanto, era uma posição imperialista, totalmente afastada da realidade, conduzida por mercenários e sonhadores irresponsáveis, que atingiu interesses de outros países do norte, passando sobre os interesses de todos os países envolvidos,

---

<sup>143</sup>LIMA, Vinícius Moreira de. **Relação de trabalho versus relação de emprego**: a luta pela nova Justiça do Trabalho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2012, p. 69-72.

<sup>144</sup> RUIC, Gabriela. **Os 15 países com os maiores gastos militares**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/os-15-paises-com-os-maiores-gastos-militares-2/>>. Acesso em: 26.05.2017.

vindo a ser uma das causas reais da 1ª guerra mundial. Sonhos idílicos de poder que dizimaram 9 milhões de pessoas, ferindo 30 milhões de outras<sup>145</sup>.

A política intervencionista dos fortes sobre os fracos vem desde a existência do homem na terra. De outro lado, o pensamento de que todos os homens são iguais, todos têm humanidade e podem ser sujeitos de direito, pode ter sido imposto aos guerreiros por milênios, tal como aos romanos, não por questões militares, mas pela necessidade de uma prática de relações comerciais com estrangeiros de língua, costumes e religião diferentes deles<sup>146</sup>. Afinal, dominar era importante, mas influenciar era mais importante, perceberiam com os séculos.

Essa noção de troca comercial, muito cara aos romanos, quedou-se por não se incorporar e orientar o sentimento moral dos cidadãos romanos, nem dos governantes. A concepção ética romana passa a ter dois níveis distintos de modo sutil. No campo comercial, havia respeito aos demais povos, já que com eles Roma comercializava artigos que não produzia e necessitava, enquanto, por outro lado, escravizava povos e classes sociais pobres. O respeito aos demais povos foi se modificando e passou a ser utilizado numa compreensão apenas estética, chegando ao Renascimento iluminista com um conceito que não possuía até então<sup>147</sup> de pura violência.

A dignidade humana simboliza um conceito central ou princípio a orientar o constitucionalismo contemporâneo, na esfera interna e internacional, definindo sua integridade e validade. Mas, não se perca de vista que um dos aspectos definidores da dignidade, observados todos os ângulos éticos da personalidade, inclui a vida social, a sociedade grupal, tribal ou nacional, que fazem reconhecer sua identidade cultural.

A Constituição brasileira consagra esses princípios e direitos fundamentais em seu art. 4º. Mas o direito internacional dos países do norte que propõe fundamentar as relações constitucionais com base na prevalência dos direitos humanos pretende, ao mesmo tempo, reconhecer a existência de limites e condicionantes à noção de soberania estatal. Isto é, a soberania do Estado brasileiro fica submetida a regras jurídicas, tendo como parâmetro obrigatório a prevalência dos direitos internacionais<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup>McMEEKIN, Sean. **O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial – 1898-1918.** Tradução de Maria Sílvia Mourão Netto. São Paulo: Globo, 2011, p. 15-19.

<sup>146</sup>PACHUKANIS, op. cit., p. 201.

<sup>147</sup>Idem, p. 202.

<sup>148</sup>PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 97.

De fato esta é a intenção. Tutelar todos os povos e países numa única regra geral e universal de conduta civilizacional sob o comando do capitalismo e da OTAN. A intenção, inicialmente legítima, de defender direitos humanos tem vindo a nublar a compreensão de que, seguindo esse caminho proposto, a tendência é de declínio da soberania e autodeterminação, princípios constitucionais, como podemos observar.

Mas como é possível se compreender palavras como constitucionalismo global, como Canotilho<sup>149</sup>, num mundo em que os Estados não são cooperativos entre si? O que temos hoje é a mais profunda exploração de uns países pelos outros, os países do norte, em que os direitos humanos, infelizmente, são utilizados em benefício do capital. Portanto não pode ser dito que existe respeito aos direitos humanos dos negros, indígenas, imigrantes e minorias nos países do sul, nem nos países do norte.

A criação do Estado e a separação dos poderes foram gestados a serviço do liberalismo<sup>150</sup>. Do mesmo modo, os direitos humanos vieram para afirmar a democracia individualista burguesa.

A proposta política do Estado mínimo, que tanto se lardeia, que tanto mal tem feito a todos os povos, afirma-se à medida que se torna uma fresta pela qual entra e domina o capital mais violento.

Toda a argumentação e enfoques jurídicos que vão sendo criados no âmbito da ONU e outras organizações internacionais servem para justificar as intervenções sobre países que trilharem caminhos independentes, obrigando os países do sul a serem sempre colônias extrativistas de bens naturais e minerais para atender os reais interesses dos países do norte, o que vem a justificar o investimento nos orçamentos militares e de armamentos.

A atual ordem mundial busca o fim do tempo em que o Estado tratava seus nacionais como um problema de jurisdição doméstica<sup>151</sup>, restrito ao domínio reservado do Estado, decorrência de sua soberania, autonomia e liberdade. O Direito Internacional dos Direitos Humanos, querem os países do norte, deve começar a influir nessa mudança de entendimento<sup>152</sup>.

O Tribunal de Nuremberg (1945-1946) significou um poderoso impulso a esse movimento de internacionalização de direitos. Não apenas pretendeu consolidar a ideia da

---

<sup>149</sup>CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 1998, p. 1217.

<sup>150</sup>QUEIROS LIMA, Eusébio de. **Teoria do estado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1930, p. 258-259.

<sup>151</sup>QUEIROS LIMA, op. cit., p. 2.

<sup>152</sup>PIOVESAN, op. cit., p. 448.

limitação da soberania nacional, como reconheceu que os indivíduos têm direitos protegidos pelo Direito Internacional, na condição de sujeitos de direito<sup>153</sup>.

Não parece tenha sido este o papel do Tribunal Militar Internacional, correta denominação do Tribunal de Nuremberg. A marca mais importante foi a nova concepção que a humanidade passou a ter sobre os crimes de Estado. Criado contra o terrorismo de Estado e o racismo de Estado que, então, chegara à sua mais abominável expressão, quando os líderes nazistas cunharam em sua defesa a afirmação que tudo fizeram sob ordens do Alto Comando. A guerra financiada pelo capital monopolista alemão prenunciava o que viria depois nas décadas seguintes<sup>154</sup>.

Toda essa concepção internacional e universalista cai como luva nos interesses monopolistas e exploradores dos países do norte. A ser seguida esta compreensão, os países do sul devem declinar de sua autonomia, já profundamente mitigada em vista dos interesses coloniais dos países do norte, que, de todo modo, a título dos mais altos interesses globais, lhe será retirada.

Esta compreensão de que os países do norte pretendem restringir a autonomia do Brasil sobre a Amazônia, por exemplo, vem sendo denunciada pelos irmãos Vilas-Boas há algumas décadas<sup>155</sup>, tema sobre o qual as autoridades nacionais permanecem se omitindo por mais de cem anos. As riquezas minerais e naturais do Brasil, e de cada país, devem ser exploradas e comercializadas como bens do povo brasileiro e em seu benefício serem revertidas.

\*

Cada dia mais, especialmente neste século XXI, os meios de comunicação de massa passaram a ser as empresas televisivas. O costume social moderno em todas as partes do mundo é o de buscar conhecimento, cultura e entretenimento na TV dentro de casa.

Já que quase todos os lares onde haja luz elétrica se comunicam com o mundo por esse meio, as cadeias de televisão se aproveitam disso. Cobram caro a inserção de notícias em seus noticiários e programações de todo tipo, abrindo permissões somente ao grande capital para ali vender seus interesses. Na realidade, quem emite as autorizações para seu funcionamento é o grande capital. As grandes cadeias televisivas dominam os Estados criando todo tipo de intrigas e revoltas, existentes ou inexistentes, pois tramam

---

<sup>153</sup>PIOVESAN, op. cit., p. 449.

<sup>154</sup>POLTORAK, Arkadi. **O processo de Nuremberg**. Tradução portuguesa de Filipe Guerra. Moscou: Progresso, 1989, p.15.

<sup>155</sup>VILAS-BOAS, vídeo citado.

para assegurar os espaços públicos para o grande capital, que os patrocina e os autoriza a vilipendiar interesses públicos em nome do Estado mínimo.

O grande capitalista internacional dominou o espaço de comunicação e avançou na direção de definir o que quer divulgar e também define o que não quer ver divulgado. Somente se permite espaço na mídia para bancos, mineradoras, telefônicas e montadoras de veículos que pertencem, todas elas, ao mesmo grupo de capitalistas mundiais que a tudo controlam. Controlam todos os bancos e demais<sup>156</sup>. Na década de 1960, o Brasil possuía fábricas de veículos e caminhões de capital nacional. Hoje, apenas montagens de veículos de diversas outras nacionalidades.

A notícia, assim, chega ao público, em todo o mundo, editada por quem define sua inserção e o modo de sua inserção. Quem detém o controle da mídia constrói certezas e as certezas são o caminho curto para o preconceito e a alienação. Quanto mais certezas as pessoas tiverem, quanto mais preconceituosas forem as pessoas, mais facilmente elas serão manipuladas por quem detém o poder de criar essas “verdades”<sup>157</sup>.

O que atribui à verdade factual a natureza de verdade efetiva é que os fatos ocorreram de uma determinada maneira e não de outra. Antes a mentira era limitada. Porém, no mundo contemporâneo, essas distinções perdem nitidez, nublam-se. As técnicas de comunicação criam uma substituição da realidade por outras imagens mais afeitas ao interesse de quem detém o poder. Assim diferiam a versão divulgada ao mundo e os fatos reais da Guerra do Vietnã; a versão de que EUA, França e Inglaterra venceram a 2ª Guerra Mundial ou que o Dia D tenha sido decisivo para o resultado da guerra, quando o Exército Vermelho já se encontrava às portas da Alemanha, tendo varrido o nazismo de toda a Europa oriental<sup>158</sup>; ou, ainda, que o Brasil deva completar seis séculos como produtor de *commodities* para os países do norte sem ser-lhe permitido ou possível desejar trilhar seu caminho com autonomia e dignidade soberana.

As empresas de mídia internacionais estabelecem uma ancoragem institucional aos partidos políticos e associações civis ou corporativas, empresas e grandes trustes, numa comensalidade que fecha o poder nas mãos desse restrito segmento sócio-econômico-político. Assim estabelecido, as opiniões emitidas fora dos limites e parâmetros midiáticos e econômicos não influenciam o aparato midiático, pois o que não é divulgado na mídia não aconteceu no mundo. Hoje podemos observar uma mitigação

---

<sup>156</sup>KARPOVA, op. cit., passim.

<sup>157</sup>MAGALHÃES (2010), p. 68-70.

<sup>158</sup>ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. Apresentação Celso Lafer. 5.ed.São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 20.

dessa situação, ainda bastante sutil, quando consideramos as mídias informatizadas e redes sociais via internet reduzindo o poder ainda enorme das grandes cadeias televisivas.

A certeza é inimiga da liberdade de pensamento e da democracia enquanto exercício permanente do diálogo. O segmento econômico-político detém o poder de construir o significado de palavras como liberdade, igualdade, democracia no ambiente televisivo e detém o poder de criar os preconceitos e de representar a realidade a seu modo, mantendo a possibilidade de dominação e de sua manutenção<sup>159</sup>.

A imprensa mundial, através das grandes empresas jornalísticas sustentadas pelo capitalismo, forja a opinião pública mundial na direção que queira. Desenvolvido o *modus operandi* das grandes corporações de comunicação. Um trabalho meticulosamente montado e diariamente levado a cabo, de alienação da consciência crítica da população, induz conceitos desenvolvidos para desinformá-la das questões reais e centrais da vida comunitária, omitindo as grandes tendências mundiais ou criando tendências.

O problema não é que o fato particular seja real, o problema consiste na explicação de algo complexo com um exemplo particular que mostra uma pequena parte do todo que ele quer explicar. Comum assistir a este tipo de geração de preconceito na mídia, diariamente. Um exemplo comum diz respeito a recorrente crítica, das últimas duas décadas, ao estado de bem estar social: o estado de bem estar social tem uma história longa e complexa, que apresentou e apresenta fundamentos, objetivos e resultados diferentes em momentos da história diferentes e em culturas e países diferentes. Entretanto é comum ouvirmos, inclusive de intelectuais, que o estado social é assistencialista (ou pior clientelista) e logo gera pessoas preguiçosas que não querem trabalhar<sup>160</sup>.

A partir da criação de tendências, molda-se a consciência mundial. Assim surgiram as campanhas anticomunistas nos países desenvolvidos e a guerra fria na década de 1950, as guerras setorizadas do Vietnã e Coréia na década de 1960, a

---

<sup>159</sup>MAGALHÃES (2010), p. 68.

<sup>160</sup>Ibidem.

desestabilização de diversos governos como Nicarágua e Cuba na década de 1970, Venezuela, Líbia, Iraque no final do século XX, entre tantas outras.

O fundamentalismo econômico também existe e é atuante, em meio ao materialismo e à massificação. É próprio de sua insensível arrogância supor que só é dado sobreviver a quem mais consegue acumular, a qualquer custo pessoal e social. A implantação triunfalista da economia de mercado, consoante os cânones do liberalismo econômico, em meio à atual crise do Estado, a sua confessada incapacidade de zelar pelo bem estar de todos os segmentos da população, e somada à inadequação do ordenamento jurídico interno para proteger, sobretudo os mais fracos e vulneráveis, nos conduz à luta desvairada pela sobrevivência, a um estado natural onde cada um busca salvar a própria pele em meio à ausência de valores, à anomia e desesperança, e à mais cabal denegação dos direitos econômicos, sociais e culturais<sup>161</sup>.

Nesse cenário, são comuns, porém não percebidas por todos, as campanhas em favor dos bancos e grandes conglomerados de empresas, quando se ouve a todo tempo expressões tais como “há um grande nervosismo no mercado”, “o mercado está bastante tenso”, ou “o mercado está ressentido disto ou daquilo” e outras do mesmo gênero. A personificação do “deus-mercado” afigura-se inteiramente irracional, se não patética, prestando-se a todo tipo de manipulações, a ludibriar a maior parte da população<sup>162</sup>.

Nos dias atuais, a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma trabalhista e outras, todas para reduzir o tamanho do Estado ao mínimo no Brasil, são sempre comentadas pelos mesmos articulistas, cada dia entrevistados num ambiente diferente para enganar incautos, mas com as mesmas opiniões zelosas do interesse capitalista, como se pudessem enganar a população para sempre.

Percebido e entendido o alcance e amplitude desse poder, tudo é submetido a estratégias de elaboração da informação, segundo percepção e interesse dos agentes de

---

<sup>161</sup>CANÇADO TRINDADE, *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. 2. ed., v. 3. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2003, p. 333.

<sup>162</sup>Idem, nota 96, p. 334.

comunicação. Disposição e receptividade, cognição e atenção, personalização dos conteúdos, informação adicionada à diversão, divulgação em episódios e fragmentação das notícias mais fortes de modo a orientar a opinião pública na direção do interesse do que seja definido pelo capital. Fica estabelecida a marcha de divulgação das notícias. Se é para causar medo e repulsa na população, basta que se repita a mensagem todos os dias, massivamente. De outro lado, se é para que seja esquecido, não se divulga. Veja-se o caso dos 500 quilos de cocaína apreendidos no helicóptero do senador mineiro. Não sendo divulgado e afastados os policiais que fizeram a apreensão, tudo fica esquecido e o senador permanece na mídia. Por outro lado, quando há interesse em que tal ou outra notícia seja divulgada como forte e grave, assim ela parecerá aos olhos e ouvidos do público alienado e que se busca alienar continuamente<sup>163</sup>.

Os comunicadores fazem com que os elementos se fundam numa sistematização que visa fomentar a despolitização e alienação da comunicação pública, criando ou ampliando a histeria e o medo. Este é o verdadeiro núcleo da teoria da indústria cultural, algo grave nestes tempos de comunicação global e planetária. Podem ser observadas agora as inserções de entrevistas e argumentações, com gráficos e etc., pela reforma redutora da previdência social e das leis trabalhistas no Brasil.

São poucas as famílias que dirigem esse processo. Hoje está claro como os meios de comunicação de massa intervêm no círculo de comunicação do espaço público-político, dominam as comunicações e a economia mundial em contraposição ao interesse social<sup>164</sup>, tal como o Clube Bilderberg<sup>165</sup>. Os donos do poder reúnem-se e definem os destinos do mundo. Por essa razão é que os bancos lucram 30% ao ano no Brasil, conforme divulgação de seus balanços anuais e a maior parte da população não percebe a gravidade da situação, sendo aplaudidos pela mídia como ótima notícia. O “mercado” fica feliz e os indicadores econômicos são de orgulhar, melhorando as notas do país no vestibular da economia capitalista mundial.

\*

Só a firme determinação de reconstrução das relações jurídicas do Brasil junto à comunidade internacional com base na solidariedade e respeito ao outro poderá levar à superação desse trágico paradoxo. As relações norte-sul devem ser enfocadas com a mesma energia.

---

<sup>163</sup>HABERMAS, op. cit., p. 457-458.

<sup>164</sup>KARPOVA, op. cit., passim.

<sup>165</sup>ESTULIM, op. cit., passim.

Observe-se o enfoque constantemente adotado pelas grandes redes de mídia mundiais quando divulgam a política ou o Estado dos países do sul e do Brasil. Busca-se divulgar seu atraso e dificuldades democráticas, sem pretender alterar as relações entre estes mundos.

Os partidos políticos que deveriam dedicar-se à formação da opinião e a vontade do público desde a perspectiva deste, não o fazem. Ao invés disso, tratam de influir sobre o público desde a perspectiva da manutenção de seu próprio poder político, não fazendo da esfera pública outra coisa que extrair dela a lealdade como massa de manobra<sup>166</sup> e liberdade para efetivar todos os tipos de relações corruptas possíveis e imaginárias.

Muitas vezes o partido político, a organização ou corporação utiliza-se da pressão popular na obtenção de espaços na esfera pública. Outras vezes é a própria sociedade civil que usa desse meio de pressão para obtenção de direitos sociais ou garantir direitos fundamentais, algumas vezes com êxito relativo, como no caso da Lei da Ficha Limpa no Brasil.

Mas o movimento social é marginal ao poder político-jurídico-econômico que dirige as temáticas de poder. Porém é possível compreender que, em situações de relevância social ou de mobilização popular, essa ocupação de espaços é de todo possível, como se viu nas manifestações de 2013<sup>167</sup> e anos subsequentes.

Esse movimento social localizado na periferia do sistema de poder pode buscar apoios circunstanciais ou associativos, intelectuais ou corporativos (de pequena monta), universitários ou científicos, de modo a galgar espaços nas revistas e meios de comunicação e de modo geral a mobilização social em direção a determinados direitos a influenciar. No caso brasileiro, a mobilização de 2013 e seu movimento anticorrupção acabaram por serem negados palavra por palavra, pelo poder constituído, por interferirem nos interesses de classe a que este estava atrelado.

Toda essa temática tornou-se atual no Brasil e em diversos países do mundo, pois a sociedade marginalizada, utilizando-se dos modernos meios de comunicação que o capitalismo disponibilizou para si, resolveu intervir no centro do poder utilizando-se de violência, por não crer que seja ouvida de outra forma, como nas manifestações de 2013 que a mídia colonizada chamou de baderneiros e muitos brasileiros acreditaram.

---

<sup>166</sup>HABERMAS, op. cit., p. 460.

<sup>167</sup>PIMENTA, Rafael S. A força do ator coletivo e as manifestações de junho. In **Estado e sociedade brasileira: 25 anos da constituição cidadã**. Coord. COELHO, Márcio X. Belo Horizonte: Del Rey, (2013b), p. 62-63.

A violência como criação do novo é percebida nas revoluções da era moderna. Todas revelam o entusiasmo pela fundação de um novo corpo político e só podem implementá-la mediante a violência. Ao afirmar que “a violência é a parteira de toda velha sociedade que traz em si o feto de uma sociedade nova”, ou seja, de toda mudança histórica ou política, Marx sintetiza a convicção dominante em toda a era moderna e deduz as consequências de sua ideia mais central, ou seja, de que a história é feita pelo homem<sup>168</sup>.

Devemos admitir que todos os meios, desde que sejam eficazes, são permissíveis e justificados quando se pretende alcançar alguma coisa que se definiu como um fim. [...] ou que, em certas circunstâncias, os meios podem ser mais importantes que os fins; [...] Falar de fins que não justificam todos os meios é cair em paradoxo, pois a definição de um fim é precisamente a justificação dos meios<sup>169</sup>.

Esse processo então vivido no Brasil foi observado e admirado em muitos países, que resolveram também ir às ruas por seus interesses, demonstrando a argumentação de que todas as sociedades estão atualizadas sobre os fatos do mundo e se modernizarão de modo geral. As manifestações de 2013 ocorreram durante o Governo Dilma que não soube ouvir a sociedade e coibir a corrupção ou não teve forças para tal, que era o mal maior que todos condenavam. Entretanto, não tendo sabido atuar em concordância e consonância com a sociedade nas ruas, permitiu ao capital retomar rapidamente as rédeas do processo como se vê ocorrer no Brasil de hoje após sua deposição.

É claro que todo esse arcabouço de pressões e contrapressões dentro da sociedade em busca da liberdade, da igualdade e do desenvolvimento, ocorre dentro da sociedade de todos os países, inclusive nos demais países do sul de modo geral.

Se queremos entender o Brasil como nação independente que deseja crescer pelo bem estar de sua população, o país deve agir com autonomia soberana, como fizeram os EUA quando fecharam suas fronteiras aos produtos da Inglaterra como reserva de mercado para sua produção manufatureira; como fez a China reserva de mercado de sua

---

<sup>168</sup>ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 240-241.

<sup>169</sup>Idem, p. 241.

produção industrial durante tempo necessário até ser tida como a potência econômica mundial que ora se mostra; como sempre fizeram França, Alemanha e Inglaterra em defesa de seus interesses monopolistas.

Se queremos entender o país como autônomo, podemos então definir aqui os preços mundiais do nióbio, como ocorria com a bolsa de preço do café na década de 1950; como podem, então, ser definidas as parcerias para exploração do pré-sal de modo mais equilibrado de acordo com o interesse nacional, como chegou a propor a China; como foi noticiada a compra dos caças supersônicos da Suécia em troca da transferência de tecnologia; como a retomada da aliança estratégica com os BRICS que, de tão sugestiva, os EUA e Europa se adiantaram em torpedeá-la; como a defesa e ocupação efetiva da Amazônia poderá trazer profundos dividendos à nossa tecnologia, pesquisa e economia, inclusive no campo mineral.

É bem possível, noutra possibilidade, que a iminência de acordos comerciais com a China no tocante ao pré-sal tenha sido um dos estopins da crise política instalada no Brasil em 2016. Era preciso impedi-lo. Não se pode impedir a China de comerciar, então derrube-se o governo do Brasil/colônia e privatizem-se a exploração e a distribuição do petróleo, entregando-as a empresas dos países do norte, medida já tomada em 3 meses de tomada do poder pelo capital internacional.

A América Latina, a África e diversos países da Ásia gostariam de ver o Brasil em posição de autonomia soberana. Realmente só quem não o quer são os países do norte, pois não querem perder sua colônia de 500 anos. O Brasil dispunha de uma economia racional, bolsas de renda para a população pobre, pleno emprego, retomada da produção industrial, estaleiros, siderurgia, e todo o parque industrial, como estava plenamente posto em 2011<sup>170</sup>.

Mas, para isso e antes disso, o povo do país e seus poderes devem se colocar em nível de igualdade política e econômica ante todos os países com quem tem relações diplomáticas e comerciais. Deve ver-se a si como quem tem o poder de defender seu interesse nacional ante qualquer outro parceiro mundial.

Todavia, para alcançá-lo, deve ter uma educação de qualidade segundo seu próprio projeto educacional, produzir um sistema sólido de saúde e de infraestrutura para sustentar o crescimento que advirá dessa mudança de postura internacional. Postura que

---

<sup>170</sup> Brasil em pleno emprego. TV Globo. **Jornal Nacional**, 14 fev.2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=20cU2hLHlrk>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

só pode ser adotada quando a sociedade e o povo do país se perceberem como uma identidade diferenciada dos povos do norte e de quaisquer outros.

### 3.1.3 A aceitação de ser colônia e a colonialidade

Pontuados fatos diversificados que denotam um modelo mundial de poder em que aqueles países que primeiro se desenvolveram após as Grandes Navegações, por volta do século XV, tomaram a dianteira na exploração econômica e política sobre os demais.

Porém, no século XV, ainda não haviam sido constituídas algumas das nações existentes hoje nos grupos de poder. Mas foi nessa fase de descobrimentos tecnológicos que se consolidaram as posturas de exploração de homens sobre homens em todos os cantos da terra.

No século XVI, é assinado o Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal e estes partem a descobrir terras que não conheciam. No entanto, ao chegarem aos continentes postavam-se como se fossem superiores aos povos nativos, que tinham outras concepções de sobre vivência e convivência.

Os brasileiros da atualidade são alienados à condição de inferioridade civilizacional ante os colonizadores do norte. Tomam EUA e Europa como civilizações superiores, à medida que estabelecem relações diplomáticas e comerciais desequilibradas, como todas as demonstrações dadas aqui e nos meios de comunicação brasileiros diariamente.

A dependência é incompatível com o desenvolvimento. Autores sugerem uma espécie de desenvolvimento dependente, como justificativa e argumentação da dependência. Tentam esvaziar a dependência da conexão com o imperialismo, criando uma falsa ideologia para justificar como positivos o controle externo sobre os assuntos internos do país do sul e a extração dos recursos da periferia pelos centros mundiais. Esquivam-se de perceber que a dependência requer ruptura para ser revertida já que, uma vez permitida, tende a aumentar<sup>171</sup>. É a evidência do sentimento de colonialidade.

A felicidade dos países do sul não é seguir o caminho dos países do norte. É seguir seu próprio caminho, sem tutela e condições. O que se vê no teatro das nações e da vida atual não é que os países se respeitam de maneira geral, mas quem dita as normas e

---

<sup>171</sup>BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento**. Brasília: LGE, 1998, p. 213.

regras de convivência e comerciais são as corporações que detêm o real poder no mundo capitalista<sup>172</sup>. Não é esse o caminho que se espera que o mundo deva trilhar.

No século XXI, a exploração mudou de forma, mas no conteúdo se ampliou e se aprofundou. Os meios de comunicação vendem, nos televisores dentro das casas do mundo todo, seus produtos, seus patrocinadores, que parecem ser os donos do mundo, bancos e seus negócios mundiais. O Norte e sua cultura branca, excludente e racista ainda é a Meca do Ocidente, caminho que os muçulmanos e muitos outros não querem seguir.

Todos têm direito à vida, à alimentação todos os dias, a não morrer de fome, de doenças, de aids, ao progresso e crescimento cultural, à felicidade, como diz a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981<sup>173</sup>.

O capitalismo, sem fronteiras nem resistências, e o tratamento que vem sendo dado ao meio ambiente, tais como derrubada das matas, destruição dos ecossistemas, exploração mineral desenfreada, entreguismo a baixo preço, tudo isso integra uma relação do norte com todos os povos do sul, inclusive o Brasil.

Nessa postura colonizada, a mando dos sócios do norte, a defesa do ambiente não se insere. A votação no STF da definição de reserva contínua na região Raposa Serra do Sol em Roraima, onde hoje 70% do território do Estado são destinados às reservas indígenas, segundo declarações do governador do Estado, onde os demais brasileiros não podem circular livremente, somente com autorização dos índios, tal como os europeus, americanos e canadenses que por lá circulam livremente. A região de Roraima consubstancia-se numa das maiores reservas minerais do planeta, vedada aos brasileiros por decisão judicial, cujos governantes aceitam como regra viável, imposta pelos países do norte.

O desastre ambiental causado pela Samarco Mineração no município de Mariana em Minas Gerais, além de matar pessoas, causou crise ambiental sem precedentes no mundo, talvez comparável aos acidentes nucleares de Chernobil e Fukuchima, impactando dezenas de municípios até o litoral em todo o curso do Rio Doce. Mas o crime ambiental não recebe a apuração adequada e rigorosa, devido aos tentáculos do financiamento empresarial que tudo cala na esfera judiciária, governamental, legislativa e de imprensa.

---

<sup>172</sup> AMÂNCIO, Iris Maria da C. (org.). **África, Brasil, África**: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008, p. 32-33.

<sup>173</sup>GODINHO, Fabiana de O. A proteção internacional dos direitos humanos. **Coleção para entender**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 130.

Para os países do norte, “daquele lado da linha”, como em Boaventura, vigoram a verdade, a paz e a amizade, os bons negócios e a preocupação com a corrupção nos países do sul. Do nosso lado da linha, ou seja, nos países do sul, a lei do mais forte, a violência e a pilhagem são a regra e a corrupção é a tônica há 500 anos no Brasil. O que quer que ocorra nos países do sul não está sujeito aos mesmos princípios éticos e jurídicos que se aplicam entre os poderosos. Nos países do sul, tudo é permitido afrontar e negligenciar pelos países do norte<sup>174</sup>.

As chacinas de trabalhadores rurais no norte do país nunca tiveram apuração e prisão exemplar aos grileiros e latifundiários. A polícia do Estado é que se encarrega de atuar descaradamente em defesa do latifúndio improdutivo, ao arripio da Constituição do país, invadindo ocupações de terras, matando dezenas de pessoas pobres em todo o Brasil, inclusive seus defensores, como no caso de repercussão internacional do advogado Gabriel Sales Pimenta, assassinado pelo latifúndio quando defendia trabalhadores sem-terra em Marabá no Pará em 1982, cujo caso encontra-se em andamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>175</sup> junto à OEA, para condenar o Estado brasileiro pela negligência na instrução e condenação criminal dos responsáveis, fatos que também se repetem por todo país, impunemente.

A posse e posterior propriedade, no caso de Marabá, restaram mantidas para o povo pobre, mas o crime permaneceu sem punição aos assassinos, cuja sentença de pronúncia ocorreu vinte e um anos após o crime<sup>176</sup>.

Durante décadas e séculos, o judiciário esteve à frente na defesa do capital ante o trabalho. Assim foi quando da Revolução Francesa e a reforma do Estado promovida pela burguesia. Desde então até os dias atuais este é seu papel. Para desempenhá-lo, sempre se utilizou do argumento da defesa da lei de modo dogmático e burocrático. Muitos são os casos emblemáticos de desproteção da vida em detrimento do cumprimento de leis que protegiam o capital, como nas greves no século XIX por defesa de direitos dos trabalhadores na Europa e as jornadas de trabalho de dezoito horas de homens, mulheres e crianças.

Esse modelo se mantém o mesmo no crime ambiental da Samarco em Minas Gerais que não recebeu nenhum tipo de reprimenda e anuncia que está em condições de reassumir os trabalhos em breve, como se nada tivesse ocorrido, sem ninguém preso ou

---

<sup>174</sup>SANTOS (2007), p. 7.

<sup>175</sup>CIDH/OEA. Caso 12.675 Gabriel Sales Pimenta x Estado brasileiro.

<sup>176</sup>VIANA, Gilney Amorim (coord.). **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013, p. 85.

condenado. Espantosa impunidade que a todos os cidadãos conscientes do mundo estarrece, mas o brasileiro colono vê tudo como normal, há 500 anos.

Os interesses do latifúndio na colônia e dos ingleses no Império foram todos absorvidos pela república e estão presentes, intactos, nos dias atuais.

A reprodução de todos os privilégios injustos no tempo depende do “convencimento”, e não da “violência”. Melhor dizendo, essa reprodução depende de uma “violência simbólica”, perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não da “violência física”. É por conta disso que os privilegiados são os donos dos jornais, das editoras, das universidades, das tvs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos. Apenas dominando todas estas estruturas é que se pode monopolizar os recursos naturais que deveriam ser de todos, e explorar o trabalho da imensa maioria de não privilegiados sob a forma de taxa de lucro, juro, renda da terra ou aluguel.

A soma dessas rendas de capital no Brasil é monopolizada em grande parte pelo 1% mais rico da população. É o trabalho dos 99% restantes que se transfere em grande medida para o bolso do 1% mais rico<sup>177</sup>.

De fato as lutas populares na história do Brasil são sempre encerradas em sangue. O Estado segue firme e decididamente ao lado daqueles que corrompem judiciário, cartórios e autoridades para enriquecimento ilícito. A violência no campo e na cidade é patrocinada, direta ou indiretamente, pelos títeres dos países do norte. Assim foi na Guerra dos Emboabas (1709), Revolta de Filipe dos Santos (1740), a ascensão e queda do Visconde de Mauá e seus negócios (1870)<sup>178</sup>, Inconfidência mineira (1789), todos os movimentos em defesa da economia nacional foram desarticulados em prol do interesse inglês e dos países do norte.

---

<sup>177</sup>SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

<sup>178</sup> **Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/irineu-evangelista-de-sousa-visconde-de-maua.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

Todas as respostas estão no Cais do Valongo. Na frase do antropólogo Milton Guran: “O maior porto escravagista da história da humanidade.” Um milhão de pessoas, trazidas da África para cá, entre 1811 e 1843. Proporcionalmente, comparando com os índices demográficos daquela época e hoje, um número atualizado de 12 milhões. Os que já chegavam mortos eram enterrados de qualquer jeito ali mesmo; um enterro sanitário no chamado “Cemitério dos Pretos Novos”.

O maior porto escravagista da história da humanidade fica no Brasil. Isso explica desde o superfaturamento em obras aos assassinatos de posseiros no Pará. Desde a chacina do Carandiru ao apoio da classe média ao regime militar e a recente popularidade do conservadorismo. O maior porto escravagista da história da humanidade fica no Brasil.

A tragédia humanitária do Cais do Valongo também explica, num piscar, outro “insolúvel mistério” que tem exigido ginástica de nossos intelectuais. O de sermos “o país da impunidade”. Em Berlim, turistas fazem fotos ao lado do Memorial do Holocausto. A imensa maioria dos nazistas foi identificada e punida. E o povo alemão morre de vergonha de seu passado.

E os responsáveis pelo holocausto brasileiro? Onde estão? No Jockey Club, aplaudindo o cavalo vencedor no Grande Prêmio Brasil? Superfaturando obras no metrô? Lucrando com religiões que cobram dízimo? (A Igreja Católica, espécie de Igreja Evangélica do século XIX, foi condescendente com toda a escravidão no Brasil)<sup>179</sup>.

No Brasil, hoje as terras amazônicas vem sendo compradas por japoneses, europeus e norte-americanos para, a qualquer momento, declararem sua internacionalização sob as vistas complacentes dos grupos de poder interno. Orlando Villas Boas denunciou, há vinte anos, que a ONU apoiaria qualquer iniciativa nesse sentido em relação às terras indígenas do norte amazônico.

---

<sup>179</sup> AZEVEDO, Dodô. **Cais do Valongo é o útero do país.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/cais-do-valongo-o-utero-do-pais-21578281>>. Acesso em: 02 ago.2017.

Populares, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, missionários, sofrem, sem punição dos culpados, com a ineficiência do judiciário na solução de conflitos de terra no Brasil. Mas, de outro lado, a revolta e reação popular, principalmente depois do advento da internet e da mobilização popular em questão de dias ou horas, como ocorreu em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras, é um bom exemplo de mudanças à vista.

A exploração do nióbio nas cidades de Araxá e no norte do Amazonas, configurando-se mais de 99% das reservas mundiais do mineral, tem seu preço de mercado determinado na bolsa de valores de Londres, e não na de São Paulo, como deveria ocorrer para atender interesses do país detentor de toda a riqueza.

A trágica história da exploração dos recursos minerais no Brasil tem demonstrado que esse tipo de desenvolvimento, ao invés de romper amarras, tem criado inúmeros novos constrangimentos. Ao invés de superar as barreiras que impedem a melhoria da qualidade de vida das populações, a exploração desses recursos tem servido para condenar as pessoas a uma vida miserável, ao agravamento das diferenças, ao aprofundamento da exclusão, à perpetuação da subordinação pelo aumento da “dívida” e ao comprometimento da qualidade ambiental<sup>180</sup>.

O capitalismo forjou-se na busca pelo conhecimento tecnológico, científico e de desenvolvimento da produção, agregados à concentração de capital, ao lucro e aos juros.

O século XIX conheceu os primeiros milionários industriais nos EUA e Europa na primeira fase da concentração de capital junto com o surgimento das indústrias, quando ainda não existiam os direitos dos trabalhadores. Numa fase de grande acumulação de capitais os grandes industriais eram livres para realizarem seus negócios sem resistências populares ou governamentais.

O último ano de 2016 e início de 2017 tem sido de ampla demonstração da hipótese que vimos expondo. Se observarmos o conjunto das medidas políticas e econômicas levadas a termo pelo governo federal do Brasil e o examinarmos sob a ótica

---

<sup>180</sup> SCHEIBE, Luiz Fernando. **Exploração dos recursos minerais no Brasil: 500 anos de desenvolvimento?** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Usoderecursos/04.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

do sentimento de colonialidade, veremos que todas se encaixam perfeitamente no modelo capitalista dependente aos países do norte. Basta ouvirem-se e compreenderem-se os noticiários.

Se nos lembrarmos que o Brasil encerrou 2014 com a menor taxa de desemprego já registrada e que na média do ano, ficaram sem trabalho 4,8% dos brasileiros nas regiões metropolitanas de BH, Recife, Rio, Salvador, São Paulo e Porto Alegre, como demonstrado em reportagem do Jornal da Globo do dia 29/01/2015, evidente fica que tais metas são possíveis<sup>181</sup>.

No ano de 2012, a indústria naval estava em plena atividade, o que podia ser conferido nos 26 estaleiros em operação no país. Havia ainda 11 estaleiros em implantação e dezenas de obras em andamento no segmento. A previsão era de crescimento no setor da ordem de 100%, o que colocaria a indústria naval do Brasil entre as mais destacadas do mundo. Mas isso não seria recomendável aos olhos dos países do norte e hoje em 2017 todos os estaleiros estão parados ou desativados e as encomendas de novos vasos ou plataformas de petróleo são encomendadas nos EUA<sup>182</sup>. A quem atendem essas mudanças de enfoques econômicos?

Uma maneira de modificar o atual estado de coisas entre os países exploradores do norte e os explorados e vilipendiados do sul poderia ser primeiramente um autorreconhecimento dos povos do sul para, depois disso, principiar-se uma abertura de diálogo com seus segmentos interessados, que poderão ser acionados, estimulados e convencidos de que o chamamento seja a sério, mediante os princípios da justiça, do desenvolvimento e da democratização para todos, segundo sua própria cultura, respeitados seus limites culturais e a igualdade entre as nações.

No Brasil e em diversos países do sul, o primeiro grande desafio do povo será de se perceber como prisioneiro da política exploratória dos países do norte. Reconhecer que está situado na condição de colônia no século XXI. Reconhecer que essa condição é imposta pelos exploradores de seus recursos naturais e minerais em detrimento de toda sua população. Alcançada essa compreensão, terão que olhar-se e ver-se como responsáveis também por este estado de coisas. E terão que lutar contra a opressão direta e indireta, financeira e econômica mundiais orquestradas, inclusive das mídias televisivas,

---

<sup>181</sup> **Menor taxa de desemprego.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-daglobo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

<sup>182</sup> **Indústria naval terá 100 mil vagas de emprego em 2016**, diz sindicato. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/industria-naval-tera-100-mil-vagas-de-emprego-em-2016diz-sindicato.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

massificadoras e enganadoras, tal como vem ocorrendo na Venezuela, e como ocorreu em Cuba, Líbia, Egito, Panamá, Nicarágua e tantos outros lugares e momentos históricos.

Assumir essa percepção e essa luta de independência determina que, antes, o povo se veja como protagonista de sua própria história, como todos os povos independentes tiveram que compreender no mundo. E o reconhecimento de seu papel passa pelo reconhecimento de sua própria identidade da maneira mais integral e radical que possa perceber, tal como os ensinamentos magistrais do povo cubano, mas também dos africanos do sul nos anos 1990, dos russos em 1940, dos chineses nos anos 1950, dos vietnamitas nos anos 1970, e dos bolivianos e equatorianos no século XXI, entre outros.

Reconhecer sua identidade integral é reconhecer toda sua diversidade cultural, étnica, econômica, industrial, política, religiosa. Reconhecer também é respeitar esta diversidade e reivindicá-la como sua integralmente. Este talvez seja o caminho melhor a ser trilhado na busca e conquista de dias melhores para todo o povo do Brasil, rechaçando as imposições imperialistas seculares.

#### 4 IDENTIDADE INTEGRAL COMO MODELO DE AUTONOMIA E CIDADANIA SOBERANA A SER CONQUISTADA PARA ROMPER COM A COLONIALIDADE E CORRUPÇÃO

A colonização é um véu que cobre as colônias por décadas ou séculos. O sentimento de ser colônia e ver-se bem nesta situação, de colono, pode permanecer ou ser expurgado das consciências dos colonos após a independência. Noutras consciências, o sentimento de ser colônia permanece após décadas ou séculos, que tratam suas vidas sob uma colonialidade que não conseguem perceber ou refutar. Socorramo-nos em Agambem. O sentimento de colonialidade é sagrado para todos os que se acomodam bem na situação civilizacional de explorado-explorador. A descolonialidade é como uma profanação do sagrado altar de violência, massacre, usurpação, preconceitos variados, exploração secular, tudo em nome da democracia, direitos individuais e direitos humanos<sup>183</sup>.

As sociedades estão em transformação e a complexidade do mundo está exigindo novas formas de manifestação do fenômeno jurídico. É possível que, não tão distantemente no futuro, essa forma compacta do direito instrumentalizado, uniformizado e generalizado sob a forma estatal de organização venha a implodir, recuperando-se, em manifestações espontâneas e localizadas, um direito de muitas faces, peculiar aos grupos e às pessoas que os compõem<sup>184</sup>.

Virar a página de 500 anos de servidão colonial não será tarefa fácil. Foram 322 anos como colônia formal, mais 67 anos de colonialismo indireto e de colonialidade integral até a república. Na república, foram 127 anos de colonialidade até os dias atuais do mesmo colonialismo indireto, agora não a Portugal, mas aos países do norte, sejam eles Inglaterra, Alemanha, França, Suíça, Itália, Japão e Estados Unidos da América, podendo haver outros, conforme o tema em questão.

---

<sup>183</sup>AGAMBEM, Giorgio. **Profanações**. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 57.

<sup>184</sup>FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 23.

O que importa é deixar nomeado que são os países que dominaram os espaços políticos internacionais depois da modernidade ter se espreado do século XV em diante.

Para Santos, as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial, a que nos referimos antes, subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental do século XXI e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo<sup>185</sup>.

Se o povo do Brasil não perceber sua condição de colonialidade e não confrontá-la, permanecerá no mesmo lugar a ele reservado no sistema mundial contemporâneo. Mas perceber essa colonialidade, não facilmente perceptível, reconhecer-se nela e confrontá-la, opor-se a ela, recusá-la para si, e sair em busca de outro posicionamento cultural, político e social, por isso mesmo também econômico, permitirá abrirem-se novos caminhos e outras opções de posicionamentos ideológicos ante os países do norte.

A situação política e econômica brasileira, mesmo que tutelada sempre pelos países do norte há séculos, são da responsabilidade dos brasileiros. A estes é posta a condição de perceberem a conjuntura mundial e regional, refletirem sobre ela, confrontarem-na e saírem em busca de alternativas.

Observando-se o quadro político brasileiro atual e a extensão da corrupção instalada em todos os segmentos sociais de poder e na sociedade, pode-se imaginar a dificuldade de modificação dessa situação aflitiva. De outro lado, observando-se o Brasil a partir dos países do norte, tudo farão para impedir a modificação da ordem social e política dentro do país.

As relações internacionais devem ser equilibradas e ciosas do patrimônio natural, mineral e humano dos países e regiões do mundo. Um mundo pluriversal e não universal<sup>186</sup>.

O Brasil deve atuar buscando seu direito à vida digna na ausência de afetação de inferioridade, de vassalagem cultural (música, cultura, cinema) e interesses dos países do norte. Deve recusar o *status* de celeiro e produtor de *commodities* (matérias-primas) do desenvolvimento e da acumulação de riquezas deles e construir sua própria proposta de desenvolvimento sustentável. Todos os países mais desenvolvidos fizeram isso e foram aplaudidos pelas suas gerações.

---

<sup>185</sup>SANTOS (2007), p. 3.

<sup>186</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 457.

Não há porque persistir na postura de aceitação da estratégia global dos países do norte de dominação e expansão colonial estabelecendo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e de povos superiores e inferiores.

Passamos da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX, e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI. Passamos dos ‘direitos dos povos’ do século XVI (o debate Sepúlveda *versus* de las Casas na escola de Salamanca em meados do século XVI), para os ‘direitos do homem’ do século XVIII (filósofos iluministas), para os recentes ‘direitos humanos’ do século XX. Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus<sup>187</sup>.

Não há porque Petrobras, pré-sal, os minérios de Roraima (900 pedidos de direito de lavra aguardavam autorização ante o Ministério de Minas e Energia em 2016), Amapá, Amazonas, Pará, Goiás e Minas Gerais, o ouro de Serra Pelada e outras regiões, a biodiversidade amazônica não serem dirigidos e administrados por interesses nacionais em benefício de toda a coletividade, como determinou a Constituição de 1988.

Existem setores que atuam na alienação geral, muitas vezes sem perceberem isso, que defendem que não se deve lutar ou pleitear direitos sobre as riquezas naturais do país, tendo em vista que vão ser extintos a qualquer momento. Argumentam que se o petróleo deve existir somente por mais cinquenta anos e o desenvolvimento tecnológico vai permitir ao mundo outras formas de energia para movimentar a indústria, tais como modelos elétricos e outros, então devemos deixar que tudo seja explorado pelos países do norte.

A alienação é tão nefasta que faz com que tudo se justifique na visão eurocêntrica dos países do norte.

---

<sup>187</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 461.

Mas, para modificar esse estado de coisas, deve-se, talvez antes de tudo, construir novas relações intra-sociais. Não se pode manter a maioria da população como cidadãos de segunda classe, como atualmente ocorre. É preciso de modo radical distribuir a todos os cidadãos condições iguais de trabalho e subsistência, atuando firmemente na igualdade racial, de gênero e de classe, erradicando a transferência de riqueza e capital dos países do sul para o norte. Deve-se, até mesmo, buscar a transferência de riqueza do Norte global para o Sul na busca do equilíbrio mundial<sup>188</sup>, na erradicação da fome africana, por exemplo. Depois de séculos de exploração do norte sobre o sul, numa acumulação de riquezas sem precedentes, deve haver uma redistribuição digna. Uma nova ordem mundial deve ser debatida e buscada pelos povos explorados. O atual estado de coisas não deve prosperar.

Um dos mais grotescos exemplos da usurpação do norte sobre o sul está dentro dos museus europeus, onde se espalham peças de característico valor cultural dos povos explorados que deveriam estar expostos nos museus de cada canto do mundo, num reconhecimento da diversidade cultural do mundo, mas que o europeu guarda e protege contra a incúria dos povos atrasados.

O século XX foi o da exploração dos recursos naturais de todos os países do sul pelos países do norte, ceifando sua população de alimentos e conforto, sob a firme, resolvida e violenta supervisão do FMI<sup>189</sup>, Banco Mundial e OTAN<sup>190</sup>.

Também é preciso superar os modelos colonialistas e nacionalistas terceiro mundistas, fundamentalistas eurocêntricos e terceiro mundistas econômicos. Os países do sul devem encontrar meios de distribuir poder à sua população, em todas suas nuances e segmentos, para com essa nova noção de igualdade contrapor o modelo capitalista eurocêntrico, católico e conservador no interior de sua sociedade. Seria como acionar o “pensamento crítico de fronteira”, que Grosfoguel aponta a Walter Mignolo como criador, como uma resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade<sup>191</sup>. Admite-se a modernidade, contra a qual não é oportuna uma discussão sobre sua existência, no entanto busca-se sua superação por meios construídos pelos povos do sul.

---

<sup>188</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 486.

<sup>189</sup>GALEANO, op. cit., p. 237.

<sup>190</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 486.

<sup>191</sup>Idem, p. 480.

Somente deve ser permitida a remessa de capitais para o exterior na troca por benefícios sociais similares ou de outra ordem, segundo o interesse nacional, coletivo e não individual de poucos, banida de modo veemente e radical a corrupção.

Nessa orientação de igualdade anticolonial, deve ser instituída nova política ambiental, por exemplo, que proteja o meio ambiente de modo efetivo, permitida a utilização sustentável com a condenação dos responsáveis pelos crimes ambientais e humanos perpetrados no país, como o ocorrido na região de Mariana em Minas Gerais pela empresa Samarco.

O povo brasileiro quer ver os corruptos presos e condenados a penas de reclusão e pecuniárias, para devolução de recursos que pertencem a todos aos cofres públicos na Operação Lava Jato e outras investigações em andamento. Mas, nos crimes da Samarco, muito mais graves que o desvio de verbas públicas, ainda ninguém foi preso, nem nenhuma condenação exemplar. Silêncio total.

Podemos pretender a legitimidade do direito com o auxílio de processos de comunicação. É preciso que o destinatário do direito e das normas seja tratado como membro livre e igual de uma comunidade de sujeitos de direito e tratar igualmente as pessoas jurídicas protegidas em sua integralidade. Exige-se igualdade de tratamento, que inclui a igualdade de aplicação do direito, isto é, igualdade das pessoas perante a lei sem subterfúgios, o que equivale, também, ao princípio amplo da igualdade do conteúdo do direito, segundo o qual aquilo que é igual sob aspectos relevantes deve ser tratado de modo igual e aquilo que não é igual deve ser tratado de modo não igual<sup>192</sup>.

Mas, ao contrário de uma concepção harmoniosa e ambientalmente sustentável, o sistema-mundo capitalista forjou-se como sistema essencialmente econômico que determina as posturas dos atores sociais e políticos para uma lógica econômica da obtenção de lucro, produção de excedentes e na incessante acumulação de capital em escala mundial<sup>193</sup>. Todavia não é somente econômico este modelo. Ele é mais que isso, ele é um conjunto de relações de poder, apoiado na matriz de poder colonial do capitalismo. O capitalismo econômico mundial se apoia, desde a modernidade do século XV, na superioridade do europeu e na inferioridade do ameríndio, hoje da América do Sul, Central e África.

Para Grosfoguel, não há como se pensar como iguais ou sinônimos a descolonização e a libertação anticapitalista. Deixar de ser colônia no sentido literal,

---

<sup>192</sup>SANTOS (2007), *passim*.

<sup>193</sup>GROSFOGUEL, *op. cit.*, p. 462.

diversos países deixaram, o Brasil entre eles, mas permanecem circunscritos na tutela capitalista dos países do norte. Para se obter a libertação colonial e anticapitalista, é preciso evoluir a uma nova concepção de sociedade que atue na transformação das hierarquias de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais, de uma forma não redutora<sup>194</sup>.

Este nos parece o centro da questão a ser enfocada. Esta é a identidade integral que temos de lutar por alcançar. Os países ocidentais, porque aqui incluídos Portugal e Espanha como os impérios do século XV, com a burguesia na vanguarda, criaram o movimento das Declarações de direitos e as Constituições nacionais. A origem dessa criação foi o modelo político-econômico que se queria vencer então: a monarquia e o absolutismo concentradores da economia que vigorara na Europa por mais de mil anos e a concentração de terras, riquezas e poder político nas mãos de poucos<sup>195</sup>.

A burguesia tomou o poder no Ocidente e de lá nunca mais saiu sempre a propagandear o Estado mínimo, contraposta aos movimentos sociais a buscar a outra vertente do Estado social. No Brasil e por todo o mundo são permanentes os conflitos entre o interesse público e o interesse privado, que Grosfoguel considera dicotomias insuficientes em vista da necessidade de reconhecimento de uma identidade maior do povo do país<sup>196</sup>.

A mudança do absolutismo para a “democracia burguesa”, assim nomeada por ela própria, e sistematicamente veiculada por todos os meios de comunicação desde então até hoje, preservando posições de poder na presunção de sua perfeição como sistema político de matriz liberal e individualista, se consolidou<sup>197</sup>.

Depois que as sínteses de direitos individuais se constituíram, passando, os *individuos* a ter a significação jurídica de *pessoas*, e as pessoas se encontraram reunidas em grupos, núcleos, classes, castas, corporações, comunidades, cada agrupamento com a sua forma própria de atividade, diversa ou contrária à dos outros agrupamentos, foram surgindo, inevitavelmente, as discordâncias,

---

<sup>194</sup> GROSFOGUEL, op. cit., p. 466-467.

<sup>195</sup> PACHUKANIS, op. cit., p. 186.

<sup>196</sup> GROSFOGUEL, op. cit., p. 466.

<sup>197</sup> STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao exercício de direitos da personalidade**: ou como alguém se torna o que quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 9.

as irredutibilidades e os choques dos interesses coletivos, e a *ordem civil* primitiva foi envolvida pela *ordem nacional*<sup>198</sup>.

Essas mudanças não ocorreram em algumas regiões da terra, tais como no Oriente e na África, que tinham outra base filosófica apoiada no islamismo. Hoje parte crescente dos países do mundo adota o islamismo como regra religiosa e política, por exemplo.

#### 4.1 Resgatar a dignidade da pessoa e do povo

Na Idade Média, dignidade correspondia ao direito ao cargo ocupado. Alguém era digno de tal cargo. A palavra estava associada à honra pública, mérito, prestígio ou cargo. O valor público de um homem, sendo através de cargos de direção, funções e empregos públicos, é que se chamava dignidade<sup>199</sup>. Entretanto o conceito ganhou nova conotação, mais ampla e com significado mais adequado, contemporâneo e complexo, quando autores situaram-na como valor-fonte de todos os demais valores<sup>200</sup>.

Conceitualmente, situa-se a dignidade da pessoa humana como chave mestra de sustentação e legitimação da República, não só na república vista pela modernidade eurocêntrica. Entretanto a dignidade da pessoa humana é um conceito caro a todos os povos da terra. O que se busca é a dignidade da pessoa humana. Ela ergue-se como linha decisiva de fronteira contra totalitarismos (políticos, sociais, religiosos ou econômicos), contra posturas redutoras de um povo a uma condição inferior à que devia ocupar e contra experiências históricas de aniquilação existencial do ser humano e negadoras dessa mesma dignidade da pessoa humana.

A dignidade, inclusive coletivamente considerada, é vista como um princípio de proteção universal em favor de um povo e em contrário à desvirtuação dessa mesma dignidade, que obriga à adoção de convenções e medidas internacionais contra a sua violação e à formação de um direito internacional adequado à proteção da dignidade da pessoa humana<sup>201</sup>. Mas não apenas como ser humano individual e concretamente

---

<sup>198</sup>QUEIROZ LIMA, op. cit., p. 3.

<sup>199</sup>MARTINS-COSTA, Judith. **Pessoa, personalidade, dignidade**: (ensaio de uma qualificação). São Paulo: Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2003, p. 92.

<sup>200</sup>PIMENTA, Rafael S. O lugar da dignidade na construção histórica do conceito jurídico de pessoa. In **O direito à arte**: estudos em homenagem ao escritor e pintor brasileiro Oscar Araripe. Coord. COELHO, Nuno M. M. S., MELLO, Cleyson de M. Juiz de Fora: Editar, 2012, p. 274-275.

<sup>201</sup>CANOTILHO, op. cit., p. 198-200.

considerado, mas também da dignidade humana referente a entidades coletivas (humanidade, povos, etnias).

A dignidade de um povo em buscar a defesa de seu patrimônio cultural e natural é direito e é dever da sociedade. Atuar em direção à autonomia e liberdade de escolha de seu modelo e padrão de desenvolvimento é o que se espera de um povo e um país livre.

A colonialidade do poder em relação aos países do norte se demonstra também na percepção de que não é somente econômica a dependência. Ela também é fundamentalmente cultural e ideológica<sup>202</sup>.

Existem diversos movimentos revolucionários autênticos no mundo atual. Todos lutam contra o “velho Estado” como uma definição do que seja o Estado arcaico do subdesenvolvimento capitalista. Tomar um determinado Estado do imperialismo, como fizeram os guerrilheiros do Nepal alguns anos atrás, pode não surtir o efeito pretendido se não se mudarem as estruturas sociais e políticas para realmente romper com a colonialidade e o machismo conservador, em essência presentes em todos os segmentos daquela sociedade. Sem essa percepção da necessidade de rompimento com a colonialidade imperante, o imperialismo rapidamente se rearranja e retoma todos os espaços, retomando a frente na iniciativa, como ocorreu naquele país<sup>203</sup>.

Numa disputa militar estratégica de tomada do poder, as forças imperialistas são infinitamente maiores. Certamente, o Estado receberá apoio dos maiores exércitos do mundo na luta pela manutenção do *status quo*. Mas, se houver uma iniciativa de mobilização da sociedade e compreensão da necessidade de rompimento com a colonialidade reinante, outros e novos componentes podem ser aderidos à questão<sup>204</sup>.

Os países do norte utilizam-se de discurso afirmativo dos direitos humanos, mas praticam-nos somente em defesa de interesses minoritários de cunho político e econômico monopolistas, mesmo assim, nos outros países. Humanidade, povos e etnias, direitos humanos são conceitos lançados à mão para privilegiar e destacar interesses privados.

Dignas são todas as pessoas, pelo só fato de pertencerem ao gênero humano<sup>205</sup>. Este é o ponto central da dignidade humana. Dignidade pode ser conceituada como um mínimo existencial suficiente para que o humano desenvolva potencialidades e tenha acesso a direitos. Seu conteúdo de vida digna não se deve definir, já que é conceito subjetivo, variando conforme a cultura de cada povo na terra. Tanto o genocídio mas

---

<sup>202</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 474.

<sup>203</sup>SANTOS (2010), p. 538.

<sup>204</sup>GROSFOGUEL, op. cit., p. 474-476.

<sup>205</sup>MARTINS-COSTA, op. cit., p. 98.

também a pobreza são formas de violação dos direitos humanos, limitam as possibilidades de existência do indivíduo e do povo do país<sup>206</sup>. Genocídio como forma de destruição de minorias raciais e populações subjugadas por meios e métodos, tais como trabalhos em condições desumanas<sup>207</sup>.

A dignidade é valor imprescritível e universal e coloca o homem/humanidade no ápice da realidade do mundo, plano em que os direitos fundamentais prevalecem sobre restrições de toda ordem. É ainda autonomia, autodeterminação, noção central dos direitos fundamentais de todos os povos, mesmo que não escritos. É um valor maior a proteger quando se busca a convivência nobre e pacífica entre países parceiros<sup>208</sup>.

Mas, saliente-se, dignidade é um conceito universal, enquanto presente nos limites filosóficos e epistemológicos de todos os povos. Porém deve-se assentir a diversidade de princípios, concepções e práticas culturais e de dignidade entre os diversos povos da terra. Portanto dignidade é compreendida como conceito, porém na prática distintas nuances.

A dignidade é fruto de autoconstrução ou autonomia e realização em sociedade ou alteridade. Logo a dignidade não é algo “dado” pelo Estado, pela ciência ou pela política, ao contrário, é uma busca de autorrealização construída no curso do tempo<sup>209</sup>.

Dignidade é um conceito a que todos recorrem, porque se vê o tema com olhos do norte ou do sul, entender-se-á tal princípio como a defesa da compreensão do mundo que o cerca e enxerga-se a interferência negativa que causa outra cultura que abusa de si. É preciso entender a outra cultura com o olhar dela ou não a entenderá e, dialeticamente, é preciso se entenderem como titulares de uma cultura genuína e original que tem valor e que deve ser experimentada como caminho para o desenvolvimento de um povo com autonomia e soberania<sup>210</sup>.

A maneira brutal com que Hernan Cortez dizimou o povo asteca em busca de seu ouro<sup>211</sup> pode ser comparada à cena dos soldados americanos urinando sobre os corpos de guerrilheiros afegãos mortos em combate, filmados e mostrados a todo o mundo, como se piratas sem ordem nem lei fossem, em clara afronta a princípios éticos e morais daquele povo e de qualquer outro povo que fosse.

---

<sup>206</sup>MAGALHÃES (2010), nota 12, p. 70.

<sup>207</sup>SCHABAS, William. Genocídio. *In* **O tribunal penal internacional: comentários ao estatuto de Roma**. Orgs. STEINER, Sylvia H., CALDEIRA BRANT, Leonardo N. Belo Horizonte: Del Rey, 2016, p. 137.

<sup>208</sup>MARTINS-COSTA, op. cit., p. 114-115.

<sup>209</sup>STANCIOLI, op. cit., p. 85.

<sup>210</sup>SANTOS, Boaventura de S. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**. v. 23, n. 1, janeiro/junho 2001, p. 5.

<sup>211</sup>CORTEZ, op. cit, passim.

Entendemos dignidade como conceito civilizatório. Disse Martins-Costa que:

Estou convencida de que o princípio da dignidade da pessoa humana – que veio, no século XX, sendo expresso por grande parte das Constituições do mundo ocidental, por grande parte dos tratados internacionais – não pode ser apenas objeto de uma proclamação; não pode não significar nada de novo; não pode ter apenas o sentido de afirmar uma liberdade que já estava na declaração de 1789; não pode substituir, com desvantagem, outros princípios ou outras regras, cujo campo operativo já está delimitado e profundamente densificado por um labor reiterado pela doutrina e jurisprudência; não pode servir para toda e qualquer hipótese de tutela à pessoa; não pode substituir o direito de personalidade; não pode atuar sempre como *prima ratio* na argumentação judicial, para o efeito de afastar outros princípios e regras; não pode, enfim, não ter a sua especificidade, sob pena de transformar-se, rapidamente, em *flatusvocis*<sup>212</sup>.

A dignidade atua em conjunto com outros princípios e direitos fundamentais, tais como, liberdade, autodeterminação, honra, igualdade, etc. Os crimes contra a humanidade trouxeram a lume o princípio da dignidade da pessoa a partir do Tribunal Penal Internacional. A dignidade da pessoa humana precisou ser consagrada positivamente. Assim, diversas Constituições nacionais passaram a adotá-lo nesta nova compreensão.

A humanidade, todos os seres humanos a têm igualmente, sejam eles, negros, judeus, muçulmanos, mulheres, árabes, índios ou brancos. E a desproteção a esta humanidade leva à discriminação, racismo, exclusão social, à negação de direitos. A subalternidade do pensamento subalterno, contraposto ao pensamento eurocêntrico, deve se afirmar em toda sua extensão para falar e ser ouvido, deixando de ser subalterno.

O que se percebe é que esse conjunto de ideias sobre dignidade e humanidade individual e coletiva de todo um povo, ao se observar que o Brasil foi colônia por quase 400 anos e, depois desse tempo todo, permaneceu como colônia de outras metrópoles

---

<sup>212</sup>MARTINS-COSTA, op. cit., p. 136-137.

todo o século XX até os dias atuais, não é facilmente percebido por um povo ou uma classe governante acostumada e feliz em sua condição colonial, em sua colonialidade.

Um presidente da república que é informante dos países do norte antes de ser eleito, descoberto em suas intenções, deve ser deposto por indignidade para o cargo. Mas, nos países do sul, isso é a normalidade e tal fato amplia seu apoio e consideração, a ponto de o Tribunal, que deve examinar a licitude da sua campanha presidencial, deixar de fazê-lo sob argumento de a governabilidade precisar ser garantida em detrimento da aplicação da justiça.

A dignidade pertence a todos os seres humanos e aos povos, deve ser tomada nesta conta e levada às últimas consequências pelo Direito Internacional. Ela está entre os valores-fonte da realização da vida humana. Dignidade e humanidade são conceitos que o homem deve buscar assegurar a todos os habitantes da Terra no século XXI, especialmente nas relações norte-sul.

Humanidade, dignidade e direitos do homem são conceitos abstratos que todo habitante da terra deve exercer. Nuns lugares de um modo, em outros de modo diferente. Se observarmos, como orienta Santos, cada civilização a partir de seu *topoi*. Se olharmos o mundo dali, entenderemos esses conceitos sendo manejados e praticados, desde que sem a arrogância dos países do norte de se pensarem donos da inteligência e da vida. A dignidade do povo do Brasil está sendo negligenciada há séculos e no século XXI.

A luta do povo ruandês pelo perdão aos assassinos no genocídio de 1992 de grupos do povo por outros do mesmo povo, da mesma religião e costumes, é um libelo à dignidade de um povo, que só pode ser compreendido se olhado pelo lado do povo ruandês e seus conflitos internos ao povo e ao país<sup>213</sup>.

Dignidade tem valor em si. É fim, não é meio: basta atentar à Constituição de 1988 e à previsão inédita de princípios fundamentais, entre os quais o da dignidade da pessoa humana. A autonomia é a base da dignidade humana e de qualquer criatura racional, como ainda de todo o povo do país<sup>214</sup>.

Essa visão, por outro lado, acaba por servir à tutela e intervenção de algumas nações sobre outras nações e povos livres àquele título, pela defesa dos direitos humanos, a liberdade e a dignidade do ser humano. Os conceitos de dignidade e direitos humanos

---

<sup>213</sup> BRACCO, Bruno A. A inacreditável história de Immaculée Ilibagiza. **Carta Capital**, fev. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/21/inacreditavel-historia-de-immaculee-ilibagiza/>>. Acesso em: 06 jul.2017.

<sup>214</sup> PIOVESAN, op. cit., p. 85.

têm sido usados pelas nações poderosas para explorar outras nações colocando por terra o alto significado desses mesmos conceitos.

A dignidade de um povo pode ser vilipendiada, quando os interesses dos países do norte são arranhados ou turbados. A destituição da presidente do Brasil em 2016, sob acusação de infringência à regra constitucional, justificou-se por todos os argumentos ao alcance da mão. Visando garantir a aprovação da avalanche de medidas jurídicas e econômicas previamente pensadas para carrear os recursos naturais do país em favor de interesses forâneos, a classe política demonstra uma atuação de servil intermediária dos reais donos dos recursos naturais do país, que são os mesmos há 500 anos.

Em nome da dignidade e dos direitos humanos, derrubaram Saddam Hussein pelas armas químicas que George Bush confessou não existirem, mas que a guerra teria sido justa<sup>215</sup>; ou Muammar Kadafi derrubado pela defesa dos direitos individuais dos líbios, todos muçulmanos e cuja noção de direito não é individual, mas coletivo. E tantos outros, tais como Omar Torrijos do Panamá, por querer defender os interesses de seu povo contra os países do norte.

Em todas as épocas, a prosperidade do capitalismo europeu e americano do norte tem como origem a pilhagem, o massacre, a escravidão dos índios e povos americanos, dos africanos e asiáticos. Ouro e prata enlouquecem os capitalistas, o dinheiro os fascina<sup>216</sup>. Os incas foram trucidados, porque idolatravam o Deus Sol através das peças de ouro. Os espanhóis os sacrificaram por idolatram o ouro das máscaras incas em nome do seu deus, lendo-se Dussel com Las Casas e Poma de Ayala<sup>217</sup>.

Quando se enfocam os conceitos de dignidade e pessoa, tem-se um arroubo inicial de utilizá-los segundo regras postas pela visão do norte conceitual de democracia e direitos humanos, como se donos desses conceitos fossem os países do norte, originados na criação da ONU. Basta, para que se observe a regra, a lembrança da Guerra do Ópio<sup>218</sup> que impôs à China o comércio e uso do ópio, em benefício de franceses, alemães e ingleses; ou os feitos americanos e franceses contra o povo do Vietnã e tantos outros, tais como Afeganistão, Iraque e Líbia.

---

<sup>215</sup>MAGALHÃES (2010), p. 73.

<sup>216</sup>GALEANO, op. cit., p. 30-31.

<sup>217</sup>DUSSEL (2010), p. 371-375.

<sup>218</sup>GARAUDY, op. cit., p. 29-30.

Os países do norte vangloriam-se da criação desses conceitos, sem tê-los criado e sem praticá-los para si contra seus contendores. Deveriam compreender-se como alguns entre muitos membros da família humana da terra, mas não o compreendem ainda<sup>219</sup>.

Mas não é o que tem ocorrido entre os povos e classes dirigentes no mundo e no Brasil.

Porque o horizonte das revoluções modernas colapsou ou porque o nosso tempo se indecide em ser demasiado prematuro para ser pré-revolucionário ou demasiado tardio para ser pós-revolucionário? Assumir plenamente o nosso tempo significa reconhecer esta desproporção e proceder a partir dela. Significa, por outras palavras, radicalizar a rejeição e procurar as alternativas a partir da radical incerteza destas<sup>220</sup>.

A descoberta da identidade integral é um processo que os países do sul devem viver para se perceberem independentes e autônomos entre iguais no mundo da atualidade. Para isso, também precisam experimentar exercitar sua dignidade individual e coletiva. Festas populares, manifestações culturais e políticas, reivindicações de direitos, luta e conquista deles são alguns dos passos que devem ser experimentados e vividos em plenitude como diversos povos do mundo já experimentaram com êxito. Não sugerimos poesia e sonhos. Mas a luta e a violência revolucionária de Hanna Arendt como meios de abertura de espaços para a claridade da identidade e autorreconhecimento dos povos em meio ao mundo capitalista.

#### **4.2 Des-cobrimento da incompreensão de ser colônia, outra postura é possível**

Desde as grandes navegações, a estratégia dos países capitalistas centrais para permanecerem poderosos e dominantes consiste em ampliar os mercados de captação ou exploração de riquezas em todos os cantos do mundo. Esses movimentos ferem interesses

---

<sup>219</sup>SANTOS (2010), p. 520.

<sup>220</sup> Idem, p. 532.

soberanos dos povos e, por isso mesmo, realimentam constantemente a máquina de guerra que sustenta todo este cenário mundial<sup>221</sup>.

A invasão do Iraque (como da Líbia na África), um enorme, rico e desenvolvido país asiático, de riquíssima história e acervo da Humanidade, sob o argumento de destruição das armas químicas que o país possuía e a defesa da população civil contra seus próprios governantes, foi medida meticulosamente planejada para o fim de ampliação de mercados de petróleo sob a direção dos países exploradores.

Se o governante não cede facilmente aos comandos do capital financeiro e monopolista mundial, monta-se, então, a versão que será divulgada mundialmente. Aponta-se que o governo do país desrespeita os direitos individuais dos cidadãos e os direitos humanos. Durante alguns anos, a imprensa mundial bate diariamente nessa mesma tecla. Cada dia num editorial diferente, sob um enfoque sempre mais surpreendente. No mundo e no Brasil todas as redes de comunicação veiculam a mesma notícia em todas as redes e mídias. O cidadão comum de todas as classes sociais desinformadas, acríticas, seguidoras ávidas de programas televisivos de baixíssimo nível, que visam à alienação geral, começa a pensar que isso é verdade e que se trata de fatos reais<sup>222</sup>.

Em seguida, afirmam tratar-se de governo despótico e que lá está o governante há quarenta anos encastelado no poder. Basta que os correspondentes internacionais desembarquem no país, produzam suas matérias jornalísticas de alto nível e a derrubada do poder é questão de tempo, diante do advento das redes mundiais de computadores, internet e matérias plantadas estrategicamente.

Quanto às armas químicas e nucleares? Era só um detalhe para confundir a todos. O presidente do país mais poderoso da Terra declara em seu último discurso ao mundo “que não era verdade. Não foram encontradas as armas químicas, mas o resultado final foi plenamente atendido”<sup>223</sup>.

A sistemática despolitização dos direitos humanos é um poderoso instrumento ideológico e de alienação. A despolitização do mundo (via televisão e internet) é uma ideologia recorrente utilizada pelo poder econômico para manter sua avassaladora

---

<sup>221</sup>HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 538-539.

<sup>222</sup>PIMENTA (2013a), p. 63.

<sup>223</sup>FRANCISCO, Rachel Herdy de Barros. Diálogo intercultural dos direitos humanos. Monografia vencedora do **I concurso de monografia em direitos humanos do núcleo de direitos humanos do departamento de direito da pontifícia universidade católica do rio de janeiro**. 2003. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2013, p. 73.

hegemonia. Uma expressão que ideologicamente o poder insiste em mostrar como apolítica é a expressão “Direitos Humanos”<sup>224</sup>.

Democracia, mundialmente falando, é o direito de o povo escolher autonomamente sua forma de Estado, seu sistema de governo e as garantias de direitos coletivos e individuais.

As nações são constituídas a partir de território, povo, língua, cultura e soberania. Existem, porém, outros modos de perceber um novo modo de compreensão do espaço territorial de convivência entre os povos e nações em que se compreende de novas formas esses conceitos. Numa procura de identidade cultural e étnica, num mesmo marco territorial, podemos ter diversas formas culturais distintas entre si.

Os modelos novos propostos pelo Estado Plurinacional são uma outra forma de ver tais questões. Não são somente formas teóricas, mas práticas, à medida que dois Estados nacionais, Equador e Bolívia, até o momento, as têm buscado elaborar e desenvolver. Num modelo de democracia participativa o mais plena possível, segundo o interesse de todos<sup>225</sup>.

Trata-se de um modelo de proposição bastante peculiar, novo, que responde a diversas questões candentes e abre outros questionamentos. Se nos situamos num mundo comandado pelo capitalismo e devemos ter esse fato sempre em mente, se queremos outras formas de governança, como têm apontado diversos autores citados aqui, devemos aprofundar a compreensão de que todos os povos, dentro de uma mesma unidade nacional, são legítimos para reivindicarem direitos quanto aos recursos naturais daquele território.

Todos os integrantes de um grupo nacional ou plurinacional são legítimos, mas se forem autônomos entre si poderão ser cooptados pelo imperialismo e terem seus direitos vilipendiados por quem sabe fazer isso há mais de 500 anos. Esta a principal denúncia de Orlando Vilas Boas sobre a terra yanomami na “cabeça do cachorro” no Amazonas, como já dissemos aqui.

No mundo moderno da modernidade eurocêntrica, os países estão divididos geográfica e politicamente em fronteiras. Fronteiras foram criadas em todos os continentes forjadas pelo interesse econômico do capitalismo, fronteiras que diversos povos não compreendem ou têm nelas alguma referência, tal como os beduínos

---

<sup>224</sup>MAGALHÃES (2010), p. 70.

<sup>225</sup>MAGALHÃES, José Luiz Q. de. **O estado plurinacional e o direito internacional moderno**. Coleção para entender. Coord. BRANT, Leonardo N. C. Curitiba: Juruá, 2012, p. 37-39.

africanos<sup>226</sup>. Porém, esses marcos limítrofes, alguns de séculos, vêm sendo observados quando se fala em propriedade dos recursos naturais e minerais.

As fronteiras admitidas pelos países de modo pacífico há cerca de trezentos anos devem ser respeitadas no tocante à autonomia de cada povo dentro das linhas geopolíticas. A diversidade a ser assegurada e incentivada do povo pode garantir direitos internos e internacionais deste país. Do contrário, estaremos todos nas mãos dos instintos selvagens dos países do norte.

A presença do capital financeiro internacional dentro de cada país num dia e fora no outro dia deve ser dificultada de alguma maneira. A remessa de capitais empobrecendo uns países e enriquecendo outros deve ser disciplinada, pelo bem de todos.

Ao observarmos os povos africanos, como exemplo, com seus diversos grupos étnicos, línguas e dialetos em grande número, podemos perceber que foram constituídos estados artificiais por sobre identidades culturais distintas e até mesmo conflitivas. Nalguns casos, como nos países no norte africano, a delimitação de fronteiras geométricas, retilíneas denotam sua artificialidade. É certo que os povos nômades e outros nunca conheceram nem reconheceram as fronteiras que os países do norte criaram no século XX. Mas essas fronteiras se consolidaram na esfera internacional e os países do sul podem reivindicar seus direitos dentro das limitações reconhecidas internacionalmente.

As grandes guerras do início do século XX e as atrocidades do nazismo determinaram a criação da ONU – Organização das Nações Unidas. Numa conjuntura mundial especial de apelo humanitário, foram, inclusive, sendo tornados independentes quase todos os países então colonizados na África, Ásia e por todo o mundo.

O movimento de criação pela ONU de países com divisas territoriais impostas pelos colonizadores não surtiu o efeito que desejaram<sup>227</sup>. Pensaram que, agindo assim, os países e as regras jurídicas de cada povo se impregnariam da visão ocidental. Este era e sempre foi o desejo de uniformização jurídica mundial, demonstrando a arrogância da cultura eurocêntrica<sup>228</sup>. Queriam que todos pensassem como eles, os líderes europeus da

---

<sup>226</sup>DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 91-92.

<sup>227</sup> DEMANT, op. cit., p. 91-92.

<sup>228</sup>AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Crítica ao personalismo ético da constituição da república e do código civil: em favor de uma ética biocêntrica. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas**. SP: Quartier Latin do Brasil, 2008, p. 21.

ONU, porque eles pensam que têm compreensão mais civilizada e correta que todos os demais povos do planeta<sup>229</sup>.

Toda essa existência de exploração e miséria ensejou a discussão e aprovação na esfera das Nações Unidas da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos ao desenvolvimento de 1981.

Muito controvertido é o direito ao desenvolvimento, declarado no artigo 22. A proposta para o reconhecimento deste direito foi feita pela primeira vez em artigo doutrinário em 1972. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em uma Declaração de 4 de dezembro de 1986 (A/RES/41/128), “reconhecendo que o desenvolvimento é um amplo processo econômico, social, cultural e político, que objetiva a melhoria constante do bem-estar de toda uma população e de todos os indivíduos, na base de sua participação ativa, livre e consciente no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios dele resultantes”, afirmou que “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, por força do qual todas as pessoas humanas e todos os povos estão autorizados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele fruir, desenvolvimento no qual todos os direitos humanos e todas as liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados” (art. 1º)<sup>230</sup>.

Por certo a delimitação forçada de muitos Estados nacionais não contribuiu para a democratização dessas localidades, em vista de que as nações colonialistas não o desejavam. Pretendiam, sim, manter o jugo sobre cada um dos territórios novel independentes<sup>231</sup>.

É importante destacar o caráter artificial dessas novas colônias, Estados inexistentes, inventados com base no acordo *Sykes-Picot*.

---

<sup>229</sup>KI-ZERBO, Joseph (edit.). **História geral da África**, v.I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 7-8.

<sup>230</sup>COMPARATO, op. cit., p. 394-395.

<sup>231</sup>COMITINI, op. cit., p. 63.

O mundo árabe tinha suas divisões internas: entre agricultores e cidadãos; entre abastados *effendis* (proprietários) e mercadores e um proletariado urbano e rural faminto; entre muçulmanos, judeus, cristãos das várias congregações e seitas; entre nacionalistas e aqueles que continuavam ligando sua identidade coletiva a critérios religiosos. Havia também dialetos e costumes diferentes. Entretanto, nada havia preparado o terreno para a partilha de 1920. As novas fronteiras cortaram em pedaços o que fora uma sociedade milenar, com uma economia comum, e que passava, justamente, pelo processo de conscientização de possuir um destino comum<sup>232</sup>.

Mas quanto às fronteiras brasileiras, talvez por sua grande extensão territorial ou talvez por terem sido dizimados milhões de habitantes nativos, já que se estima a população antes da chegada dos portugueses em 3 milhões de nativos, essas contradições e conflitos não têm sido observadas pela história oficial do Brasil. Certamente existiram conflitos, pois a população nativa decaiu em 80% daquela originária, a partir do profundo preconceito, arrogância e violência do colonizador com os povos originários, fatos que sequer compareceram à história. Mas, de modo geral, as fronteiras externas do Brasil parecem não receber questionamentos internos ou externos.

O sistema político mundial admite as fronteiras somente quando há interesses econômicos que as sustentem, pois, quando não se quer respeitá-las, atuam por invadi-las, como pode estar vindo a ocorrer na Amazônia, com a ocupação interna, sem que os governantes tomem medidas efetivas de proteção.

O processo colonial é profundamente impregnador de conceitos e posturas em todos os povos da terra que o viveram. A chegada do colonizador já se mostra como um novo paradigma para os povos originários que não os imaginavam. Em seguida, a destruição da cultura preexistente e a inferiorização do povo marcam profundamente suas tradições. Depois passam à cooptação dos nativos e à degradação de uma unidade cultural construída. Esse processo legitimado pela violência e ausência ética e moral do colonizador, por estar em terras longínquas, submete o nativo que se sente inferiorizado e é incentivado a sentir-se assim.

---

<sup>232</sup>DEMANT, op. cit., p. 91-92.

A incompreensão e a oposição ao processo de ser colônia é violentamente expurgado daquela sociedade. Por exemplo, na Inconfidência Mineira, como em milhares de outros pelo mundo, ocorre o encobrimento surdo da incompreensão de ser colônia a poder das armas. Junto das armas a cultura dominante toma lugar central, seus preconceitos e inverdades viram normas de conduta. A incompreensão de ser colônia desaparece do seio do povo no correr das décadas por meio da linguagem social do colonizador e os poderosos corrompem-se para se acomodarem junto ao poder.

Na condição de novos Estados, porque fizeram uso do justo Princípio da Autodeterminação dos Povos consagrado pelo Direito Internacional, era-lhes assegurada a admissão na sociedade internacional. Entretanto, a plena igualdade formal contrastava com flagrante violência institucionalizada; opressão; regimes ditatoriais em ascensão por meio de uma sucessão de golpes de Estado; as limitações, distorções e contradições dos nacionalismos; violações em massa de direitos humanos; pobreza sistêmica e alargamento do gargalo social entre classes mais e menos ricas são elementos que fornecem somente um apanhado do panorama pós-independência<sup>233</sup>.

O des-cobrimento da incompreensão de ser colônia, assim, é a colocação a descoberto desse pérfido sistema que abafa as liberdades e violenta a compreensão de ser colônia até sua asfixia. Este deve ser um processo dentro da libertação do povo da sua condição de colono, da exposição de suas fragilidades e méritos na construção estratégica de suas forças nessa luta de independência que virá em seguida. O encontro de sua identidade integral.

#### **4.3 A busca pela identidade integral**

Por tudo que se observa no cenário mundial diante da sede, cada dia maior, e volúpia capitalista ante os países do sul, é preciso partir para se construir novas relações intra-sociais nestes últimos, como forma de se contrapor a este estado de coisas. Não é

---

<sup>233</sup>AFONSO, Henrique Weil. **A reconstrução histórica da diversidade no direito internacional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 190.

um processo novo. É um processo já realizado em alguns países, mas nunca realizado no Brasil, nem autorizado pelo colonizador e inimaginado pela colonialidade do colonizado.

Romper com a colonialidade será duríssimo, conturbado e disputado entre os segmentos do poder colonizado que não queiram deixar o poder e os diversos segmentos novel autorreconhecidos da sociedade e do povo desejosos de assumir o poder. As disputas atuais ocorrem entre pequenos grupos que se reconhecem como agentes políticos e sociais e o poder constituído apoiado pelos meios de comunicação. Derrotar o imperialismo não estará na ordem do dia enquanto não envolver uma parcela significativa da população, tão significativa que imporá novas regras nas relações norte-sul entre este país e os demais.

Este o “tendão de Aquiles” dos movimentos revolucionários do século XX. As revoluções propostas na África, América do Sul e Ásia sempre se depararam com o distanciamento da sociedade em que se buscava inserir. A crença de que o povo irá acompanhar o movimento revolucionário “quando for a hora” pode ainda vir a ocorrer. Mas ocorrerá em bases frágeis, pois o machismo e a cultura da diferença, e não da igualdade, vem se impondo e assim continua, mesmo nos movimentos revolucionários. O exemplo da luta revolucionária vitoriosa no Nepal foi sintomático. O novo grupo tomou o poder sob a visão das profundas desigualdades sociais no país. Tão grandes eram as desigualdades e tão forte o movimento por retomar para o povo o Estado nepalês, que a revolução foi vitoriosa. Poucos anos após, o grupo revolucionário no poder repetiu os vícios contra os quais havia lutado, do machismo dos líderes de poder, da usurpação da liberdade, da manutenção da desigualdade, como também ocorreu na União Soviética, e a crescente insatisfação popular e seu afastamento do centro do poder, retirando-lhe apoio, e o imperialismo retomou o poder<sup>234</sup>.

A relação de conflito entre capital e trabalho só tem como ser rompida em favor da maioria quando agregados novos elementos de convicção das massas e do povo em que se sinta em estado de compreensão dos fatos postos, afastada a alienação, numa tomada de consciência de seu papel na construção de seu próprio futuro em que o povo atue como protagonista de sua história.

É preciso alcançar uma nova construção social que vise erradicar a visão de se manter a maioria da população como cidadã de segunda classe, como ocorre no mundo

---

<sup>234</sup>Os 13 anos do início da Guerra Popular no Nepal. **AND**. Ano VII, nº 51, março/abril de 2009. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-51/2090-os-13-anos-do-inicio-da-guerra-popular-no-nepal>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

todo. É preciso, do modo mais radical possível, que todos os cidadãos, ou parte ponderável, se reconheçam em condições iguais de trabalho e subsistência, atuando firmemente na luta e conscientização de todos pela igualdade racial, de gênero e de classe para empoderar a população como um todo.

Mas é certo que este será um processo em que a população deve tomar em suas mãos essas novas perspectivas. Romper com a alienação e o sentimento de ser colônia é processo que deve partir da consciência nacional, como em outros países tem ocorrido.

Isso para que, nalgum momento à frente, seja desejado por essa mesma população erradicar a transferência de riqueza e capital do sul para o norte como há 500 anos e investir todos os recursos daí advindos no desenvolvimento sustentável de seu próprio espaço territorial.

No novo processo de autorreconhecimento e de aumento da autoestima da população, a partir do conhecimento da história das relações entre os países do norte e países do sul, poder-se-á chegar ao patamar de almejar, isto sim, a transferência de riqueza do Norte global para o Sul na busca do equilíbrio mundial<sup>235</sup>, na erradicação da fome africana, na construção de novas universidades públicas, escolas, hospitais, investimentos em saúde, estradas, outros bens e infraestrutura, por exemplo, mediante recursos nacionais ou internacionais. Depois de séculos de exploração do norte sobre o sul, numa acumulação indecente de riquezas sem precedentes, deve haver uma redistribuição digna e equitativa.

O direito de construir e manter a própria identidade cultural, direito à diversidade social e racial, do modo mais integral possível, está afirmado na Declaração sobre Raça e Preconceito Racial, aprovada pela UNESCO em 1978 que diz: “todos os povos têm o direito de ser diferentes, de se considerarem diferentes e de serem vistos como tais”<sup>236</sup>.

Os setores de decisão política em todos os países do sul, incluídos todos os poderes da república, não estão preparados para olharem, ouvirem e escutarem os clamores da diversidade dentro de sua sociedade, no seu espaço interno. Sejam de origem, raça, sexo, idade e de graus de pobreza (art. 3º, IV da CF/1988), nenhum deles vem sendo escutado, ao contrário, estão a todo tempo sendo preteridos e vilipendiados.

Os segmentos de poder e os partidos políticos não se enxergam defronte a essa realidade. Os conflitos sociais estão por toda parte, mas não são percebidos pelos segmentos de poder ou são creditados à violência da criminalidade, como nos presídios

---

<sup>235</sup> GROSGUÉL, op. cit., p. 486.

<sup>236</sup> COMPARATO, op. cit., p. 394.

brasileiros. Na verdade acusam o povo que reivindica seus direitos como marginal e criminoso. No máximo, entendem que os conflitos existam, mas que não lhes pertençam, são problemas que a diferença de classes sociais deva cuidar, que estão ainda distantes deles, talvez a eles nunca cheguem. Basta que se lembre que os membros do parlamento brasileiro aprovam aumentos salariais de 40% para si próprios e para o Judiciário, além de outras benesses, e resistem a dar aumentos bem menores à população que os reivindica.

Os grupos de poder dos países do sul, colonizados em seu sentimento de colonialidade, não enxergam o povo enquanto uma identidade ou uma diversidade cultural, no máximo quando a percebem, enxergam-na como uma ameaça. Nessa contradição, a dificuldade de reconhecimento da diversidade pode ser considerada como reveladora da profunda crise – de legitimidade, de eficácia, de perspectiva – que sacode o paradigma político nos países do norte e nos grupos de poder no Brasil<sup>237</sup>.

Uma das maiores dificuldades do capitalismo é compreender a diversidade, pois nunca compreendeu de modo construtivo e não exploratória a relação capital-trabalho ou riqueza-pobreza, brancos-negros e outras relações que a vida humana impõe a todos.

No mesmo sentido, noutra patamar, a classe política ainda não conseguiu perceber que deve ser ampliado e garantido o reconhecimento à história e aos direitos dos povos originários do território brasileiro, bem como dos quilombolas, estes residentes em determinadas regiões e localidades já por mais de trezentos anos, e negros de modo geral, que ainda permanece inalterado<sup>238</sup>. São ínfimas as demonstrações de reconhecimento e garantia de direitos dos povos originários do Brasil que a sociedade e os governos precisam resgatar, resgatando sua própria identidade americana do sul com suas origens.

O Brasil deve se perceber como unidade populacional e cultural, na medida de sua ampla diversidade de país continental, diversas etnias aqui existentes, sejam indígenas, negras e brancas de vários tipos e origens. Todas enquanto proprietárias originais de todos os bens naturais, minerais e construídos por esta mesma população coletivamente, que deve ter direito de decidir como e quando investir na produção agrícola ou mineral, por exemplo, e a quem priorizar nas relações comerciais, como vêm tentando fazer bolivianos e equatorianos e outros povos.

---

<sup>237</sup>SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 159.

<sup>238</sup>**Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva**. O direito à terra é um direito quilombola. Belo Horizonte: CEDEFES.

Em 1537, Bartholomé de Las Casas propõe um movimento de dupla face. Acreditar no Outro como outro, pois se não se afirma a igual dignidade e se crê na sua postura, não há como se celebrar um acordo racional ético. Ainda, de outro lado, deve-se atuar na aceitação pelo Outro da proposta de uma nova doutrina, o que vai exigir dele um ato de fé. Mas isso só se verificará se o Outro for livre, que aceite livremente as razões que se lhe são propostas<sup>239</sup>. E é assim que se deve construir a alternativa de buscar a identidade integral na diversidade no século XXI.

Dentro de uma ótica de respeito à alteridade em que todas as nacionalidades, nativas ou que aqui aportaram, alguns por vontade própria, outros presos e sequestrados, mas que aqui construíram sua identidade histórica e cultural por gerações, é que se deve empreender a busca pela identidade cultural de todo tipo da população brasileira enquanto povo, tão integral quanto possível.

Deve-se considerar que o indígena (por muito mais tempo), o negro e o branco, nativos daqui deste pedaço de terra da América do Sul há cerca de 500 anos são titulares do direito de desenvolverem sua cultura em igualdade de condições entre si e com todos os segmentos sociais do país e demais povos.

Primeiramente, para confrontar 500 anos de servidão ao norte, deve-se enxergar como são e como querem ser. Um país jovem ainda, independente há 194 anos, república há 126 anos e que precisa se reconhecer nessa condição entre as nações. Titular de todas as condições para caminhar em direção às relações internacionais de equilíbrio com as demais nações do mundo. Mas que precisa ver-se como capaz e como igual em relação aos demais países, o que não se percebe até aqui.

É necessária uma nova ordem mundial que distribua riquezas entre vendedores e compradores, não entre exploradores e explorados e investimentos mundiais na redução da pobreza e da fome no sul, pois somente assim a economia mundial se distribuirá em favor de todos os povos.

Carrear investimentos dos ricos do norte para os países pobres do sul visando reduzir no cenário internacional a dicotomia ricos e detentores de 50% da riqueza mundial (1% da população mundial) *versus* pobres (99% dela) se aprofundará ainda mais se não for tentado de maneira séria.

Mas, para alcançarem esta e outras metas, precisam mudar a concepção sobre si e sobre os parceiros do norte e passar a vê-los como parceiros do norte, modificando a

---

<sup>239</sup>DUSSEL (2010), p. 366-367.

posição de inferioridade colonial que permite e aceita o papel de produtores de toda a matéria prima mundial e não se beneficiarem dela de modo pleno.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2016, em constante crescimento, foi de R\$ 6 bilhões, segundo dados do IBGE<sup>240</sup>. As reservas minerais do subsolo brasileiro somam alguns trilhões de dólares, centenas de vezes esse valor anual. O brasileiro não vai em busca do seu progresso e persevera em permanecer como colônia de remessa de matérias-primas aos países do norte já por 500 anos, porque não se reconhece como um dos membros em igualdade de condições, como todos os países do mundo debaixo de profunda corrupção do poder.

A mudança da postura do Brasil no teatro das nações fará bem a todo o sistema mundial das nações. Fará bem ao Brasil e aos brasileiros, mas também fará bem aos parceiros dos países do sul e demais países, que terão um parceiro mais firme e equilibrado e em melhores condições de aprofundar melhores negócios, como prestará excelente suporte a todas as nações do sul na compreensão do seu lugar e do seu espaço no mundo do século XXI.

Não há porque os países do norte ditarem o que é bom para os africanos ou quaisquer outros, segundo sua ótica do que seja bom. A frase dita por político norte americano durante a ditadura militar sobre as relações entre os dois países de que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”, deve ser percebida como fruto de arrogância colonialista e exploratória do imperialismo sobre o Brasil e o mundo.

Ainda, a legislação sobre o tratamento das liberdades das mulheres, dos jovens, dos negros, dos indígenas, da educação para todos, do trabalho legítimo, contra o trabalho escravo, da cultura, da dignidade, da liberdade, da diversidade, da igualdade, da alimentação, da saúde, contra a fome, da ciência, da genética e de tantos outros aspectos da vida social deve ser diversificado devido ao grau de desenvolvimento cultural de cada segmento social.

O processo de reconhecimento da identidade integral dos diversos segmentos do povo brasileiro e de outras nações numa escala global obrigará outras posturas entre os líderes e gestores das políticas internacionais de cada grupo econômico, instituições públicas e privadas, o que permitirá uma profunda mudança de paradigmas. A busca da ampliação de identidade, de autorreconhecimento, levará o povo a ver-se como igual ao outro com quem se relaciona. Obrigará os países do norte, na maior medida possível,

---

<sup>240</sup>IBGE. PIB brasileiro em 2016. Disponível em: <<https://brasilensintese.ibge.gov.br/contasnacionais/pib-valores-correntes.html>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

dialeticamente considerando, a admitir e aceitar a mudança de olhar e autorreconhecimento do povo do Brasil.

Talvez não haja outro caminho a ser trilhado, que deve ser percebido e focado o quanto antes para a libertação do Brasil do jugo colonialista e a redução da exploração capitalista neste país e alhures. A compreensão da revelação da identidade integral de cada povo e de que as diferenças existem e são legítimas, sendo expressão cultural do povo em toda sua extensão, é que permitirá caminhar em direção a tempos melhores para todos e para os brasileiros.

A mudança de postura interna e externamente entre as culturas, com respeito à diversidade e com base no reconhecimento do outro, como ser pleno de dignidade e direitos, é condição para a abertura de outro patamar na concepção de igualdade e direitos. Uma diversidade compreendida, fomentada pelo ativo protagonismo do povo, a partir de demandas e reivindicações morais e éticas, é que assegurará a legitimidade do processo de construção de novos parâmetros internacionais mínimos voltados à proteção dos direitos dos povos<sup>241</sup>.

O sentimento de identidade integral, quando compreendido, resultará o reconhecimento das etnias, de língua, de religião, de usos e costumes. O fenômeno subjetivo do encontro com a identidade integral da nacionalidade é o resultado, a consequência, do fato objetivo da existência da nação, não o seu motivo determinante<sup>242</sup>. É um sentimento integrador da cultura, usos e costumes, noções de amizade e aproximação com outros povos que alcança a sociedade de maneira geral.

Dignidade, igualdade, liberdade de escolha, bem como cidadania são conceitos que devem ser conjugados pelos integrantes dos segmentos sociais que assumem sua própria identidade integralmente. Nessa compreensão, talvez se possa conceber as relações do Brasil com os países do norte nas décadas vindouras, sob pena da manutenção do estado de coisas colonial de 500 anos por muito tempo mais.

Por ser um processo mútuo e simultâneo, é de extrema importância para o êxito da mudança no diálogo da diversidade cultural que o discurso interno ocorra simultaneamente em todos os grupos sociais. Afinal, é através dele que as culturas tomarão consciência de suas incompletudes e reconhecerão reciprocamente outras respostas, o que, por sua vez, despertará a nova identidade, tão mais integral quanto possível, num processo constante de reconhecimento, até o momento em que este grupo

---

<sup>241</sup>PIOVESAN, op. cit., p. 450.

<sup>242</sup>QUEIROZ LIMA, op. cit., p. 6.

social, num movimento de reconhecimento de todo o povo do Brasil, poderá então, numa mudança de postura de autorreconhecimento, vir a dialogar externamente com os países do sul e do norte na busca por consensos maiores<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup>FRANCISCO, op. cit., p. 33.

## 5 CONCLUSÃO

O Brasil teve suas fronteiras territoriais externas delimitadas durante o período colonial. Consolidou-se como uma das maiores nações do mundo, sendo a quinta maior em extensão territorial. Devido à sua localização entre a linha do equador e o trópico de capricórnio tem um clima ameno e de sol pleno durante todo o ano. Terras cultiváveis e sem nenhuma região de clima extremo frio ou quente, de neve ou deserto e seu território também não é de grandes altitudes. Tais características permitem afirmar-se que a extensão agricultável é amplamente aproveitável, o que faz do país um dos maiores produtores agrícolas do mundo.

As condições de infraestrutura de transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo são ideais para todo tipo de produtos e de pessoas. Assim, fica plenamente assegurado todo escoamento de produtos e serviços por todo território nacional.

Não só a produção agrícola é transportada, também a produção mineral. O Brasil é um dos principais produtores mundiais de diversos tipos de minérios importantes para a economia mundial, como ainda alguns estratégicos, de grande importância na atualidade. Entre os minerais estratégicos podem ser citados o minério de ferro, o petróleo do pré-sal e o nióbio em que o país é autossuficiente e exportador.

As condições do sítio mineral brasileiro o tornam peculiar, pois a produção minerária é extensa e ampla entre diversos bens minerais. Sítios minerários descobertos e ainda inexplorados de grandes jazidas de ouro, nióbio e outros, fazem do país possuidor de riquezas incalculáveis de bens minerais, que se constituem em mais de cem vezes o produto interno bruto anual.

De outro lado, o clima e a extensão de praias e outras belas paisagens e localidades por toda sua extensão fazem do país um destino turístico de potencial permanente e crescente, bem como uma rede hoteleira extensa e bem constituída.

Sua estrutura portuária, aeroviária, de rodovias e ferrovias, industrial, comercial, de universidades de porte, centros de pesquisa de todo tipo, forças armadas bem constituídas, fazem com que o país tenha uma estrutura econômica de país de grande porte, não só na extensão territorial, como também na sua importância comercial entre os países do mundo.

Porém, quando o Brasil foi descoberto como colônia portuguesa no ano de 1500, ainda que com toda esta potencialidade de riquezas naturais e, mesmo por causa disso, fez com que assim permanecesse até 1822, quando da independência de Portugal. A

independência ocorreu por razões conjunturais europeias, pois os portugueses nunca quiseram a independência. Afinal, uma colônia riquíssima como aquela, tudo fariam para mantê-la.

Por isso, a independência do Brasil foi outorgada pelo Imperador de Portugal ao filho Pedro I. Ora, tornar o Brasil independente e colocar como seu Imperador o filho do Rei de Portugal era, então, a melhor solução possível. De fato, independente de Portugal do ponto de vista político, mas dependente dos compromissos econômicos de Portugal na Europa do século XIX.

Os compromissos portugueses com a Inglaterra permitiram que este cravasse suas garras imperialistas sobre o Brasil de modo tão formidável que ainda hoje é perceptível. Toda a produção mineral brasileira vai ter com os países do norte, como conceituamos no desenvolvimento deste trabalho, desde a colônia, passando pelo Império e por todo o século XX, vindo até os dias atuais.

O Brasil exporta diariamente toneladas de minério de ferro há quase trezentos anos, sem interrupção, e sem obter disso qualquer vantagem econômica para seu povo. Trata-se de um negócio privado em que nem o Estado brasileiro nem seu povo recebem qualquer vantagem ou benefício. Observe-se, a título de confirmação do dito, a exploração de ouro em Serra Pelada no Pará. Uma das maiores jazidas de ouro descobertas no mundo foi explorada em pouco mais de dez anos, exaurida, e nenhum benefício à população do entorno da mina, o Estado do Pará ou o Estado brasileiro obtiveram desse negócio privado oficial e de contrabando. As ruas e estradas na região ainda são hoje em terra batida, como antes da descoberta do ouro.

Nos dias atuais o povo do país vê o governo central do Brasil proceder à assinatura de medidas provisórias do Poder Executivo realinhando as leis minerárias, tendo entre elas a possibilidade de que a empresa integralmente estrangeira ser exploradora e exportadora de bens minerais, em claro conflito com as regras constitucionais de 1988.

O que importa ao grupo que subiu ao poder nos últimos anos é a entrega, tanto quanto mais desembaraçada possa ser, de bens naturais e minerais aos países do norte. A colônia em sua plenitude.

O contrabando e a corrupção, o apadrinhamento e o compadrismo, o desvio de verbas públicas em direção a interesses privados lícitos e ilícitos, o acobertamento dessas ilicitudes em troca de vultosas somas e troca de interesses escusos, inclusive entre os poderes constituídos, tornaram-se a regra de conduta desde o início da colônia e nunca

deixaram de existir dentre a classe dirigente do país, aí incluídos os três poderes da república.

A quebra da ordem colonial e a instalação do Império brasileiro pelo filho do Imperador português foi o marco que cativou corações e mentes dentre os poderosos desde então. De fato, nenhum rompimento e, sim, um acordo de acomodação dentro do segmento de poder que se repetiria diversas vezes na história do Brasil.

Desde a Inconfidência Mineira e todos os movimentos revoltosos da história, a solução sempre foi a de compor interesses nas esferas de poder e a violência policial do Estado sobre alguns líderes pobres desses movimentos como forma de aviso às classes pobres sobre sua força e poder. Mesmo em situações de graves crises, o rearranjo dentro dos segmentos de poder em forma de trocas de interesses e corrupção ativa e passiva marcam nossa história.

Não são estas as relações entre os povos que se esperariam para o século XXI. A busca desenfreada pelo lucro levou a este estado de coisas. O que os povos deveriam buscar, ou assim dizem buscar é, no dizer eurocêntrico, igualdade, liberdade e fraternidade entre todos.

A ocupação da Amazônia e das reservas minerais e naturais pelo povo e pelas forças militares brasileiras, bem como o controle das remessas de riquezas para o exterior atendendo o interesse nacional é meta de nosso desenvolvimento. A defesa do interesse nacional..., não é isso que o presidente norte-americano recém eleito disse em seu discurso e demais discursos do início do governo? Ele pode defender os interesses nacionais deles, porque os países do sul não podem fazê-lo?

O que os povos do sul devem querer buscar é o equilíbrio entre as nações, solidariedade e parceria pelo desenvolvimento, entre si, entre ricos e pobres, cooperação internacional. O que devem buscar os países do sul é convivência harmoniosa, conforto humano para todos, alimentação, moradia, trabalho para todos e equilíbrio entre as nações. Para isso, é necessário respeito à diversidade entre os povos e nações. Para se olhar nessa direção, caminhar em busca desse entendimento, deve-se perceber a diversidade racial, cultural, religiosa, de gênero em toda sua dimensão para que possamos construir e conviver de outra forma em outra dimensão.

Cada povo assume um entendimento peculiar do que seja a vida terrena, suas divindades e seus caminhos para o progresso e desenvolvimento. Cada qual tem uma noção do que sejam progresso e desenvolvimento, visto que cada povo tem sua maneira de vê-lo. O que seja um grau de desenvolvimento alcançável para o europeu pode não ser

a meta do africano pelos próximos trinta anos ou pode talvez nunca vir a ser uma meta desejável<sup>244</sup>.

Este processo de profunda crise interna que atinge as pessoas e a sociedade, especialmente no Brasil, onde cresce o abismo entre o que o povo deseja e o que assiste o poder de Estado decidir sobre suas vidas e sobre os recursos naturais de seu país, pode permitir uma ampliação da compreensão acerca da sua condição identitária. Para mudar a história de 500 anos como colônia direta ou indireta é preciso reconhecer-se como povo com sua identidade própria, diferente do europeu, americana, ameríndia do século XXI.

O modo como os países do norte entendem a igualdade é perfidamente desigual. Tratam as demais civilizações da terra, desde a modernidade até os dias atuais, arrogante e preconceituosamente. A revolução burguesa criou a liberdade da pessoa na Europa em Hobbes e Locke e a escravidão ou exploração africana e ameríndia para os indígenas, negros e pobres e deu o nome de modernidade, mito que perdura até hoje em todo o mundo<sup>245</sup>.

É compreensível que assim tenha ocorrido dada a ignorância e o atraso cultural e civilizacional do século XIX, mas que predominaram por todo o século XX até hoje. As guerras mundiais e outros conflitos regionais do século XX também impediram outra compreensão e retardaram uma compreensão mais plena do real papel que cada povo e cada cultura têm a desempenhar neste mundo do século XXI, que ainda não se pode perceber.

Povos distintos, porém sendo todos integrantes da raça humana com o direito ao mesmo grau de dignidade e direitos de coexistência digna e pacífica, segundo suas próprias ideias e ideais, sua religião e crenças, seu substrato cultural, comunitário e político segundo suas raízes e história. Que sejam banidas da terra todas as formas de discriminação.

A espoliação dos portugueses e espanhóis sobre África, América e Ásia escravizando e dizimando seus nativos aos milhares faz com que tenhamos uma clara lição do equívoco do exercício da supremacia econômica, financeira e cultural dos colonizadores sobre nossas cabeças.

Outro modo de relacionamento internacional entre as nações deve ser construído como alternativa ao quadro de profunda desigualdade e exploração do norte sobre o sul,

---

<sup>244</sup>LOPES, José de Souza Miguel. Poderá ainda o ocidente escutar a voz que vem da África? In AMÂNCIO, Iris. (coord.). *África-Brasil-África: Matrizes, heranças e diálogos contemporâneos*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008, p. 29-31.

<sup>245</sup>DUSSEL (1993), p. 164.

em oposição ao capitalismo exploratório e espoliatório que dominou o mundo na modernidade.

O mundo é diverso culturalmente, multiétnico, polieconômico, plurireligioso. Nem todos os povos são capitalistas ou socialistas, o que torna a equação da vida na terra de solução múltipla. O capitalismo não se propõe ao reconhecimento da diferença existente entre as diversas culturas do planeta<sup>246</sup>.

Por outro lado, nenhum movimento ou povo tem adotado uma posição ofensiva de pressionar o capitalismo a rever suas teses e abrir mão do diálogo feito à custa dos mísseis e das pressões econômicas, como tem sido feito.

É preciso que surja uma nova ordem mundial que não seja capitalista nem socialista, que supere essas duas ideologias hoje tidas como eurocêntricas e insensíveis à diversidade de pensamento e opinião, e que respeite, atue e proponha a ampliação do respeito à identidade integral de todos os povos e grupos sociais em suas metas e planos genuínos. Não se trata de querer mudar o mundo ou extinguir o capitalismo da terra, é uma questão de dizer que o mundo precisa avançar na ampliação do respeito à diversidade de todos os povos do modo mais radical possível.

Aproximando-se em alguns pontos, reduzindo distâncias e diferenças, outros pontos de contato surgirão simultaneamente e o processo será repetido, identificando as novas diferenças e buscando remover novos obstáculos à sua aproximação e assim sucessivamente.

É preciso que haja um esforço concentrado de compreensão da busca da identidade mais integral possível dos povos, por esses mesmos povos, e pela compreensão do “outro”. Só assim, os países do sul conquistarão seu próprio espaço soberano e poderão almejar o mínimo ético de coexistência soberana entre todos os povos da terra, o que hoje é inimaginável.

Todos os povos são dignos da convivência humana em igualdade de condições. Tal como diz Santos, temos o direito de ser iguais, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza<sup>247</sup>. Tratando-se igualmente os iguais e diferentemente os diferentes.

A Carta das Nações Unidas dispõe que todos os Estados são soberanos e iguais, mas não há uma relação democrática, soberana e de igualdade entre eles. Os poderosos

---

<sup>246</sup>PIMENTA, Rafael S. Direitos humanos contraposto à globalização. In **Estudos avançados de direitos humanos e constitucionalização do direito internacional – Ciclo II**. Pará de Minas: Virtual books, 2016, p. 138.

<sup>247</sup>SANTOS (2001), p. 28.

utilizam o direito internacional para justificar condutas contrárias ao próprio direito, inclusive em relação aos direitos humanos. O discurso dos direitos humanos é utilizado como arma política monopolizadora, o que é possível em virtude da ausência de mecanismos efetivos que sancionem “todos” os Estados que os violem<sup>248</sup>, tais como todas as intervenções e invasões dos EUA/OTAN sobre diversos povos da terra.

A diversidade cultural advinda da identidade diversa de cada povo é a coisa mais bela que há na terra. Importante etapa a ser cumprida no reconhecimento da identidade entre os povos é a percepção do que seja dignidade para cada povo da terra. A liberdade em cada região da terra é como cada povo vê sua autonomia soberana e sua noção de democracia.

Os países do norte devem ser compelidos a respeitar todos os povos, olhá-los com atenção, ouvi-los do mesmo modo e sugerir-lhes parcerias, financiamentos, infraestrutura, apoio e ajuda que eles queiram receber e que sejam prioritários e bem-vindos. Mas só o farão se forem obrigados a isso.

Povos culturalmente diferentes não são entidades tangíveis, mas construções culturais abrangentes e abstratas, que ligam sociedades entre si por meio de modos de organização social e/ou normas, valores, epistemologias, sensibilidades estéticas comuns, sistemas e subsistemas. O futuro das relações do Brasil com os países do norte e do sul em novos níveis depende da reformulação das bases dessa coexistência.

No processo político e de poder no século XXI, vista a modificação constante do espaço público, que não consegue compreender e gerir, ante a possível tomada de poder da diversidade sobre o preconceito, os políticos não conseguem mais legitimar seu papel e justificar sua desmedida e despuddorada ambição de exercer uma função dominante no espaço social. O projeto da modernidade dificilmente poderá dar uma resposta coerente ao impasse da diversidade cultural se não for profundamente reformulado<sup>249</sup>.

As manifestações brasileiras de junho de 2013 demonstram claramente isso. Enquanto o povo brasileiro em milhões de pessoas em quase todas as cidades do país foi às ruas na defesa de governo sem corrupção, os políticos não conseguiram respondê-lo e foram às férias, como modo de adiarem, quem sabe até o infinito, as reformas que as ruas exigiam. Naquele momento, a presidente Dilma Rousseff perdeu a grande oportunidade histórica de dirigir o processo de combate à corrupção apoiada pelo povo todo do país e sucumbiu ante os jogos de poder e do dinheiro.

---

<sup>248</sup>MAGALHÃES (2010), p. 71.

<sup>249</sup>SEMPRINI, op. cit., p. 159-161.

Hoje é difícil perceber a passagem para um mundo melhor e mais democraticamente equilibrado. Mas pode ser que esse dia ainda chegue. Será a chegada a um porto da compreensão entre povos e culturas que se tolerarão e dialogarão a partir de sua diversa compreensão do mundo, numa conversação em que todos os povos se percebam e se respeitem em sua identidade, a mais integral possível. Chegarão em seus alegres barcos, cada qual de um tamanho, cor, integrantes, bandeira, língua, costumes, cultura, música e se sentarão às dezenas e centenas em grupos os mais diversos, tal como nos grandes encontros estudantis pelo mundo afora, buscando, todos, de maneira diversa, mas uniforme, as regras mínimas da convivência humana na terra<sup>250</sup>.

O processo de autorreconhecimento e de reconhecimento do outro não será de modo algum uma jornada fácil. Será uma busca a princípio penosa, perigosa, claudicante, mas certamente os levará a um ponto mais confortável para todos do que o presente.

Novos princípios éticos fundamentais recolocados numa Nova Declaração Universal dos Direitos do Homem do Século XXI localizados acima das normas positivadas comuns a todos os povos poderiam ser o início ou, talvez, uma confluência a uma nova visão de vida em harmonia e paz, sem exploração de uns povos sobre outros.

As disposições culturais e a diversidade de cada povo podem ser identificadas através dos direitos humanos como cosmopolitismo ou globalização contra-hegemônica. Atualmente os direitos humanos são tidos pelos países do norte como uma forma de globalização de-cima-para-baixo. Nessa feição serão sempre um instrumento do “choque de civilizações” tal como o concebe Huntington, ou seja, como arma dos países do norte contra o resto do mundo<sup>251</sup> e não atenderão a todos.

Os choques mais perigosos do futuro provavelmente surgirão da reiteração da arrogância persistente dos países do norte, da intolerância islâmica e da postura afirmativa chinesa<sup>252</sup>, pois o que é universalismo, democracia e garantia dos direitos humanos individuais para o Ocidente é imperialismo para o resto do mundo<sup>253</sup>.

A ordem jurídica tem pouco mais de duzentos anos. Não podem os países do norte arvorarem-se a “capitães do mato” da defesa dos direitos humanos e individuais, das liberdades para o mercado livre de capitais, bem como a ideia do Estado mínimo, quando estão de olho é nas riquezas de todos os países, além do fato que não são modelos de respeito aos direitos humanos. Qual exemplo de respeito aos direitos humanos podem dar

---

<sup>250</sup> PIMENTA (2013a), p. 97.

<sup>251</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 303.

<sup>252</sup> Idem, p. 303.

<sup>253</sup> Idem, p. 304.

os países europeus e os EUA que exploraram e exploram de forma voraz, dizimaram e dizimam a população de diversas regiões da terra nos últimos quinhentos anos?

O des-cobrimto da condição de colônia do Brasil para com os países do norte deve ser o objetivo mais importante a ser alcançado pelos brasileiros no tempo presente e futuro. A meta seria o estabelecimento de interpretações sobre a diversidade, de forma a possibilitar a mudança da postura cultural do povo, mudança do ponto de observação pelas forças sociais internas para, em seguida a isso, alcançar uma mudança de posição no cenário interno e internacional<sup>254</sup>.

Mas esse processo será negado da forma mais veemente possível pelo maior tempo possível pelos países do norte. Por seu lado, a forte oposição dos países do sul à negação de reconhecimento de sua identidade integral é que marcará a força e pujança que permitirão nascer outro projeto planetário para a invenção do futuro. A experiência africana, asiática, americana, europeia, somando-se em direção ao futuro<sup>255</sup>. Um mundo diverso culturalmente é inevitável, porque o império global é impossível. A segurança do mundo requer a aceitação da diversidade cultural global<sup>256</sup>.

O diálogo das civilizações e, dentro dele, dos povos, deve ser o reconhecimento e o diálogo da diversidade. Os grupos sociais são diferentes se observados pelo prisma de sua história, localização, cultura, religiosidade, etnia, gênero, etc. Sendo diferentes, suas diferenças devem ser percebidas, tanto pelo povo do norte, mas principalmente pelo povo do sul. Só desse modo se poderá caminhar na direção da identificação das diferenças, diversidades e limitações de cada qual, para que se identifiquem suas aproximações. Só então iniciar-se-á o processo de interlocução e diálogo a partir dessas diferenças em novas bases de reconhecimento.

Outra postura e outro discurso cultural interno devem estimular a dignidade e o autorreconhecimento de cada agrupamento cultural, étnico, social e respeito mútuo, de forma a alargar ao máximo o conceito que se tem de si e dos outros, possibilitando, assim, a inclusão de todas as culturas na vida social. A tensão interna pelo discurso cultural que aceite e reconheça as demais manifestações culturais é indispensável para que os Estados possam manobrar também a partir de outras premissas e horizontes novos. Significa dizer que o diálogo na diversidade cultural tem como pressuposto o respeito à integridade de

---

<sup>254</sup>FRANCISCO, op. cit., p. 27.

<sup>255</sup>GARAUDY, op. cit., p. 2.

<sup>256</sup>HUNTINGTON, op. cit., p. 550.

todas as culturas. Trata-se de um respeito mútuo, simultâneo e sensível às necessidades de legitimidade interna das culturas envolvidas<sup>257</sup>.

Um novo direito internacional de respeito à autodeterminação dos povos deve ser reafirmado e insistentemente reinserido a todo momento. Novos parâmetros de direito e respeito à identidade integral precisam ser criados em resposta à cultura e desenvolvimento dos povos.

Os países do norte têm se apropriado do direito, inclusive dos direitos humanos, para garantir que seus interesses políticos e econômicos prevaleçam.

É necessário criar uma alternativa, revisar o processo de decisão nas Nações Unidas, democratizá-lo. A solução não é simples e muito menos fácil, mas é necessário iniciar a mudança. O direito não pode servir a política e a economia, ele é uma ciência autônoma, com objetivos e princípios próprios e deve ser forte para limitar os excessos da política e da economia<sup>258</sup>.

Neste novo século XXI, um dos desafios, e talvez a maior das lutas, é o reconhecimento efetivo da diversidade interna e externamente aos povos e a garantia do respeito à diversidade cultural, econômica e religiosa, pois as tensões étnicas, econômicas e religiosas inviabilizam uma cultura de segurança e paz. Uma premissa deve se fazer admitir e reconhecer logo de início: não há hierarquia entre as culturas, mas sim culturas diversas localizadas num mesmo plano estético.

O reconhecimento da diversidade entre norte e sul significa a conquista da compreensão de um novo panorama das relações internacionais, a construção de um desenvolvimento humano sustentável, sob o ponto de vista econômico, social, político e ambiental<sup>259</sup>.

Num mundo multicivilizacional o caminho construtivo reside em renunciar ao universalismo de poder que os países do norte nunca farão por si sós. A conquista da identidade integral pelos povos do sul e a aceitação e admissão da diversidade na busca

---

<sup>257</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 550.

<sup>258</sup> MAGALHÃES (2010), p. 73-74.

<sup>259</sup> HAAS, Ingrid Freire. **Multiculturalismo na atualidade**: o direito à cultura e sua expressão nos direitos humanos. Disponível em: <<http://www.periodicos.pucminas.br>>. Acesso em: 08 jun. 2013, p. 17.

dos aspectos em comum por todos os povos do mundo terá que ser arrancada à força nos limites diplomáticos e econômicos<sup>260</sup>.

A visão capitalista dos países do norte, presente no mundo há 500 anos, em que pese a noção de justiça e cidadania para parte dos membros da ONU e que não pode ser desprezada, fica aquém da possibilidade de resolução dos conflitos de interesses e visões do mundo por todos os integrantes do jogo civilizacional atual. Tenta, pois, fazer com que todos os povos adotem uma visão de mundo moderno que é sua, em seu único benefício, e não dos demais países e povos.

É preciso colocar os próceres dessa política exploratória dos países ricos sobre os países pobres em confronto com a realidade e cobrar deles posicionamento e obrigá-los a avançar em direção a outra forma de gerir os interesses no mundo ante o recrudescimento das relações internacionais neste século XXI.

Se não existe entendimento entre os países do norte, a ONU e os países do sul sobre uma nova postura mundial nos aspectos econômicos e políticos, deverão os países do sul conquistar esse lugar sem constrangimentos e condescendências. Colocar novas metas negociais e questões estratégicas na frente, emitindo-se posições firmes de lado a lado sobre o que pode e não pode ser ultrapassado por cada integrante do jogo negocial, talvez seja o único caminho para uma aproximação entre o norte e o sul.

Um novo patamar de diálogo terá que ser conquistado duramente pela consciência dos povos do sul, para, numa segunda fase, partir para um processo necessário de distensão e desmantelamento da política belicista e intervencionista que hoje impera em todo o mundo. Em seguida, o reconhecimento por todos os povos da importância de todos os povos em toda sua extensão cultural, política e econômica, guardadas e respeitadas as diferenças de entendimento sobre temas culturais e econômicos nacionais, setoriais e mundiais de parte a parte.

A condição para que os países do norte e do sul dialoguem como iguais é que todos sejam obrigados a se enxergarem como membros de mesma estatura do ponto de vista da condição humana em termos de dignidade e de igualdade entre iguais e de diferença entre diferentes que é, aliás, o que preconiza o Direito Internacional. A condição econômica e cultural de cada um estará, por certo, presente, mas não para manter-lhes a diferença, deverá atuar de modo a auxiliar e incentivar a aproximação entre

---

<sup>260</sup>HUNTINGTON, op. cit., p. 551.

todos os povos na forma de prestação de auxílios e aporte de oferecimento de condições que estreitem as diferenças e aproximem povos e governos.

São inúmeros os exemplos do que trazemos como tese neste trabalho na imprensa brasileira das últimas semanas. O mais profundo entreguismo, como sempre se fez em 500 anos de colônia. Embalado em traços da comunicação televisiva mais entreguista e corrupta do mundo, como modernidade, modernização das relações de trabalho, rombo da previdência que deve ser modernizada para reduzir as despesas do Estado, plano de demissões voluntárias para desonerar o Estado de sua pesada carga de funcionários públicos, um novo código mineral que permite a extração e exploração por empresas integralmente estrangeiras. O chefe do Executivo comprando votos de parlamentares ávidos por dinheiro público ou privado, seja via propinas privadas, seja via emendas orçamentárias, o que vem a dar quase no mesmo, para que o processo que o investiga por corrupção não seja instaurado pelo Supremo Tribunal Federal.

O sucateamento do Estado e de suas estruturas, seja na saúde, educação, infraestrutura, pessoal, visa a entrega desses ativos riquíssimos ao capital financeiro internacional que, com seus tentáculos aqui implantados há cinco séculos, mantém no poder um governante com índices de aprovação próximos de cinco por cento, algo inimaginável em qualquer país, mas que cumpre como um capitão do mato ou um eunuco as ordens de entregar todas as riquezas nacionais ao capital internacional.

Somente o povo, percebendo este estado de coisas de grave dilapidação do patrimônio nacional por um governo colocado no poder pelo capital financeiro internacional, sem qualquer legitimidade popular, pode colocar termo a essa escalada, visando dismantelar a economia do país.

O povo do Brasil deve perceber sua condição de colonialidade e confrontá-la profundamente, radicalmente, para não permanecer no lugar a ele reservado no sistema mundial contemporâneo capitalista de colono e subalterno, sendo dono de tantas riquezas. Perceber a colonialidade, não facilmente perceptível, dada a profunda alienação posta sobre o povo há séculos, reconhecer-se nela, confrontá-la, opor-se a ela, recusá-la para si, e sair em busca de um outro posicionamento cultural, político e social, por isso mesmo também econômico, permitirá abrirem-se novos caminhos e outras opções de posicionamentos ideológicos ante os países do norte.

Lutar contra a alienação, rechaçar a colonialidade e deixar de ser colônia, quinhentos anos depois.

## REFERÊNCIAS

**A dinastia Bragança.** Disponível em:

<[http://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/pgs.php?id\\_c=44&id\\_r=14](http://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/pgs.php?id_c=44&id_r=14)>. Acesso em: 22 jan. 17.

AFONSO, Henrique Weil. **A reconstrução histórica da diversidade no direito internacional.** Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

AGAMBEM, Giorgio. **Profanações.** Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AMÂNCIO, Iris Maria da C. (org.). **África, Brasil, África:** matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

ARAÚJO, Aloízio Gonzaga de Andrade. **O direito e o estado como estruturas e sistemas:** um contributo à teoria geral do direito e do estado. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo. Posfácio Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro.** Tradução de Mauro W. Barbosa. Apresentação Celso Lafer. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Crítica ao personalismo ético da constituição da república e do código civil: em favor de uma ética biocêntrica. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas.** SP: Quartier Latin do Brasil, 2008.

AZEVEDO, Dodô. **Cais do Valongo é o útero do país.** Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/opiniao/cais-do-valongo-o-utero-do-pais-21578281>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento.** Brasília: LGE. 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico.** Tradução de Maria Celeste C. J. Santos. Apres. Tércio Sampaio Ferraz Jr. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e terra, 2011.

BRACCO, Bruno A. A inacreditável história de Immaculée Ilibagiza. **Carta Capital**, fev. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/21/inacreditavel-historia-de-immaculee-ilibagiza/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. **Petição (PET) 3388.** Autor: Augusto Affonso Botelho Neto e outros. Origem: RR Roraima. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

Brasil em pleno emprego. TV Globo. **Jornal Nacional**, 14 fev.2011. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=20cU2hLHrk>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BREJNEV, Leonid. **Memórias: a terra pequena, renascimento, terras virgens**. RJ: Civilização, 1980.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. 2. ed., v. 3. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 1998.

**Carta Capital**. Os estaleiros só afundam. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/921/os-estaleiros-so-afundam>>. Acesso em 19 fev. 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Direito processual constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentus, 2001.

**Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva**. O direito à terra é um direito quilombola. Belo Horizonte: CEDEFES.

CHAMON JR, Lúcio Antônio. **Teoria da argumentação jurídica: constitucionalismo e democracia em uma reconstrução das fontes no direito moderno**. 2.ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Tradução Marylene Pinto Michael. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1999.

**CIDH/OEA**. Caso 12.675 Gabriel Sales Pimenta x Estado brasileiro.

COMITINI, Carlos. **África arde: lutas dos povos africanos pela liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CORTEZ, Hernan. A conquista do México. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. 2. Ed. **Série: Os conquistadores**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

DELGADO, Paulo. Jornal **O Globo**, 02 jan. 2017.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2008.

**Dívida externa brasileira.** Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/divida\\_publica/downloads/Parte%201\\_1.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_1.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 17.

DUSSEL, Enrique. Para uma ética da libertação latino-americana. **Coleção reflexão latino-americana.** Tradução de Luiz João Gaio. Piracicaba: Unimep, 1979.

\_\_\_\_\_. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt.** Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: RJ, Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In SANTOS, Boaventura de S.; MENEZES, Maria P. (orgs.). **Epistemologias do Sul.** SP: Cortez, 2010.

**Economia e emprego.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-eemprego/2014/06/setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro>>. Acesso em: 24 fev. 17.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza.** Rio de Janeiro: Leitura.

Estrangeiros ocupam terras na Amazônia. **Jornal da Band.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kDbMEhx1OSQ>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

ESTULIM, Daniel. **A verdadeira história do Clube Bilderberg.** Tradução de Ignácio Tofiño e Marta-Ingrid Rebón. Barcelona: Planeta, 2005.

FAIRBANK, John King, GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história.** Tradução de Marisa Motta. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERGUSON, Niall. **Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno.** Tradução de Marcelo Musa Cavallari. 2ª reimpressão. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCISCO, Rachel Herdy de Barros. Diálogo intercultural dos direitos humanos. Monografia vencedora do **I concurso de monografia em direitos humanos do núcleo de direitos humanos do departamento de direito da pontifícia universidade católica do rio de janeiro.** 2003. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

FREITAS, Joseth Coutinho de. **Abertura dos portos do Brasil.** Disponível em: <[http://www.comunidadesusobrasileirama.org.br/pgs.php?id\\_c=43&id\\_r=14](http://www.comunidadesusobrasileirama.org.br/pgs.php?id_c=43&id_r=14)>. Acesso em: 23 jan. 17.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. **Grandes nomes do pensamento brasileiro.** 27ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional: Publifolha, 2000.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 23ª ed. **Coleção estudos latino-americanos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

GAMA E SILVA, Roberto. **O entreguismo dos minérios**: a quinta coluna no setor mineral. Porto Alegre: Tchê, 1988.

GARAUDY, Roger. **O ocidente é um acidente**: por um diálogo das civilizações. Tradução de Virgínia da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

GIL GIL, Alicia. Crimes contra a humanidade. *In O tribunal penal internacional: comentários ao estatuto de Roma*. Orgs. STEINER, Sylvia H., CALDEIRA BRANT, Leonardo N. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

GODINHO, Fabiana de Oliveira. **Coleção para entender**: A proteção internacional dos direitos humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2010.

HAAS, Ingrid Freire. **Multiculturalismo na atualidade**: o direito à cultura e sua expressão nos direitos humanos. Disponível em: <<http://www.periodicos.pucminas.br>> Acesso em: 08 jun. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidad y validez**: sobre el derecho y el estado democrático de derecho em términos de teoría del discurso. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. 4. ed. Madrid: Trotta, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações** e a recomposição da ordem mundial. Tradução de M.H.C. CÔRTEZ. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

**IBGE**. PIB brasileiro em 2016. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html>>. Acesso em 27 fev. 2017.

**Indústria naval terá 100 mil vagas de emprego em 2016**, diz sindicato. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/industria-naval-tera-100-mil-vagas-deemprego-em-2016-diz-sindicato.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

**Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá.** Disponível em:  
<<https://educacao.uol.com.br/biografias/irineu-evangelista-de-sousa-visconde-de-maua.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

**Jornal da Band denúncia.** Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=dA2AcSNHR6U>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

KI-ZERBO, Joseph (edit.). **História geral da África**, v.I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

KARPOVA, Lisa. **As poucas, mas poderosas famílias, que governam o mundo.** Pravda: 18/10/2011. Pravda.Ru. Traduzido para o português.

LIMA JUNIOR, Augusto de. História da inconfidência de Minas Gerais. **Biblioteca de estudos brasileiros**, Vol. 2. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

LIMA, Vinícius Moreira de. **Relação de trabalho versus relação de emprego: a luta pela nova Justiça do Trabalho.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2012.

LOPES, José de Souza Miguel. Poderá ainda o ocidente escutar a voz que vem da África? In: AMÂNCIO, Iris M. C. (Org.). **ÁFRICA – BRASIL – ÁFRICA**, matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: PUC-MG, 2008.

LUGON, Clóvis. **A república “comunista” cristã dos guaranis: 1610-1768.** Tradução de Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

**Lula e a Rainha da Inglaterra.** Disponível em:  
<[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1068262-9356,00-LULA+PARTICIPA+DE+ENCONTRO+COM+RAINHA+ELIZABETH+II+E+LIDERES+DO+G.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1068262-9356,00-LULA+PARTICIPA+DE+ENCONTRO+COM+RAINHA+ELIZABETH+II+E+LIDERES+DO+G.html)>. Acesso em: 02 dez. 16.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão.** 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; REIS, Carolina dos. A utilização dos direitos humanos como dominação. **Revista interdisciplinar de direito da Faculdade de Direito de Valença.** Anual, ano 1, n.1. Juiz de Fora: Associada, 2010.

\_\_\_\_\_. **O estado plurinacional e o direito internacional moderno.** Coleção para entender. Coord. BRANT, Leonardo N. C. Curitiba: Juruá, 2012.

MARTINS-COSTA, Judith. **Pessoa, personalidade, dignidade:** (ensaio de uma qualificação). São Paulo: Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2003.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal: 1750-1808. Tradução de João Maia. **Estudos brasileiros**, Vol. 22. 3ª ed., 4ª reimpressão. RJ: Paz e terra, 1995.

McMEEKIN, Sean. **O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial – 1898-1918.** Tradução de Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Globo, 2011.

**Menor taxa de desemprego.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-daglobo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menortaxa-de-desemprego-jaregistrada.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MONTOYA, Rodrigo Botero. Relevância do livre comércio. **O Globo** 02 jan. 2017.

MORAES, Fernando. **Chatô o rei do Brasil: A Vida de Assis Chateaubriand um dos brasileiros mais poderosos do século XX.** SP: Cia das letras, 2012.

**Nióbio.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8hHBoF92D1Y>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

**Nióbio.** Disponível em: <<http://www.semprequestione.com/2016/04/denuncianiobio-o-metal-que-so-o-brasil.html#.WDrl4VymTIV>>. Acesso em: 27 nov. 16.

NUNES, António José Avelãs. **Neoliberalismo e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

OPPENHEIMER, Stephen. **A jornada da humanidade.** O povoamento da terra. 2011. Disponível em: <<http://www.bradshawfoundation.com/journey>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

**Orlando Villas Boas denuncia ocupação da Amazônia.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GqIn-OVNqkxk>>. Acesso em: 25 fev.2017.

Os 13 anos do início da Guerra Popular no Nepal. **AND.** Ano VII, nº 51, março/abril de 2009. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-51/2090-os-13-anos-do-inicio-da-guerra-popular-no-nepal>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PACHUKANIS. **A teoria geral do direito e o marxismo.** Trad. Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1977.

PIMENTA, Rafael Sales. O lugar da dignidade na construção histórica do conceito jurídico de pessoa. *In O direito à arte: estudos em homenagem ao escritor e pintor brasileiro Oscar Araripe.* Coord. COELHO, Nuno M. M. S. e MELLO, Cleyson de M. Juiz de Fora: Editar, 2012.

\_\_\_\_\_. Direitos humanos contrapostos à globalização. *In Estudos avançados de direitos humanos e constitucionalização do direito internacional – Ciclo II* (org. FREITAS, André Vicente Leite de, et all). Pará de Minas: Virtual Books, 2016.

\_\_\_\_\_. Um novo olhar para o encontro de civilizações. *In Estudos avançados de Direitos Humanos e Constitucionalização do direito Internacional – Ciclo II* (org. FREITAS, André Vicente Leite de, et all). Pará de Minas: Virtual Books, 2015.

\_\_\_\_\_. A força do ator coletivo e as manifestações de junho. In **Estado e sociedade brasileira: 25 anos da constituição cidadã**. Coord. COELHO, Márcio X. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

\_\_\_\_\_. **Diálogo da diferença**. Dissertação de mestrado 2013. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/teses/teses-6804ce35aa08c67eb7c12fc6411a4d6c.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

POLTORAK, Arkadi. **O processo de nuremberga**. Tradução portuguesa de Filipe Guerra. Moscou: Progresso, 1989.

**Pré-sal**. Disponível em: <[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

QUEIROZ LIMA, Eusébio de. **Teoria do estado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1930.

**Raposa Serra do Sol. Tv Globo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WyczDAZRzYI>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

RODRIGUES, Miguel Urbano. **O terrorismo de estado da administração Obama**. Comunicação ao Seminário Internacional «os partidos e uma nova sociedade» do Partido do Trabalho. México, 2013. Disponível em: <[www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

RUIC, Gabriela. Os 15 países com os maiores gastos militares. **Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/os-15-paises-com-os-maiores-gastos-militares-2/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**. v. 23, n. 1, janeiro/junho 2001.

\_\_\_\_\_. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Outubro 2007.

\_\_\_\_\_. Um ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de S; MENEZES, Maria P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2010.

SCHABAS, William. Genocídio. In **O tribunal penal internacional: comentários ao estatuto de Roma**. Orgs. STEINER, Sylvia H., CALDEIRA BRANT, Leonardo N. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

SCHEIBE, Luiz Fernando. **Exploração dos recursos minerais no Brasil: 500 anos de desenvolvimento?** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Usoderecursos/04.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, Juremir Machado da. **1930: águas da revolução**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOUSTELLE, Jacques. A vida cotidiana dos astecas: nas vésperas da conquista espanhola. Tradução de Luci Andrade Rocha. **Coleção a vida cotidiana**. Vol 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao exercício de direitos da personalidade**: ou como alguém se torna o que quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

TUMÁNOV, Vladímir. **O pensamento jurídico burguês contemporâneo**. Moscou: 1984. Tradução portuguesa de Palmeiro Gonçalves. Lisboa: Editorial Caminho, 1985.

**Tumba maia de 1700 anos**. Disponível em:

<<https://noticias.terra.com.br/ciencia/pesquisa/arqueologos-encontram-tumba-maia-de17-mil-anos-na-guatemala,410805c32935b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 28 fev. 2017.

VIANA, Gilney Amorim (coord.). **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. **Um mapa da ideologia**. Org. Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. RJ: Contraponto, 1996.

ZWEIG, Stefan. **Fernão de Magalhães**: história da primeira circunavegação. Tradução de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: Guanabara, [197-?]